

ARTUR BISPO DOS SANTOS NETO

# CAPITAL E PANDEMIA



ΦΦ Phillos

# CAPITAL E PANDEMIA

ARTUR BISPO DOS SANTOS NETO

A história da humanidade foi forjada pelo afastamento gradual das barreiras naturais e pelo crescente poder da subjetividade. O desenvolvimento da capacidade ganhou corolários nunca antes alcançados na história na humanidade com o desenvolvimento do modo de produção capitalista. Esse afastamento gradual das barreiras naturais permitiu as grandes descobertas e a revolução científica moderna. A revolução operada na arte de mear pelos europeus assegurou a colonização da América. O afastamento das barreiras naturais reveladas nas navegações transatlânticas estabeleceu as bases para o processo de acumulação primitiva de capitais, em que as populações nativas foram saqueadas ou submetidas pela violência aos imperativos do trabalho compulsório ou escravo. O afastamento das barreiras naturais representou acumulação de riqueza para os capitalistas europeus e implicou a destruição das distintas formas de sociabilidade existentes na América. As civilizações incas, astecas, maias e as comunidades primitivas foram assim submetidas aos imperativos do capital.

ISBN 978-65-5071-011-8



9 786550 710118

The logo for Phillos, featuring a stylized Greek letter Phi (Φ) followed by the word "Phillos" in a cursive font.  
[www.editoraphillos.com](http://www.editoraphillos.com)



CAPITAL  
E  
PANDEMIAS

**DIREÇÃO EDITORIAL:** Willames Frank  
**DIAGRAMAÇÃO:** Jeamerson de Oliveira  
**DESIGNER DE CAPA:** Willames Frank | Jeamerson de Oliveira  
**IMAGEM DE CAPA:** <https://www.pexels.com>

*O padrão ortográfico, o sistema de citações e referências bibliográficas são prerrogativas do autor. Da mesma forma, o conteúdo da obra é de inteira e exclusiva responsabilidade de seu autor.*



Todos os livros publicados pela Editora Phillos estão sob os direitos da Creative Commons 4.0  
[https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt\\_BR](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR)

2017 Editora PHILLOS  
Av. Santa Maria, Parque Oeste, 601.  
Goiânia-GO  
[www.editoraphillos.com](http://www.editoraphillos.com)  
[editoraphillos@gmail.com](mailto:editoraphillos@gmail.com)

#### Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

---

S204p

SANTOS NETO, Artur Bispo dos

Capital e pandemia. [recurso digital] / Artur Bispo dos Santos Neto –  
Goiânia-GO: Editora Phillos, 2020.

ISBN: 978-65-87324-06-7

Disponível em: <http://www.editoraphillos.com>

1. Capital 2. Capitalismo 3. Dinheiro 4. Pandemia  
5. Sistema Financeiro. I. Título.

CDD: 100

---

Índices para catálogo sistemático:

1. Filosofia 100

ARTUR BISPO DOS SANTOS NETO

CAPITAL  
E  
PANDEMIA

Goiânia-GO  
2020

Editora  
*Phillos*

# Direção Editorial

---

Willames Frank da Silva Nascimento

## Comitê Científico Editorial

---

**Dr. Alberto Vivar Flores**

Universidade Federal de Alagoas | UFAL (Brasil)

**Dr<sup>a</sup>. María Josefina Israel Semino**

Universidade Federal do Rio Grande | FURG (Brasil)

**Dr. Arivaldo Sezyshta**

Universidade Federal da Paraíba | UFPB (Brasil)

**Dr. Dante Ramaglia**

Universidad Nacional de Cuyo | UNCUYO (Argentina)

**Dr. Francisco Pereira Sousa**

Universidade Federal de Alagoas | UFAL (Brasil)

**Dr. Sirio Lopez Velasco**

Universidade Federal do Rio Grande | FURG(Brasil)

**Dr. Thierno Diop**

Université Cheikh Anta Diop de Dakar | (Senegal)

**Dr. Pablo Díaz Estevez**

Universidad De La República Uruguay | UDELAR (Uruguai)

*O enigma do fetiche do dinheiro é, portanto, apenas o enigma do fetiche da mercadoria, tornado visível e ofuscante. Os produtos do trabalho alienado são a substância do caráter fantasmal da mercadoria, e as condições da produção de mercadoria gestam o caráter enigmático do dinheiro.*

**(MARX, 1985, p. 102)**

# SUMÁRIO

---

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>9</b>
<b>CAPÍTULO PRIMEIRO</b>	
<b>PANDEMIA DO CAPITALISMO.....</b>	<b>19</b>
<b>CAPÍTULO SEGUNDO</b>	
<b>A PANDEMIA DA BOLSA DE VALORES E A DITADURA DO SISTEMA FINANCEIRO.....</b>	<b>42</b>
<b>CAPÍTULO TERCEIRO</b>	
<b>A PANDEMIA DO DINHEIRO NA SOCIEDADE CAPITALISTA.....</b>	<b>62</b>
<b>CAPÍTULO QUARTO</b>	
<b>A PANDEMIA DA DÍVIDA PÚBLICA.....</b>	<b>97</b>
<b>CAPÍTULO QUINTO</b>	
<b>A NATUREZA DESTRUTIVA DA BRASKEM.....</b>	<b>111</b>
<b>CAPÍTULO SEXTO</b>	
<b>CORONAVÍRUS E IMPERIALISMO CHINÊS.....</b>	<b>171</b>
<b>CONCLUSÃO.....</b>	<b>196</b>



# INTRODUÇÃO

---

A história da humanidade foi forjada pelo afastamento gradual das barreiras naturais e pelo crescente poder da subjetividade. O desenvolvimento da capacidade das forças produtivas ganhou corolários nunca antes alcançados na história na humanidade com o desenvolvimento do modo de produção capitalista. Esse afastamento gradual das barreiras naturais permitiu as grandes descobertas e a revolução científica moderna. A revolução operada na arte de marear pelos europeus assegurou a colonização da América

O afastamento das barreiras naturais reveladas nas navegações transatlânticas estabeleceu as bases para o processo de acumulação primitiva de capitais, em que as populações nativas foram saqueadas ou submetidas pela violência aos imperativos do trabalho compulsório ou escravo. Esse processo representou acumulação de riqueza para os capitalistas europeus e implicou a destruição das distintas formas de sociabilidade existentes na América. As civilizações incas, astecas, maias e as comunidades primitivas foram assim submetidas aos imperativos do capital.

A primeira manifestação da mundialização capitalista deu-se sob o signo da contradição – positiva para os capitalistas europeus e negativa para os povos nativos da América. A mundialização subjugou os povos conquistados da América aos interesses dos mercadores europeus. Nesse encontro, os povos autóctones foram

abraçados por uma forma de mundialização perversa, pois os povos da América desconheciam as epidemias e as doenças existentes na Europa. Os colonizadores derrotaram os indígenas através de práticas pedestres e rastejantes, insuflando epidemias como sarampo, varíola, rubéola, sífilis, tuberculose, coqueluche, catapora, peste bubônica, difteria, disenteria amebiana e gripe. Essas epidemias devastaram o império asteca no México sob o comando do facínora Hernán Cortés.

Quando o maldito colonizador pisou no solo mexicano em 1519, existiam na região da mesoamérica aproximadamente 30 milhões de habitantes; no final desse século restavam somente 2 milhões. À principal arma que dizimou 28 milhões de pessoas, os *mexicas* chamaram de *cocoliztli* (*o mal* ou *pestilência*). Nenhuma outra epidemia matou tantos *mexicas* quanto *o cocoliztli*. Os sintomas dessa enfermidade que dizimou grande parte da população mexicana originária eram febre alta, dores de estômago, diarreia, sangramento e icterícia. A pessoa contaminada não durava mais do que quatro dias (ÁNGEL, 2018, p. 1).

Os colonizadores europeus foram os veículos transmissores das doenças que varreram da América parte expressiva de seus 100 milhões de habitantes, uma população superior à população europeia, que no século XVI possuía somente 60 milhões de habitantes. Parece claro hoje que sem a recorrência ao expediente das epidemias, a dominação europeia teria no mínimo sido retardada. Portanto, os europeus ganharam a guerra contra os povos nativos utilizando outros instrumentos, pois geralmente se destaca sua superioridade bélica, ou seja, a

sua superioridade militar. A conquista da América não se inscreve somente mediante o afastamento das barreiras naturais operadas pelos europeus através do desenvolvimento da arte da guerra ou do complexo militar, mas especialmente recorrendo aos expedientes mais baixos e torpes. Isso denota a forma como o capitalismo veio ao mundo, escorrendo lama e exalando doença por todos os seus poros.

Os povos americanos eram saudáveis e praticamente isentos de enfermidades, o que decorria duma relação harmoniosa com a natureza e não de uma vinculação emanada da perspectiva de subordinar a natureza para atender a interesses voltados para o lucro. A febre amarela (de procedência africana) foi uma doença espalhada entre os povos nativos no contexto da mundialização do capital, em que as populações escravizadas foram transportadas como mercadoria para a América. Os europeus espalharam no continente americano doenças de natureza coletiva, transmitidas para muitas pessoas, o que faculta a disseminação de epidemias ou pandemias com potencialidade de dizimar populações inteiras destituídas de respostas imunológicas. Somente os povos que não tiveram nenhum contato com os colonizadores, que viveram completamente isolados, conseguiram escapar de tamanha ação facínora.

A tragédia que marcou o encontro do europeu com os ameríndios continuou na etapa posterior à colonização. A expropriação das terras indígenas e a destruição dos complexos sistemas naturais existentes pela ação predatória do capital incidiram sobre a possibilidade de

reprodução da existência material e socioeconômica dos povos autóctones. A ação predatória e epidemiológica do capital mercantil que levou à destruição das civilizações existentes na América continuou na fase do capital industrial e financeiro. O primeiro capítulo de nosso livro trata da pandemia no contexto de ascendência do capitalismo.

As epidemias não vão sozinhas ao mercado universal, elas são sempre transportadas pela figura do capitalista na contemporaneidade. Essas epidemias são devastadoras quando encontram povos virgens e destituídos de algum processo imunológico compatível e de sistema de proteção sanitária. A destruição da natureza pela ação predatória do capital promove o desequilíbrio ambiental, a quebra do ciclo natural de reprodução de determinadas espécies de ser e a intensificação da exploração do trabalho.

A quebra desse equilíbrio esteve presente no surto de febre amarela na região Sudeste do Brasil em 2015. A tragédia de Mariana (MG) foi provocada pela ganância capitalista representada por meio da empresa Samarco Mineração S. A. As mudanças bruscas provocadas pelo rompimento da barragem Fundão levaram a um dos maiores crimes ambientais da história do Brasil. O número mais expressivo de mortes aconteceu em Minas Gerais, com quase 200 casos (entre 2016-2018). Em São Paulo foram computadas 36 mortes por febre amarela. E o Rio de Janeiro teve oito pessoas mortas. A Samarco, responsável pelo desastre ecológico e pela epidemia de malária, recebeu uma multa de R\$ 350 milhões e obteve

um lucro 21 vezes acima do valor estabelecido. A ação destrutiva da Vale (maior proprietária da Samarco) continuou e se revelou de maneira contundente em Brumadinho. No quinto capítulo de nosso livro, tratar-se-á da ação predatória das empresas mineradoras na ação destrutiva da Braskem em quatro bairros de Maceió (Alagoas).

A ação predatória do capital ensejada em seu novo processo de mundialização se expressa na intensificação da exploração do trabalho, na destruição da natureza e dos mananciais de água potável, no desequilíbrio do meio ambiente, no aquecimento global, no desmatamento e na destruição de espécies animais e vegetais, nas queimadas, no crescimento urbano desordenado, na poluição das cidades e no uso de pesticidas a serviço do agronegócio. As substâncias utilizadas atualmente na lavoura podem provocar desequilíbrios ambientais graves e prejuízos profundos à saúde humana. A região Amazônica está sendo completamente destruída pelo agronegócio para produzir *commodities* e atender aos interesses do mercado mundial.

O contínuo afastamento das barreiras naturais realizado pelo capital financeiro tem resultado na destruição de ecossistemas milenares na China, no Brasil, na Índia, na Itália, nos países africanos, entre outras regiões do mundo. A maioria das epidemias e pandemias contemporâneas – como H1N1, Ebola, dengue etc. – está associada à destruição de ecossistemas naturais e à relação mercadológica do homem com a natureza. O H1N1 esteve ligado ao contato dos homens com aves na produção

avícola chinesa. E a irradiação do novo coronavírus (Sars-CoV-2) na China está relacionada ao mercado de frutos do mar na cidade de Wuhan, onde são comercializados outros tipos de animais.

A Sociedade Italiana de Medicina Ambiental (Sima) e as universidades de Bolonha e Bari apresentaram estudo associando a expansão da pandemia de coronavírus (Covid-19) na Itália com a poluição excessiva da região Norte. As partículas de poeira presentes no ar “agem como transportadores. Quanto mais elas existem, mais estradas são criadas para o contágio” (ISTOÉ, 2020, p. 1). A relação mercadológica do homem com a natureza e do homem com o próprio homem tem servido de fundamento para a irradiação das epidemias e pandemias na sociedade capitalista. A integração dos mercados capitalistas e a impossibilidade de interromper o movimento de rotação do capital têm acelerado o processo de expansão da pandemia de coronavírus (Sars-CoV-2) na atualidade.

A fábrica do mundo cresceu expressivamente nas últimas décadas graças a uma degradação contínua do meio ambiente e ao processo gigantesco de expropriação das terras camponesas. As grandes obras de infraestrutura chinesa se inscreveram sob a destruição de ecossistemas e destruição da natureza. A constituição de seu enorme parque industrial representa a maior produção mundial de dióxido de carbono e emissões de gases poluentes que levam à morte aproximadamente 400 mil pessoas anualmente. A contaminação dos rios com metais pesados pelas fábricas produz danos à saúde humana, aos animais e à produção agrícola incessantemente. O último capítulo

será dedicado à análise do imperialismo chinês no contexto da pandemia do coronavírus, destacando de maneira particular o papel da classe operária na produção da riqueza da sociedade capitalista.

Não podemos deixar de mencionar como o capitalismo na contemporaneidade tem recorrido ao expediente da guerra bacteriológica. Nesse contexto, a China e os EUA trocam acusações mútuas sobre a possibilidade de o Covid-19 fazer parte duma nova guerra híbrida entre as grandes potências mundiais. As pesquisas avançadas no campo da modificação de agentes biológicos com objetivos militares estão sendo desenvolvidas pelas grandes potências imperialistas e podem ser usadas contra a humanidade da mesma maneira que as armas nucleares. É possível a recorrência de mecanismos dessa natureza como alternativa à crise estrutural do sistema do capital. Não podemos esquecer que o capitalismo monopolista recorreu ao expediente de duas grandes guerras mundiais para deslocar as suas contradições, provocando a morte de mais de 100 milhões de pessoas.

A crise econômica precede e corta como uma diagonal a pandemia do coronavírus, consistindo num mecanismo para reorganizar a estrutura do capital, profundamente abalada. A crise econômica emana da própria natureza do capital financeiro e intensifica-se com a impossibilidade de expansão do mercado mundial para a absorção dos excedentes produzidos com o rebaixamento constante do valor da força de trabalho. É provável que a fábrica do mundo não possa continuar assegurando os índices positivos da economia mundial. E num contexto

recessivo muito superior a crise promovida pela bolsa de valores em 1929, a economia mundial precisa queimar seus excedentes para poder reestruturar a economia mundial. Assim, a pandemia do coronavírus acontece em concomitância com a crise da Bolsa de Valores, aspecto que será analisado nos capítulos segundo, terceiro e quarto.

O afastamento das barreiras naturais no interior do capital poupa tempo de trabalho e intensifica as formas de exploração deste. Em nenhum instante de sua existência o capital apropriou-se da ciência e da tecnologia para atender aos efetivos interesses humanos. A pandemia do coronavírus permite refletir sobre a verdadeira anatomia do sistema do capital. Ao observarmos a estrutura anatômica do capital mediante uma radiografia computadorizada ou ressonância magnética, nota-se que o capital inexistente sem a exploração do trabalho. É chegada a hora da classe trabalhadora parar a produção para mostrar quem manda de fato na economia. Quando os capitalistas decidirem fechar as fábricas, os trabalhadores devem assumir o controle da produção, do sistema de saúde e educação públicas, porque o Estado somente age em consonância com os capitalistas e estes não permitem o atendimento das demandas urgentes dos trabalhadores, como, por exemplo, a construção de uma nova rede hospitalar do dia para a noite. O momento atual de intensificação da crise do sistema do capital aponta para a necessidade de lançar abaixo o projeto neoliberal e o sistema do capital como um todo.



O afastamento das barreiras naturais realizado pelo capital não serve aos trabalhadores. Estes devem subverter a natureza da ciência e da tecnologia e colocá-las aos interesses do trabalho e da humanidade. A classe trabalhadora deve assumir o comando da produção e do conhecimento. Ao assumir posição protagonista, os trabalhadores podem destruir a verdadeira pandemia que mata a humanidade: o capital. Se os trabalhadores destruírem o capital será possível, com o excesso de riqueza produzida por eles, produzir centenas e milhares de hospitais do dia para uma noite; podem colocar fábricas para produzir centros cirúrgicos e os equipamentos necessários para atender todos os pacientes portadores de coronavírus imediatamente. Essas ações imediatas são impossíveis enquanto a organização da produção destinar-se a assegurar o lucro e não os interesses da humanidade. É chegada a hora de os trabalhadores e trabalhadoras assumirem o comando!

Agradecemos pela revisão textual de Sidney Wanderley, pelas contribuições valiosas de Lorraine Marie Farias de Araújo e pela celeridade de Willames Frank na edição e publicação deste livro.

## REFERÊNCIAS

ANGEL, Miguel. *Revelada a causa do misterioso 'cocoliztli', o mal que dizimou os índios das Américas.*

Endereço eletrônico:

[https://brasil.elpais.com/brasil/2018/01/15/ciencia/1515997924\\_751783.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2018/01/15/ciencia/1515997924_751783.html). Acesso em 22 de março de 2020.

ISTOÉ. *Poluição pode ter acelerado transmissão de vírus na Itália.* Endereço eletrônico:

<https://istoe.com.br/poluicao-pode-ter-acelerado-transmissao-de-virus-na-italia/> Acesso em 22 de março de 2020.

Maceió, 08 de abril 2020

# CAPÍTULO PRIMEIRO

## PANDEMIA DO CAPITALISMO

---

O capital não nasceu pronto e acabado como Afrodite, a deusa que nasceu pronta da cabeça de Zeus. O capital se forjou historicamente, passando por várias metamorfoses. Antes de constituir-se como força poderosa que tudo molda à sua imagem e semelhança, o capital era uma entidade que sobrevivia nos intermúndios das sociedades precedentes, não se cansando de adular e tirar proveitos das outras formas de organização social da produção.

A primeira manifestação do capital revelou-se na forma do capital usurário. Ele era muito raquítico, débil e frágil. Sua fragilidade fazia com que a atividade dos comerciantes fosse considerada como coisa de judeus, atribuindo-lhes o caráter de pessoa com índole duvidosa. Na sociedade grega, as atividades comerciais eram exercidas pelos estrangeiros e pelas mulheres, ou seja, aquelas pessoas que não participavam da democracia grega; não é à toa que os comerciantes aparecem na república ideal (*Kallipólis*) de Platão como o segmento social menos elevado das três classes sociais: comerciantes, guerreiros e governantes.

Durante muito tempo a atividade comercial foi considerada uma atividade desprezível e de pouca importância socioeconômica. Os seres humanos podiam perfeitamente viver sem o comércio, e as pessoas que

viviam do comércio eram consideradas como criaturas torpes, gananciosas e fraudulentas. Nas sociedades antigas, a acumulação da riqueza em dinheiro ou moedas de ouro e prata foi duramente combatida pela filosofia, pela literatura, pela religião e pela concepção de mundo da época. O capitalista usurário era uma figura detestável e abusiva. Essa concepção pode ser observada nos distintos livros da Bíblia. Segundo o apóstolo Paulo, “*o amor ao dinheiro é a raiz de todos os males*”. Já Jesus afirmou categoricamente: “*Ninguém pode servir a dois senhores; porque ou há de odiar um e amar o outro, ou se dedicará a um e desprezará o outro. Não podeis servir a Deus e a Mamom*” (MATEUS, 6:24).

As grandes descobertas e a colonização cumpriram funções essenciais na mudança de mentalidade, juntamente com a reforma protestante e a contrarreforma católica. As mudanças operadas na esfera da economia reverberaram na esfera da filosofia moral quando René Descartes defendeu as paixões da alma: cobiça, ambição, desejo material etc. Ainda que a maior de todas as paixões fosse a razão, o universo filosófico deixou de transitar na *démarche* do tratamento tão somente das questões inerentes ao universo metafísico do ser perfeito e imutável. O tratamento das paixões na esfera filosófica representa uma superação do padrão filosófico medieval.

Em *O Mercador de Veneza*, Shakespeare oferece a interpretação do processo de decomposição da sociedade feudal e ascendência da sociedade burguesa. Apesar de combater a figura do mercador encarnada no judeu Shylock, detestado pela tentativa de fazer fortuna com a

miséria alheia, a peça mostra a ascendência de determinadas cidades, como Veneza e Gênova.

Essas cidades serão o empório da Renascença e do nascimento do capitalista moderno; a fortuna de seus comerciantes se plasmou com as atividades de intercâmbio de mercadorias, vendas de escravos, empréstimos com juros abusivos e a colonização dos povos conquistados. Veneza representa o pórtico de entrada da Europa na rota comercial em que a lógica da cobrança de juros pelos empréstimos realizados não havia ainda contaminado completamente o pensamento cristão. A mentalidade doentia do capitalismo revela-se na figura de Shylock, que considerava a cobrança de juros como uma dádiva divina.

Apesar de o mercador levar a pior na obra de Shakespeare, isso não altera o fato de ser a atividade mercantilista o fundamento da transição do feudalismo ao capitalismo. Na verdade, o mercador levou vantagem e estabeleceu as bases para alterar radicalmente as distintas concepções de mundo que perpassaram as sociedades pré-capitalistas.

Embora não constitua a quintessência do capital industrial e financeiro, o capital usurário revela seus aspectos latentes e encobertos que eram duramente criticados nas sociedades pré-capitalistas. O representante do capital usurário é uma figura avarenta, calculista e irascível. Essas qualidades duramente combatidas na figura do comerciante avarento se irradiaram na composição do capital mercantil, industrial e financeiro, em que o capitalista industrial e o banqueiro têm no lucro o fundamento de sua existência.

## 1.1 Pandemia e capitalismo

O desejo de Midas de transformar todas as coisas em ouro marca o desenvolvimento da sociedade capitalista. Os digníssimos representantes do capital mercantil, elementos de transição para o capital industrial, estabelecem um pacto de morte com o dinheiro. Este deixa de ser um mero instrumento de troca para se constituir no elemento fundamental da existência da humanidade. O mercador deixa de ser uma figura recusada e criticada do passado para tornar-se símbolo do homem bem-sucedido da sociedade burguesa na figura de Robinson Crusóé.

A personagem da obra de Daniel Defoe fez fortuna transportando seres humanos como escravos para a Europa e para a América, mediante a violência aberta, espalhando desgraças e epidemias. Essas epidemias levaram ao desaparecimento de mais de 100 milhões de pessoas no continente americano.

Entre os distintos povos devastados pelas epidemias na América merecem destaque os potiguara, povo que habitava as regiões litorâneas que iam de João Pessoa (Paraíba) até São Luís (Maranhão). Os chamados “pescadores ou comedores de camarões” viviam de maneira saudável no litoral brasileiro até a chegada dos colonizadores europeus. Os potiguara venceram os portugueses e espanhóis em várias ocasiões: 1) na ilha de Itamaracá, em 1575, quando atacaram vários engenhos em represália ao sequestro da filha de um cacique potiguara; 2) no rio Paraíba, em 1579, quando os portugueses enviaram expedições punitivas pelos massacres cometidos

pelos indígenas aos engenhos estabelecidos (MOONEN, 2008); 3) na batalha contra os terços promovidas pelos representantes da Coroa portuguesa nas capitanias de Pernambuco e Bahia em 1584; 4) no cerco da cidade (forte) de João Pessoa e seus habitantes; 5) no combate aos portugueses na década de 1590, sob a liderança de Tejucupapo.

A onda vitoriosa dos potiguara sobre os portugueses e espanhóis somente será obstada em 1597, quando uma epidemia de varíola dizimou parte expressiva de 100 mil deles (MOONEN, 2008). Completamente fragilizados pela epidemia, os potiguara tornaram-se presas fáceis da encarniçada repressão desencadeada pelos portugueses.

A epidemia foi elemento decisivo na vitória portuguesa sobre os tupinambás na Confederação dos Tamoios – sucedida na região de Bertioga (SP) e Cabo Frio (RJ), entre 1554 e 1567. Em 1564 a epidemia de varíola contaminou todo o litoral brasileiro, levando à morte de milhares de indígenas, inclusive do líder Cunhambebe, e enfraquecendo substancialmente a luta contra os portugueses. Muitas outras batalhas foram ganhas pelos portugueses e espanhóis contra os indígenas mediante o recurso das epidemias.

A República dos Palmares também foi destruída com o recurso da epidemia. Palmares era uma república impossível de ser destruída pelos expedientes normais da guerra até que Domingos Jorge Velho recorreu aos mecanismos da guerra bacteriológica para dizimar a população palmarina.

As epidemias foram mecanismos importantes para destruir as formas de sociedades contrapostas ao capitalismo e à lógica do capital. As formas de organização da vida material assentadas no coletivismo e na socialização do excedente precisavam ser destruídas, pois elas se contrapunham ao modo de ser do capital. Pela mediação da escravização dos indígenas e africanos estabeleceram-se as bases para o processo de acumulação primitiva de capitais.

A expropriação das riquezas naturais e a exploração do trabalho dos povos originários da América e da África permitiram a constituição da indústria moderna em bairros destituídos de qualquer infraestrutura necessária. As epidemias e doenças acometeram também os trabalhadores expropriados de suas terras na Europa.

Os capitalistas não perderam oportunidades para usar a epidemia e destruir a classe trabalhadora, impedindo o fortalecimento de sua organização. Utilizaram-se da peste negra e da peste bubônica para impedir a organização dos trabalhadores e sua luta por melhores salários.

Essa pandemia dizimou metade da população da Europa e quase 200 milhões de pessoas no mundo, entre 1347 e 1351, numa época em que se desconhecia completamente a existência do vírus e das bactérias. A enfermidade contagiosa promovia manchas “negras” na pele, acompanhadas de dores e inchaços em regiões de grande concentração de gânglios do sistema linfático, como a virilha e as axilas. A infecção no corpo



contaminado avançava rapidamente e levava à morte em menos de cinco dias.

Diferentemente das cidades da América, que desconheciam a existência de epidemias até a chegada dos colonizadores europeus, as cidades da Europa eram sujas e destituídas de saneamento básico. Inexistia tratamento de água potável e as pessoas estavam sujeitas a inúmeras enfermidades, pois não tinham o hábito do banho diário, de lavar as mãos constantemente e cuidar rigorosamente da higiene pessoal. Tudo isso era agravado pela concepção de mundo, dominada pela superstição que transformou a epidemia numa pandemia que envolveu distintos continentes. Segundo Trindade (s/d, p. 3):

Em 1347, navios mercantes italianos vindos do Mar Negro, onde costumavam comprar tecidos e peles transportadas da Mongólia e da China pela Rota da Seda, trouxeram ao porto de Gênova passageiros indesejáveis nos seus porões: ratos, com pulgas contaminadas por uma moléstia terrível, que logo contaminaram todos os ratos da cidade, e os ratos das cidades vizinhas e dos países vizinhos. À medida em que a população de roedores ia morrendo, as pulgas passaram a se alimentar do sangue das pessoas, que começaram a morrer aos milhares e, em seguida, aos milhões.

O flagelo da peste perpassou a Europa até o século XVIII. O seu ponto de partida foi a Rota da Seda e o desenvolvimento do mercado mundial. Este foi o verdadeiro responsável pela transformação da epidemia numa pandemia, da mesma forma que o mercado

internacional foi o veículo principal da propagação de pandemias como o coronavírus na contemporaneidade. O mercado mundial é espaço de troca não somente de mercadorias, mas também de doenças.

Os povos isolados no passado foram completamente retirados do isolamento e inseridos no contato com outros povos mediante a Revolução Industrial e a revolução dos meios de transportes. As rotas transatlânticas espalharam não somente mercadorias, mas doenças e desgraças, tanto as desgraças emanadas diretamente da intervenção dos capitalistas sobre os povos colonizados, quanto desgraças decorrentes de forças adversas, que os capitalistas souberam utilizar para impor seus propósitos aos dominados.

Como o lucro é o cerne da produção capitalista, a tendência do capitalismo é sempre aprofundar a desgraça e a miséria da classe trabalhadora. A peste bubônica abalou completamente as estruturas do sistema capitalista e contribuiu para o aprofundamento da crise econômica do feudalismo, suscitando o declínio da cavalaria, a ascensão da infantaria, as revoltas camponesas e o desenvolvimento da produção capitalista, a guerra dos Cem Anos e a reconfiguração política e econômica da Europa.

Os camponeses e os artesões medievais tentaram tirar proveito da diminuição do número de trabalhadores decorrente da peste negra na Europa medieval aumentando o valor de sua força de trabalho. Escreve Huberman (1986, p. 59): “Com a morte de tanta gente, era evidente que maior valor seria atribuído aos serviços dos que continuavam vivos [...]. Como a oferta de trabalho se

reduzia, a procura relativa dele aumentava. O trabalho do camponês valia mais do que nunca – ele sabia disso”. A carência de força de trabalho disponível elevou o valor dos salários em mais de 50%. Com a diminuição dos seus lucros, os senhores feudais e a nascente burguesia buscaram impedir a organização proletária e a elevação dos salários através da maquinaria estatal, que promulgou leis em todas as partes da Europa impedindo os trabalhadores de lutarem por melhores salários. Escreve Huberman (1986, p. 75):

Na Inglaterra, a Lei dos Trabalhadores de 1349 determinava que “nenhum homem pagará ou prometerá pagar maiores salários que os habituais... nem de qualquer forma receberá ou pedirá o mesmo, sob pena de ter de pagar o dobro do que pede .... Seleiros, peleiros, curtidores, sapateiros, alfaiates, ferreiros, carpinteiros, pedreiros, teleiros, e outros artífices e trabalhadores, não receberão por seu trabalho e ofício mais do que costuma lhes ser pago.

A lei estabelecida na Inglaterra contra os trabalhadores será reproduzida em toda a Europa. A intensificação das contradições entre senhores e servos, patrões e proletários levou à consciência de classe dos trabalhadores. Mesmo com a destruição de suas associações através de perseguições políticas, prisões e o assassinato de suas lideranças, os trabalhadores continuaram a exigir melhores salários através da paralisação da produção, de greves e revoltas contínuas. Os trabalhadores não diminuíram seu ímpeto contra as classes dominantes, porque observaram que a peste negra

atingia não somente os pobres, mas afetava também a nobreza e o clero. A peste corroe o entendimento de que as classes dominantes eram infalíveis e superiores; elas não contavam com nenhuma proteção divina, da mesma maneira que os pobres. Isso permitiu que nas revoltas camponesas fossem exibidas sem nenhum temor as cabeças de sacerdotes e nobres espetadas em estacas de madeira.

As práticas rastejantes que as classes dominantes adotaram para derrotar as revoltas camponesas reverberaram ao longo da história do capitalismo. A única moral que o capitalista conhece é a moral do lucro e da acumulação. Como o capital é desumano por natureza, o capitalista não tem nenhum escrúpulo em recorrer à mentira, à hipocrisia e à manipulação. Para assegurar seus interesses, eles mentem abertamente, subornam e corrompem terceiros, roubam e matam lideranças operárias e camponesas, declaram guerras às formas de organização socioeconômicas não capitalistas. Os capitalistas recorrem aos expedientes mais baixos e torpes que a humanidade possa imaginar para assegurar a exploração do trabalho assalariado e a expropriação produzida pelas sociedades não capitalistas.

## 1.2 A exploração capitalista e o adoecimento do trabalhador

A passagem do feudalismo ao capitalismo deu-se mediante a expropriação das terras camponesas e a transformação do camponês em trabalhador assalariado. A expropriação das terras camponesas foi fundamental para a formação do exército industrial de reserva nas grandes cidades: as ovelhas tomavam conta das terras dos séquitos feudais, e os camponeses passavam a perambular pelas zonas urbanas, buscando emprego e um local para descansar. A maioria dos óbitos acontece entre trabalhadores vindos do campo que, “durante a viagem e logo ao chegar, passaram por grandes privações, dormindo meio nus e meio mortos de fome pelas ruas e sem encontrar emprego” (ENGELS, 2008, p. 139).

Em sua obra *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*, Engels apresenta um retrato da condição dos trabalhadores na indústria. Ele produz um documento acerca da miséria dos trabalhadores da indústria inglesa, apontando que seus salários garantiam apenas a sobrevivência cotidiana; no final de semana, a família operária geralmente carecia de alimentação. Escreve Engels: “É claro que semelhante modo de vida só pode originar toda sorte de doenças; quando as enfermidades chegam, quando o homem adocece, é então que começa a grande miséria”. A alimentação imprópria debilita o sistema imunológico. Há também as doenças resultantes da ausência de segurança no trabalho, das condições insalubres das fábricas, dos galpões e espaços sem

ventilação ou mal ventilados e do contato constante com substâncias tóxicas.

O ambiente fabril propício ao adoecimento é fortalecido pelas residências operárias empilhadas umas nas outras, “mal construídas, malconservadas, mal arejadas, úmidas e insalubres” (ENGELS, 2008, p. 115). As doenças pulmonares resultavam da associação entre as péssimas condições de alimentação, de trabalho e de moradia.

As mortes nas cidades industrializadas, como Manchester e Liverpool, superavam expressivamente as sucedidas no campo na primeira metade do século XIX. Assim, “as mortes por hidrocefalia são três vezes mais numerosas que no campo, e as motivadas por convulsões, dez vezes” (ENGELS, 2008, p. 147). A maioria do proletariado de Manchester e Londres sofre de doenças pulmonares, apresenta aparência de tísico, com aspecto sempre magro, tórax estreito, olhos encurvados, rostos abatidos e inermes.

Além da tuberculose, os trabalhadores das grandes cidades industriais da Inglaterra sofriam de escarlatina e febre tifoide. Esta levou à morte de mais 6 mil pessoas somente em Edimburgo, em 1817; em 1837, matou 10 mil na mesma cidade. Em Londres, dizimou 1.462 pessoas em 1843; e mais de 10 mil em Glasgow.

Muitos trabalhadores morreram na Escócia e na Irlanda. Somente na Irlanda, superexplorada pelos ingleses, a febre epidêmica matou 95% da população do bairro pobre de Waterford (ENGELS, 2008, p. 140). O surto de febre, na Escócia e na Irlanda, sempre é

acompanhado pela crise econômica resultante da diminuição da colheita e da atividade comercial.

Nesse processo, quem mais sofreu foram os filhos dos trabalhadores desempregados. O ambiente dominado pelo pauperismo e contaminado pelas epidemias aumentou a taxa de mortalidade infantil. Escreve Engels (2008, p. 147): “mais de 57% dos filhos operários morrem antes de completar cinco anos”. E acrescenta (2008, p. 147): “nas cidades, as doenças de crianças causadas por varíola, sarampo, coqueluche e escarlatina são quatro vezes maiores que no campo”.

Além das doenças pulmonares, os trabalhadores sofriam com doenças abdominais, provocadas pelos alimentos indevidos e de baixa qualidade. Destituídos de acesso aos hospitais e aos médicos especializados, os trabalhadores acabam recorrendo à automedicação; as drogas utilizadas para minimizar suas dores multiplicavam seus problemas de saúde. Para isso também contribuíram o espaço de trabalho insalubre, a falta de saneamento básico nos bairros e de um sistema de saúde adequado.

O capital industrial gestou o proletariado num espaço doentio e malévolos. A ampliação das fábricas e indústrias representou a intensificação da miséria e da exploração da classe trabalhadora.

### 1.3 Pandemia do exército industrial de reserva e o adoecimento dos trabalhadores

Pela mediação do exército industrial de reserva, a burguesia consegue controlar a força de trabalho e derrotar

as distintas formas de organização dos trabalhadores. Uma parte do conflito existente entre capitalistas e proletários acaba sendo deslocada para o interior do proletariado mediante a constituição do exército industrial de reserva. Este, segundo Marx (1985, p. 2007), segmenta-se nas formas líquida, latente e estagnada. A maioria da superpopulação relativa é formada pelos trabalhadores e trabalhadoras lançados no absoluto pauperismo. Extraindo desse segmento o *lumpemproletariado*, constituído por vagabundos, delinquentes e prostitutas, essa camada social é formada por aqueles que ainda estão aptos ao trabalho, pelos órfãos e crianças e pelo segmento que não pode mais trabalhar. É o segmento formado pelos “degradados, maltrapilhos, incapacitados para o trabalho”, aqueles que transcendem a média da idade normal dos trabalhadores e que foram vitimizados pela grande indústria.

O desenvolvimento da produção industrial representa o crescimento exponencial dos inválidos, aleijados, doentes e viúvas. A saída para esse segmento foi apresentada pelos próprios trabalhadores e não pelos capitalistas. Foram os próprios trabalhadores que forjaram as caixas de auxílio mútuo para resolver seus problemas. Observando que a organização de auxílio mútuo crescia e representava uma ameaça aos interesses dos capitalistas, os governos passaram a disputar o controle da atividade de assistência social, constituída pelos próprios trabalhadores, forjando a previdência pública com recursos exclusivos dos trabalhadores.



O controle das caixas de auxílio dos trabalhadores permitiu que os capitalistas se apropriassem dos recursos destinados à saúde dos trabalhadores e investissem tais recursos no próprio desenvolvimento do capital industrial e financeiro. A contribuição compulsória dos trabalhadores assegurou a efetivação dos grandes projetos de desenvolvimento nacional, como a construção de Brasília, dos grandes conjuntos habitacionais, da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), da Companhia Vale do Rio Doce, das grandes usinas de energia elétrica (Eletrobras, Chesf etc.) e da Transamazônica.

O capitalismo nunca esteve preocupado efetivamente com a saúde do trabalhador. Pelo contrário, representa a intensificação do adoecimento dos trabalhadores. A doença do trabalho assalariado se expressa na reprodução constante da venda da força de trabalho. O desenvolvimento tecnológico economiza o tempo de trabalho mediante o desgaste constante da força de trabalho.

O trabalhador entra saudável na fábrica e sai do espaço fabril completamente adoecido, pois o capitalista exige, numa jornada de trabalho de oito horas, que o trabalhador produza o equivalente a três jornadas. Desse modo, no decurso de dez anos, o trabalhador produz o equivalente a trinta anos. Já as contrarreformas da previdência social impõem que o trabalhador trabalhe mais 15 anos, para permitir que a doença capitalista por mais trabalho possa continuar.

O rebaixamento constante do valor dos salários enriquece o capitalista e aprofunda a doença dos trabalhadores. A intensificação da produção capitalista mediante a flexibilização e a terceirização representa o aumento da doença e dos distúrbios do lado dos trabalhadores. As doenças decorrentes do mundo do trabalho desgastante e repetitivo se expressam na *performance* das doenças como LER (Lesão do Esforço Repetitivo) e os Distúrbios Osteomusculares Relacionados ao Trabalho (DORT). A lesão muscular decorrente da atividade repetitiva e contínua pode promover doenças como tendinite, tenossinovite, bursite, epicondilite, dedo em gatilho, síndrome do desfiladeiro torácico, síndrome do pronador redondo e mialgias.

A sobrecarga de trabalho implica patologias no corpo do trabalhador. Entre as doenças promovidas pela exploração do trabalho destacam-se as lesões na coluna vertebral. Os capitalistas não se cansam de submeter os trabalhadores ao trabalho com equipamentos e espaços inadequados, sobrecarga de tarefas, peso e atividades. Assim, o corpo e a mente operária são completamente destruídos para atender aos propósitos da patologia do capital.

A natureza doentia do sistema do capital se exprime na necessidade de controle absoluto do trabalho. O poder do capital incorpora num nível muito mais sofisticado a figura do poder patriarcal e do poder do senhor de escravos. As funções totalitárias do poder do capital revelam-se nos distúrbios comportamentais de suas distintas personificações. O autoritarismo do senhor de

escravos, que representava o capital mercantil, ganha corolários sofisticados na liberdade que enseja o contrato de trabalho, em que o trabalhador é livre para vender ou não sua força de trabalho. Na verdade, o trabalhador está condenado a vender sua força de trabalho para não morrer de fome.

O autoritarismo do sistema do capital sobre os corpos e desejos dos trabalhadores trava o desenvolvimento de suas verdadeiras potencialidades. O verdadeiro reino da liberdade é embotado pelo reino da necessidade. A superprodução de mercadorias adoce completamente o corpo e embota a mente dos trabalhadores. Quanto mais riqueza os trabalhadores produzem, mais pobres os trabalhadores ficam.

A doença assentada no lucro e na apropriação do tempo de trabalho excedente dos trabalhadores somente pode ser curada com a ação revolucionária da classe trabalhadora. Estes precisam reconfigurar a produção para que a humanidade possa cuidar de si e definir o que realmente deve produzir para elevar seu bem-estar psíquico, mental, corpóreo e material.

O sistema do capital é uma pandemia que afeta diretamente a saúde dos trabalhadores. A doença do capital usurário e mercantil, intensificada pelo capital industrial e financeiro, somente pode ser interceptada pela ação coletiva e conjunta de trabalhadoras e trabalhadores. Por isso os capitalistas procuram fragmentar os trabalhadores e tentam quebrar as organizações operárias realmente combativas. A organização internacional do trabalho se constitui como antídoto para combater a epidemia do

capital, que destrói a força de trabalho, a natureza e o bem-estar da humanidade. Somente a organização dos trabalhadores pode eliminar o vírus do lucro, do amor à propriedade privada e a exploração do homem pelo homem. Os trabalhadores devem, com o auxílio dos cientistas sociais revolucionários, eliminar o capital para o bem da humanidade.

## CONCLUSÃO

Os governos da burguesia seguem a mesma lógica: aproveitam-se do momento em que os trabalhadores estão sendo atacados pela pandemia do coronavírus para reduzir seus salários. Os capitalistas atacam os direitos da classe trabalhadora de todos os lados e em todas as direções. Nisso estão irmanados o governo Bolsonaro, o parlamento burguês e todo o aparato jurídico e repressivo do Estado.

A subordinação completa do Estado aos interesses do capital financeiro assegura que todas as medidas estatais serão direcionadas para atacar os trabalhadores e defender os interesses das grandes corporações financeiras e do sistema financeiro. Todos os dias, o governo Bolsonaro, o Parlamento burguês e os aparatos jurídicos e repressivos da burguesia lançam medidas contra os (as) trabalhadores (as). Enquanto, de um lado, o governo libera trilhões para salvar os capitalistas da crise financeira, especialmente os especuladores da Bolsa de Valores, do outro, tramitam no Congresso Nacional várias medidas para reduzir o salário dos servidores públicos em até 50%. Somado com o reajuste das alíquotas da previdência social

(mais de 11%) e os descontos do imposto de renda, o servidor público (27,5%) deve receber menos de 20% de seu salário.

Trata-se de um confisco direto do salário dos funcionários públicos para atender aos interesses do grande capital. O governo não para de editar decretos atacando os trabalhadores do setor privado, admitindo a demissão sumária deles, a redução da jornada de trabalho e o corte dos salários em até 100%. Mais de 600 mil trabalhadores de bares e restaurantes foram demitidos com a pandemia em menos de duas semanas. Os trabalhadores das companhias aéreas tiveram seus salários reduzidos em 70%.

O montante de 1,5 trilhão liberado para os banqueiros permitiria construir mais de 1,4 milhão de leitos de UTI e erguer milhares de hospitais no país. Além de liberar trilhões para os capitalistas, o governo anuncia uma série de medidas para isentar os empresários e banqueiros do pagamento de vários impostos. A Medida Provisória (MP) 936 possibilita a redução e a suspensão dos salários por até três meses, sendo uma parte dos rendimentos paga pelo governo federal mediante o seguro desemprego. Para esconder a natureza predatória do sistema estatal, o governo pretende oferecer uma ajuda de R\$ 600, durante três meses, para os trabalhadores informais, desempregados e contribuintes individuais do INSS que cumpram os requisitos de renda média familiar.

Esse é o mecanismo que o governo adota para encobrir os saques trilionários realizados para beneficiar as transnacionais brasileiras e digníssimos homens e

mulheres de negócios como Joseph Safra (Banco Safra), Jorge Paulo Lemann (Ambev), Marcel Hermann Telles (3G Capital), Eduardo Saverin (Facebook), Carlos Alberto Sicupira (Ambeve), José João Abdalla Filho (Banco Clássico), Abilio dos Santos Diniz (BRF), Fernando Roberto Moreira Salles (Itaú), Lia Maria Aguiar (Bradesco), André Esteves (BTG Pactual), Jaime Garfinkel (Porto Seguro), João Roberto Marinho (Grupo Globo), Candido Koren Lima (Grupo Hapvida), Ermírio Moraes (Votorantim), José Luís Cutrale (Sucrocítrico Cutrale), Luciano Hang (Havan), Luiz Frias (Grupo Folha e UOL) etc.

Essas figuras representam a fração da burguesia que engloba 1% da humanidade e detém 99% da riqueza mundial mediante a exploração direta da classe trabalhadora. Essa classe vive a sugar os trabalhadores como vampiros. Esses senhores e senhoras são a síntese do que existe de podre no sistema do capital. Não é à toa que empresários como Junior Dursk (Madero), Alexandre Guerra (Giraffas), Luciano Hang (Havan) e Roberto Justus (Grupo Newcomm), Abílio Diniz (Carrefour), Marcelo de Carvalho (*Rede TV*), iniciaram uma campanha publicitária, na primeira semana de abril de 2020, defendendo não somente “a volta ao trabalho” e para o “Brasil não parar”, mas argumentando abertamente que a morte de alguns milhares de velhinhos não representaria absolutamente nada perante o desenvolvimento econômico. Para esses crápulas, a economia deveria voltar a funcionar, porque a sua manutenção estaria acima da vida dos trabalhadores.

O discurso desses empresários tem o respaldo dos poderosos grupos econômicos transnacionais como Ambev, Vale, GM, VIVO, Suzano, Cyrela, ABRAFARMA (Associação Brasileira de Redes de Farmácias e Drogarias), LATAM, Nestlé, Bradesco, Procter & Gamble, *Bunge*, Rede D'or, COSAN e *Sain Gobain* etc. Todas essas empresas pressionam o governo adote medidas severas contra os trabalhadores. Ao contrário do que defende os capitalistas, os revolucionários não defendem a morte de ninguém, mas sim a morte do verdadeiro responsável pelo problema da humanidade: o capital.

Os problemas da humanidade não se resolvem eliminando os capitalistas privados, mas sim superando completamente o sistema assentado na exploração do trabalho e na constituição de um novo modo de organização da produção: o trabalho associado, livre e universal. Se a morte de um capitalista resolvesse o problema dos trabalhadores a coisa seria fácil. O capitalista morre, mas o sistema do capital continua vivo. Olacyr Moraes, o rei da soja, morreu, mas o agronegócio continuou intocável. Não se trata de uma luta contra a figura do capitalista privado, mas contra o sistema do capital como um todo. É preciso acabar com o capital e sua forma de dominação sobre o trabalho.

A luta contra os ataques aos direitos dos trabalhadores deve se constituir numa ampla luta contra o sistema do capital. Não basta derrotar a política do endividamento público, é preciso destruir o sistema do capital financeiro e o mercado mundial. É preciso entender que o capital é uma pandemia. É um sistema internacional

poderosamente articulado e centrado na exploração do trabalho assalariado. É necessário que todos os trabalhadores do mundo organizem a luta imediata numa perspectiva coesa, abrangente e universal.

A crise sanitária do coronavírus faz os capitalistas aprofundarem os ataques aos direitos dos trabalhadores, mas pode servir também para aprofundar a consciência da classe trabalhadora. Ela revela a natureza destrutiva e profundamente doentia do sistema do capital, por isso, a pandemia também pode ser um momento para os trabalhadores e trabalhadoras se organizarem: como aconteceu na etapa posterior à peste bubônica na Europa, em que os camponeses e os artesões orquestraram várias revoltas e lutas revolucionárias que contribuíram para lançar abaixo o sistema feudal.

A crise do coronavírus pode servir para aumentar a consciência da classe trabalhadora, na medida em que a maquinaria estatal da burguesia aproveita para saquear e expropriar ainda mais os trabalhadores. Estes podem aguçar sua consciência de classe transformando o espírito de revolta em revolução contra o edifício do capital. O importante é que os trabalhadores comecem a perceber que o capital é um sistema histórico e não natural, e que se pode construir outra sociedade.

É fundamental que a classe trabalhadora perceba por meio da pandemia a natureza doentia do capital e que o verdadeiro vírus que adocece a humanidade se chama capitalismo. Os trabalhadores devem compreender os limites do sistema do capital e a impossibilidade deste em resolver os problemas fundamentais da humanidade,



universalizando de forma concreta o acesso à saúde, à educação e ao trabalho.

## REFERÊNCIAS

ENGELS, Friedrich. *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*. Trad. B. A. Schumann. São Paulo: Boitempo, 2008.

HUBERMAN, L. *História da riqueza do homem*. Trad. Waltensir Dutra. 21.ed. Rio de Janeiro: LTC, 1986.

MOONEN, Frans. *Os índios potiguara da Paraíba*. 2ª edição digital aumentada. Recife: 2008.

TRINDADE, José Damião de Lima. Anotações sobre a história social dos direitos humanos. Endereço eletrônico: <http://www.pge.sp.gov.br/centrodeestudos/bibliotecavirtua/1/direitos/tratado1.htm>. Acesso em 04 de abril de 2020.

## CAPÍTULO SEGUNDO

### A PANDEMIA DA BOLSA DE VALORES E A DITADURA DO SISTEMA FINANCEIRO

---

Quando se trata de quebra da Bolsa de Valores sempre se remete à Grande Depressão de 1929, quando o *New Deal* não conseguiu salvar a economia norte-americana, que somente veio a recuperar-se com o auxílio da Segunda Guerra Mundial e seu poderoso complexo industrial-militar. Nos “trinta anos dourados” do denominado Estado de Bem-Estar Social, a destruição das velhas potências imperialistas permitiu que os excedentes de capitais acumulados pelas empresas norte-americanas pudessem ser absorvidos na reconstrução das economias abaladas pela grande guerra e pelas políticas de industrialização controladas das economias dependentes como a brasileira. No entanto, a recuperação da Alemanha e do Japão na década de 1960 obrigou os Estados Unidos a romper com o sistema de *Bretton Woods* e o sistema de câmbio flutuante (fim da paridade do dólar com o ouro) e abrir caminho para um novo cenário de expansão do capital financeiro.

A ascendência do capital financeiro de natureza fictícia resultou do excesso de capital emanado do setor produtivo que passou a não retornar ao referido setor. A mais-valia apropriada pelos capitalistas, na forma de lucro, deixou de ser capitalizada no movimento da reprodução ampliada do capital produtivo e foi deslocada para o

sistema financeiro. O excedente de capital oriundo do aumento do valor do petróleo foi depositado nos grandes bancos de *Wall Street* e abriu caminho para o endividamento completo das economias dependentes.

O ponto de partida da ditadura do capital financeiro foram os petrodólares, que tiveram seu ponto de inflexão nos eurodólares, no aumento de gastos dos Estados Unidos com a Guerra do Vietnã e na recuperação econômica das economias afetadas pela Segunda Guerra Mundial. O acirramento das disputas entre as grandes corporações imperialistas revelou a impossibilidade de expansão dos velhos mercados e desvelou a necessidade de constituição da ciranda especulativa do mercado de crédito, do mercado monetário, do mercado cambial e do mercado de capitais.

O excesso de capitais oriundos dos petrodólares permitiu que os grandes bancos de *Wall Street* pudessem reciclar esses capitais mediante a constituição do endividamento público das economias dependentes ou periféricas como a brasileira. Quando essas economias entram em crise e decretam moratória, como fizeram México, Argentina e Brasil diversas vezes, o poderoso Estado norte-americano precisa também entrar na ciranda do endividamento externo para salvar o sistema financeiro e seus gigantescos credores, acumulando hoje uma dívida de mais de 22 trilhões de dólares, superior ao PIB do país. O endividamento dos distintos Estados-nacionais tem se constituído como mecanismo essencial para alimentar o cassino mundial das Bolsas de Valores e do mercado de capitais. As Bolsas de Valores estão no centro de todas as

crises experimentadas na era da crise estrutural do sistema do capital, em que as políticas neoliberais são mecanismos fundamentais para os EUA subordinarem a economia mundial aos seus interesses.

Esse sistema é muito complexo e possui inúmeros mecanismos para encobrir o fundamento de sua riqueza material. É importante salientar sempre que o dinheiro não brota do nada, mas emana da exploração do trabalho. O portador do dinheiro não faz dinheiro sem antes comprar força de trabalho e meios de produção (maquinaria e matéria-prima). A lei absoluta do sistema do capital chama-se mais-valia. É a mais-valia que faz o capitalista abrir uma fábrica de salsicha ou uma escola. No entanto, a economia capitalista ficou ainda mais complexa, e sua capacidade de encobrir o fundamento da riqueza da sociedade ainda mais sofisticada com a ascensão do capital financeiro.

A partir da década de 1970, o capital financeiro exacerba seu aspecto perdulário e parasitário com o crescimento exponencial do mercado de capitais (títulos públicos, fundos de pensão, seguros, derivados etc.). O capital financeiro tem na Bolsa de Valores um veículo de reprodução social; no entanto, a Bolsa de Valores não produz nenhuma riqueza, porquanto não passa de um espaço em que a riqueza proveniente da esfera do capital produtivo (industrial ou agrário) aparece na forma de rendimentos. O rendimento resulta do direito de propriedade e da expansão efetiva do processo de acumulação de mais-valia e do lucro, configurando-se

como simples forma de participação nos rendimentos auferidos.

O capital financeiro fictício não representa diretamente o mundo da produção e acumulação do excedente econômico, mas da geração e acumulação dos direitos de propriedade. Os títulos estão assentados nos preceitos jurídicos que regulamentam o direito de propriedade. Trata-se de um ordenamento jurídico relacionado ao processo de distribuição de renda de propriedade. Os títulos das empresas negociados na Bolsa de Valores não passam de um direito de rendimento, não possuindo vínculo direto com o movimento produtivo da empresa. O título não tem relação direta com a produção nem representa um ativo real vinculado ao movimento produtivo da empresa. O título é uma ficção, como é fictício o capital especulativo. O valor dos títulos está relacionado às expectativas de rentabilidade do mercado (SANTOS NETO, 2019).

Na Bolsa de Valores compra-se o direito de propriedade e com esse direito se pode auferir rendimentos que podem emanar ou não da produção. O que não emana da produção não passa de uma jogatina em que o que se ganha de um lado e se perde do outro. Isso não implica que inexista alguma espécie de relação entre capital financeiro e capital produtivo. A relação pode existir, mas depende sempre do interesse do elemento financeiro. Ele é o elemento predominante no circuito do capital nos tempos hodiernos.

Por isso os investimentos na Bolsa de Valores e na acumulação de ativos financeiros não significam uma

expansão similar no reino da produção efetiva. O sistema financeiro revela-se como um todo articulado, erguido pelo mercado de crédito (formado pelos bancos comerciais – negociação de empréstimos), mercado monetário (negociação da dívida pública), mercado cambial (negociação com moedas estrangeiras) e mercado de capitais (relacionado às atividades das sociedades anônimas e à negociação de participação). O mercado de capitais é um negócio profundamente suscetível de prejuízo para os pequenos e de lucros para os gigantes. A rentabilidade obtida no reino da especulação é determinada pelo movimento operado pelas grandes agências financeiras que controlam o movimento de circulação dos títulos e das ações na Bolsa de Valores. Elas atuam de forma coordenada na manipulação das operações financeiras, visando favorecer os seus negócios e prejudicar os outros. Para isso existem as empresas de riscos, que são manipuladas pelo centro de comando da ditadura do capital (*Wall Street*).

## 2.1 A crise do cassino chamado mercado financeiro

A crise iniciada com o fim do padrão-ouro deixou de ser uma exceção e passou a ser inerente ao sistema do capital financeiro. Na esteira dessa primeira crise, veio a crise do petróleo em 1973; a crise mexicana em 1982; a crise do sistema financeiro norte-americano que promoveu a falência de 1.860 bancos e 1.400 companhias de poupanças e empréstimos em 1987; a crise do peso mexicano em 1994; a crise dos gigantes asiáticos

(Malásia, Indonésia, Filipinas, Taiwan, Hong Kong e Coreia do Sul) em 1997; a crise do rublo (Rússia) em 1998; a crise das empresas pontcom (*bolha da internet*) em 2000 – excesso de capitais no mundo dos derivativos que levou à falência de 5 mil empresas; a crise das Torres Gêmeas em 2001; a crise argentina em 2001; a grande recessão norte-americana em 2008; a crise da dívida na Europa em 2010; a crise das Bolsas em 2020.

A crise financeira de 2008 constituiu-se como a maior crise econômica desde a queda da Bolsa de Valores de 1929. A falência do banco de investimento *Lehmann Brothers* (1850) arrastou consigo enormes instituições financeiras, como a empresa de seguros *American International Group* (AIG), e propagou-se para instituições financeiras como *Citigroup* e *Merril Lynch* nos EUA; *Northern Rock* na Grã-Bretanha; *Swiss Re* e *UBS* na Suíça; *Société Générale* na França; Sadia, Aracruz Celulose e Votorantim no Brasil. Para salvar o capitalismo, o governo americano estatizou as agências de crédito imobiliário, como *Fannie Mae* e *Freddie Mac*, e, posteriormente, as unidades produtivas, como a GM (*General Motors*). A aprovação em outubro de 2008 dum pacote de salvamento das instituições em crise, da ordem de 1,5 trilhão de dólares, foi somente o primeiro passo dum conjunto de ações estatais num volume da ordem de 12,3 trilhões de dólares.

A crise econômica dos EUA arrastou consigo o velho continente europeu, e as principais economias mundiais entraram num processo recessivo durante toda a década de 2010-2020. Ao contrário do que diziam os

apologetas do sistema financeiro, a economia mundial não se recuperou em dez anos; pelo contrário, a economia entrou numa recessão ainda maior dez anos depois. O Estado mínimo para os trabalhadores e o máximo para os capitalistas foi a tônica das políticas econômicas adotadas, desvelando a natureza fundamental do Estado: tirar dos trabalhadores para entregar aos tubarões do sistema financeiro, como está fazendo o governo brasileiro agora.

Uma nova ditadura do sistema financeiro é observada em meio à pandemia do coronavírus. Os digníssimos representantes dos organismos internacionais são unânimes em afirmar que estamos vivendo uma crise maior do que a de 2008 e que o Brasil está no olho do furacão. Tudo indica que a economia global deve aprofundar um ciclo de estagnação. A recessão precede a crise sanitária do coronavírus. A crise brasileira precede a crise do coronavírus e revela a natureza perversa do sistema do capital, em que os seres humanos aparecem abaixo do valor das mercadorias (ferro, soja, milho, cana-de-açúcar etc.).

A crise financeira iniciada em 24 de fevereiro de 2020 afetou as principais bolsas do mundo: *Wall Street* despencou 10% apenas em um dia; o índice composto canadense de S&P/TSX caiu 12%; o índice italiano FTSE MIB fechou com uma perda de 16,92%; o DAX da Alemanha desmoronou 12,24% (CORREIA, 2020, p. 1). Os títulos do Tesouro dos EUA de dez anos alcançaram os níveis mais baixos de sua história (menos de 1%). No Brasil, o Ibovespa caiu 15,78% somente num dia, após suas negociações terem sido interrompidas seis vezes. Isso



não impediu que as empresas que especulam na Bolsa brasileira experimentassem um prejuízo de mais de 1,5 trilhão de reais.

A tendência de crise da economia mundial pode ser observada no PIB dos EUA que não passou de 2,3%; da Zona do Euro, que estacionou em 1,2%; do Brasil, que ficou em 1,1%. A maioria das economias mundiais apresentaram taxas econômicas de estagnação no primeiro trimestre de 2020. Isso bem antes de o coronavírus tornar-se uma pandemia. A autonomia relativa da Bolsa de Valores demonstra que sua queda é expressão da grande crise que acomete o setor produtivo e tem sido intensificada pela natureza predatória do próprio capital financeiro. A queda real do valor das *commodities* e a diminuição da capacidade produtiva e de expansão do capitalismo derivam da queda de preços do barril do petróleo na Arábia Saudita e Rússia, das guerras comerciais entre EUA e China, entre outras coisas. Embora o mundo das Bolsas de Valores tenha autonomia relativa e não esteja diretamente relacionado à produção de bens materiais e de bens de serviços, ele incide sobre a esfera da produção de mercadorias devido ao papel que as grandes instituições financeiras exercem sobre o capital produtivo.

A crise não decorre simplesmente da paralisação da produção e das atividades de bens e serviços prestados por conta da pandemia do Covid-19, mas da própria ditadura do capital financeiro, iniciada em 1970. As medidas adotadas pelos distintos governos não representaram a suspensão das atividades de exportação e importações de

mercadorias; tão só foram estabelecidas medidas restritivas à circulação de pessoas e não à circulação de mercadorias. Afinal, as mercadorias não podem parar de circular, pois, se elas pararem de circular, o capital interrompe seu sistema de rotação e a mais-valia produzida não é realizada. A diminuição da capacidade produtiva da China precede a crise promovida do coronavírus (Covid-19) e transcende o problema sanitário, envolvendo toda a estrutura do sistema forjado na exploração do trabalho, na tentativa desesperada de assegurar suas taxas de lucro mediante novos processos de acumulação de mais-valia.

Os representantes dos organismos internacionais apontam que a pandemia do coronavírus causará uma recessão global maior que a observada em 2008, mas que a economia irá se recuperar. Para isso, eles contam com o auxílio poderoso da maquinaria estatal, que mesmo endividada começou a forjar pacotes trilionários para salvar os grandes bancos e as instituições financeiras. Como em 2008 e nos períodos passados, o Estado atua como o salvador do sistema financeiro, repassando o ônus da crise para a classe trabalhadora.

Para blindar o sistema financeiro e garantir a ditadura do capital sobre o trabalho, os governos novamente adotam megapacotes de socorro às grandes instituições financeiras. Tanto os países ricos quanto os países pobres procuram evitar a debacle dos mercados mediante a liberação de pacotes trilionários. A ação coordenada dos senhores do mercado global implicou a formação de vários pacotes dos governos e seus bancos

centrais, visando salvar os especuladores do gigantesco prejuízo.

O Banco Central Europeu anunciou a injeção de 1 trilhão de euros para salvar o sistema financeiro europeu. A Alemanha lançou um pacote de estímulo na ordem de 750 bilhões de euros. Diante da negativa dos democratas em aprovar um pacote de 2 trilhões, além do anunciado pelo governo Donald Trump de 1,5 trilhão, o FED (*Federal Reserve Banks*) adotou medidas de ampliação do crédito para distintos setores e não somente para os banqueiros. Seguindo a mesma política dos governos centrais, o presidente do Banco Central do Brasil anunciou um auxílio de 1,28 trilhão de reais para as grandes corporações financeiras.

Mesmo com as medidas adotadas pela organização das instituições financeiras e das gigantescas corporações empresariais, a perspectiva é de contração da economia mundial. Para a firma de gestão de recursos e consultoria *Schoders* (OLIVEIRA, 2020, p. 1), “o PIB do mundo vai ter retração de 3,1% este ano em comparação com 2019”. Na Zona do Euro, a atividade empresarial caiu 31,4 pontos em março e despencou 51,6 pontos em fevereiro (G1, 2020, p. 1). O Brasil (representa 2,4% do PIB global) deve seguir a tendência da economia mundial, experimentando uma profunda recessão, com previsão de queda de 4% no seu PIB. No entanto, existem os mais otimistas, como os Bancos *JPMorgan* e *Goldman Sachs*, que estimam que a economia brasileira vai sofrer uma retração de somente 1% de seu PIB em 2020.

## 2.2 A crise servirá para aumentar a ditadura do mercado financeiro sobre o trabalho

A crise financeira situada no contexto da pandemia do coronavírus aprofunda o processo de concentração e centralização de capitais nas mãos das gigantescas corporações transnacionais. Na obrigação de salvar o sistema financeiro em crise, os governos aprofundarão seu endividamento mediante o aumento dos empréstimos públicos. Os Estados-nacionais vão endividar-se ainda mais para salvar os capitalistas da crise, isso os tornará mais dependentes do sistema financeiro. O endividamento dos Estados fortalecerá o poderio de suas grandes corporações financeiras no mercado mundial, que operarão no sentido de eliminar do cenário internacional as empresas menores e aquelas pertencentes às subpotências.

Os Estados imperialistas mais poderosos, como Estados Unidos (21% do PIB global) e China (14% do PIB global), estarão também mais endividados, mas como subordinam as economias dependentes aos interesses de seus gigantescos grupos financeiros, contarão com mecanismos mais eficazes para transferir o peso da dívida pública e seu déficit fiscal para os trabalhadores do Terceiro Mundo. A transferência de recursos públicos para as grandes corporações livrará da falência os “grandes demais para quebrar” e eliminará do mercado as transnacionais que não tiverem capital suficiente para ampliar sua capacidade produtiva (maior desenvolvimento tecnológico e científico).

As principais empresas abaladas pela queda da Bolsa de Valores foram as transnacionais como Petrobras, Ambev, Banco Itaú Unibanco, Bradesco etc. A dificuldade para as transnacionais das economias dependentes ou subimperialistas se recuperarem implicará uma tomada de seu espaço pelas concorrentes das economias imperialistas. Na perspectiva de conter a tendência de colapso de inúmeras empresas, o governo “Bolso” liberou 1,2 trilhão de reais para essas empresas, pela mediação do Banco Central, e liberou mais 167 bilhões de reais pelo Ministério da Economia. O BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) liberou ainda 55 bilhões de reais para as empresas em crise; o Ministério da Economia liberou 88,2 bilhões de reais para os estados (sendo 40 bilhões de reais para operações de crédito no sistema financeiro, 12,6 bilhões de reais para a suspensão das dívidas dos estados, 16 bilhões de reais para fundos de participação dos estados e municípios, 9,6 bilhões de reais para a renegociação de dívidas dos estados, somente oito bilhões de reais para a saúde e dois bilhões de reais para a assistência social). Os oito bilhões de reais da saúde não representam absolutamente nada quando se considera que o governo federal cortou vinte bilhões de reais do orçamento que seria destinado ao SUS (Sistema Único de Saúde). Sem contar nos cortes aplicados recentemente à educação (corte das Bolsas da CAPES) e ao Programa Bolsa Família.

A pandemia do coronavírus levou o governo, em menos de duas semanas, a efetivar um megaprojeto de auxílio aos tubarões do sistema financeiro na ordem de 1,5

trilhão de reais, que somado ao pagamento da dívida pública, deve ficar próximo do orçamento federal de 2020. O montante de recursos destinados aos banqueiros deve transcender 3 trilhões de reais, pois muitos outros pacotes de auxílio ainda serão oferecidos. Com isso, o governo “Bolso” deve assegurar sua posição como efetivo representante dos interesses do mercado financeiro num contexto em que sua política sanitária revela-se completamente desastrosa.

As trapalhadas do presidente demonstram como a ditadura do mercado pode recorrer à figura de um “imbecil útil” para realizar seus propósitos. As trapalhadas do “imbecil” revelam a natureza “diabólica” da Bolsa de Valores e do mercado financeiro. A irracionalidade do governo no tratamento da saúde pública expõe a natureza autoritária do sistema do capital, em que a vida dos seres humanos não vale nada. A insanidade mental do representante político do capital mostra com clareza a natureza patológica do capital financeiro e a necessidade de uma ofensiva de massa socialista.

Na perspectiva do capital, a crise em curso deve servir para operacionalizar uma verdadeira reconfiguração do mercado mundial em benefício das maiores corporações financeiras e multinacionais das economias imperialistas como EUA e China. As grandes corporações globais devem ampliar seu poderio nos complexos produtivos de bens e serviços e no mercado financeiro.

O encolhimento do mercado para as empresas transnacionais das economias dependentes representará uma diminuição das receitas e a necessidade de

intensificação do endividamento interno e externo. Para enfrentar as dificuldades, os Estados-nacionais serão obrigados a aplicar novas medidas neoliberais. Desse modo, ao invés de melhorar o sistema público de saúde, ele vai destruí-lo ainda mais para beneficiar o setor privado.

A ação dos governos (extrema direita ou democrata) será uma só: assegurar a ditadura do mercado sobre o trabalho. A crise do coronavírus permitirá aumentar a concentração de riqueza num polo e a concentração de miséria no outro. A crise econômica inscrita no contexto dessa pandemia servirá para os tubarões engolirem os peixes pequenos. O desaparecimento de milhares de pequenas e médias empresas resultará no aprofundamento do desemprego na esfera internacional. A dificuldade de essas empresas terem acesso às políticas ensejadas pela maquinaria estatal para os grandes capitalistas implicará em sua destruição paulatina. Na verdade, essas empresas não passam de subsidiárias das políticas de terceirização e flexibilização das relações de trabalho no mundo inteiro.

É a intensificação do processo de acumulação por espoliação que se configura como elemento nodal no capitalismo contemporâneo mediante o avanço da dívida pública, a manipulação do sistema de crédito, a supervalorização das ações, a manipulação do sistema financeiro, a fraude corporativa e os ataques constantes aos direitos dos trabalhadores. A atuação dos fundos especulativos de cobertura e outras instituições financeiras exerce papéis relevantes no processo de acumulação por

espoliação (HARVEY, 2004, p. 110). Pela mediação da crise de liquidez as grandes corporações financeiras podem forçar a falência de empresas concorrentes como podem adquirir-las facilmente. Essa forma de acumulação se estende ao processo de privatização de ativos públicos, do conhecimento produzido pelas universidades, do movimento de privatização dos recursos naturais (água, energia etc.) e dos serviços públicos. A ortodoxia das medidas neoliberais se plasma através da acumulação por espoliação. Escreve Harvey (2004, p. 111): “A acumulação por espoliação pode ocorrer de diversos modos e seu *modus operandi* tem muito de contingente e casual. Apesar disso, é onipresente, sem importar a etapa histórica, e se acelera quando ocorrem crises de sobreacumulação na reprodução ampliada, quando parece não haver outra saída a não ser a desvalorização”.

Após 12 anos da grande crise de 2008 e dez anos da crise do mercado europeu, o sistema financeiro entra novamente em colapso. A política econômica ensejada pelos governos da burguesia no mundo inteiro será a mesma: ataque aos direitos dos trabalhadores. O discurso do governo de extrema direita do Brasil, em pleno auge da pandemia do coronavírus, demonstra cabalmente isso. O capital é um sistema absoluto que não aceita partilhar nada com o trabalho.



### 2.3 A necessidade do protagonismo da classe trabalhadora

É preciso que a classe trabalhadora tome consciência de que a sua emancipação passa pela destruição da ditadura do capital. Não existe nenhuma possibilidade de conciliação do trabalho com o capital, porque este somente pode se reproduzir dominando o trabalho. Por isso o governo “Bolso” não pode deixar de atacar os trabalhadores em meio à crise do coronavírus. Pelo contrário, ele aproveita a pandemia para lançar uma série de ataques à classe trabalhadora. Além de propor o corte dos salários dos servidores públicos em até 50%, com o aval do Congresso Nacional, edita a Medida Provisória 905/2019 que permite aos patrões a demissão de seus trabalhadores, a redução de salários e o estabelecimento de acordos unilaterais e inconstitucionais.

Depois do *impeachment* de Dilma Rousseff que ocorreu para viabilizar a ascensão da extrema direita no comando da administração dos negócios da burguesia brasileira, os petistas passaram a denunciar a possibilidade de retorno da ditadura militar e a constituição de um sistema de exceção no Brasil, marcado pela ameaça às instituições democráticas. É importante destacar que os petistas nada disseram contra a ditadura dos mercados e a ditadura do sistema financeiro, pois quando estavam no comando político da economia nacional serviram completamente aos interesses do sistema financeiro. A dívida pública passou de 640 bilhões para 1,4 trilhão entre 2002 e 2007. Em 2010 a dívida representava 1,65 trilhão. Em 2015 o endividamento público alcançou quatro

trilhões de reais. O volume da dívida pública ampliou-se em mais de seis vezes nos governos petistas. Isso indica que a política de conciliação de classe diminuiu o processo de ocupação de terras no Brasil, beneficiando o agronegócio para subordinar as centrais sindicais à lógica dos fundos de pensão mediante o sindicalismo “acionário”. A defesa da presença dos trabalhadores na Bolsa de Valores passou a ser a tônica dos representantes sindicais que creem na possibilidade de oferecer uma face humana ao sistema financeiro.

É bom destacar que quando os petistas combatem a possibilidade de retorno da ditadura militar no Brasil, se esquecem de dizer que os mesmos protagonistas (banqueiros, construtoras, latifundiários/agronegócio) que sustentaram a ditadura militar também apoiaram seus governos. Petistas e adeptos da extrema direita não podem atacar o problema central que afeta a classe trabalhadora, ou seja, não podem atacar a verdadeira ditadura que se plasma no interior da ditadura militar ou da democracia burguesa: a ditadura do mercado, a ditadura do sistema financeiro ou a ditadura do sistema do capital.

Esse é o verdadeiro inimigo da classe trabalhadora, um inimigo muito complexo e difícil de combater porque ele tem muitos aliados e muitos seguidores. A classe trabalhadora é a única que pode combater a ditadura do mercado e destruir o sistema do capital. Para isso ela precisa se desprender das ilusões da democracia burguesa defendida pelo PT (lulismo) e da extrema direita, pois ambas estão subordinadas à lógica do capital financeiro. Ambas as formas de configuração política são inúteis para

que os trabalhadores se emancipem do capital porque venderam a sua alma ao deus chamado capital financeiro. Eles venderam sua alma ao diabo e estão destituídas de qualquer possibilidade de oferecer uma alternativa à classe trabalhadora. Eles serviram para aprofundar o endividamento externo e interno e para ampliar o poder das Bolsas de Valores. E alimentaram o sistema financeiro através da ampliação da abertura para o ingresso de capital estrangeiro do país, além de aprofundar o processo de internacionalização da economia brasileira mediante a expansão do agronegócio e a desindustrialização nacional. Os petistas e a extrema direita não podem participar do projeto de emancipação da classe operária e camponesa porque venderam sua alma ao mercado financeiro quando aplicaram inúmeras reformas contra os direitos dos trabalhadores e das trabalhadoras (reforma da previdência, reforma trabalhista).

A emancipação da classe trabalhadora é tarefa dos próprios trabalhadores. Somente as organizações que possuem um programa totalmente contrário ao capital e centrado na necessidade de alterar radicalmente a estrutura do trabalho têm algo a dizer para os trabalhadores e trabalhadoras; somente os trabalhadores podem desempenhar o protagonismo na destruição da ditadura do capital sobre o trabalho, a fim de emancipar a humanidade. Para isso é fundamental, em meio à pandemia do coronavírus, que os trabalhadores e trabalhadoras fortaleçam suas organizações e instrumentos de luta. É preciso que a classe trabalhadora demita os

patrões e acabe com a ditadura do capital, destruindo o mercado internacional e a Bolsa de Valores.

O primeiro ato revolucionário é a organização do trabalho associado, livre e universal contra o trabalho assalariado, enquanto forma de reprodução do trabalho escravo ou servil. Nesse processo, a classe trabalhadora deve, em uníssono, decretar morte à Bolsa de Valores, ao Mercado Financeiro, aos bancos, às instituições financeiras, aos fundos de pensão, aos seguros, aos derivativos e a todas as formas de manifestação do capital financeiro, industrial e comercial. Para isso, os trabalhadores precisam assumir o comando de cada fábrica e de cada supermercado, de cada pedaço de terra e de cada espaço no território urbano, de cada empresa de telecomunicação e de cada centro de produção do conhecimento. É preciso expropriar os capitalistas e destruir a ditadura do mercado contra o trabalho. É preciso liquidar o sistema financeiro para o bem da humanidade. Do contrário, serão dezenas de trilhões para o sistema financeiro e nada para as trabalhadoras e trabalhadores.

## REFERÊNCIAS

CORREIA, Karla Mamona Beatriz. *Bolsa brasileira já perdeu R\$ 1,3 trilhão em valor de mercado em 2020.*

Endereço eletrônico: <https://exame.abril.com.br/mercados/bolsa-brasileira-ja-perdeu-r-13-trilhao-em-valor-de-mercado-em-2020/4>.

G1. *Últimas notícias sobre os mercados em 24 de março*.  
Endereço eletrônico: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2020/03/24/ultimas-noticias-sobre-os-mercados-em-24-de-marco.ghtml>. Acesso em 24 de março de 2020.

HARVEY, David. *O “novo” imperialismo: acumulação por espoliação*. Socialist register, 2004.

OLIVEIRA, João José. *Mundo vai parar, empresa pequena quebra e ricos dominam, dizem analistas*.  
Endereço eletrônico: <https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2020/03/23/coronavirus-vai-concentrar-riqueza-e-mudar-cadeia-global-de-producao.htm>. Acesso em 24 de março de 2020.

SANTOS NETO, Artur Bispo. *A presença do capital industrial-financeiro no Brasil*. Maceió: Edufal, 2019.

Maceió, 24 de março de 2020

# CAPÍTULO TERCEIRO

## A PANDEMIA DO DINHEIRO NA SOCIEDADE CAPITALISTA

---

*O enigma do fetiche do dinheiro é, portanto, apenas o enigma do fetiche da mercadoria, tornado visível e ofuscante. Os produtos do trabalho alienado são a substância do caráter fantasmal da mercadoria, e as condições da produção de mercadoria gestam o caráter enigmático do dinheiro.*

(MARX, 1985, p. 102)

No entanto, os que ambicionam ficar ricos caem em tentação, em armadilhas e em muitas vontades loucas e nocivas, que atolam muitas pessoas na ruína e na completa desgraça. Porquanto, o amor ao dinheiro é a raiz de todos os males.

(I TIMÓTEO, 6:10)

No decorrer deste texto vamos tentar entender a natureza do dinheiro na sociedade capitalista. É importante investigar como o dinheiro vai ganhando espaço nas sociedades de classes e, paulatinamente, deixa de ser um instrumento de mediação das relações de troca e intercâmbio de produtos para se transformar no elemento regulador do modo de produção capitalista. Especialmente, como o dinheiro penetra em todos os poros da sociedade contemporânea e plasma a existência de todos os seres humanos.

Apesar de o dinheiro exercer um papel poderoso na sociedade capitalista, muito pouco se sabe sobre a origem dele. A função poderosa nas mentes e corações das pessoas se manifesta na propositura de que o dinheiro é a chave para a felicidade. E não faltam mecanismos para incentivar essa perspectiva. Os programas midiáticos prometem dinheiro na forma de “Baú da Felicidade”, “Show do Milhão”, “Bolões da Mega-Sena”, “Lotomania”, “Lotofácil”, “Quina”, “Casas de Apostas”, “Cassinos” etc. A manipulação da consciência da classe trabalhadora é maximizada reiteradamente mediante os programas televisivos que prometem que o dinheiro pode solucionar todos os problemas da humanidade; dessa maneira, pessoas saem do anonimato e tornam-se famosas quando ganham um “carro zero” ou prêmios milionários na roleta.

A poderosa maquinaria do reino da publicidade e da propaganda intensifica ainda mais a ignorância das massas acerca do verdadeiro fundamento da riqueza da sociedade. O dinheiro parece brotar de si mesmo, feito uma alquimia ou feitiço. Desaparece completamente sua relação orgânica com o mundo do trabalho. O verdadeiro fundamento da riqueza deixa de ser o trabalho e os trabalhadores produtivos. A alienação que perpassa o trabalho na sociedade capitalista, em que os trabalhadores produzem riqueza e vivem na miséria, é maximizada com a elevação do papel do dinheiro.

A sociedade orientada para o dinheiro esquece que sua fundamentação é o trabalho assalariado ou abstrato. É a natureza abstrata do trabalho que faz com que o dinheiro

seja essa abstração difícil de ser elucidada. A complexidade da forma de apropriação do tempo de trabalho excedente (mais-valia) que rege a sociedade capitalista e o sistema do capital impede que os trabalhadores empregados e desempregados tenham completa clareza da natureza do dinheiro, apesar de saberem perfeitamente que são explorados e esmagados pelo patrão ou pelo capitalista.

Desse modo, as pessoas usam o tempo inteiro o dinheiro, mas desconhecem profundamente a sua história, o seu papel e a sua natureza. O uso do dinheiro se generalizou, e as pessoas continuam ignorando sua efetiva natureza. Os indivíduos passam pelo ensino básico e pela universidade e continuam a ignorar completamente a natureza do dinheiro. O processo de formação se generaliza de uma maneira tal que as pessoas se formam para ganhar dinheiro e não para constituir uma existência humana plena de sentido e articulada aos interesses da coletividade dos trabalhadores.

A sociedade regida pelo dinheiro confere um papel poderoso aos banqueiros e às instituições financeiras. Essas moldam o estilo de vida dos indivíduos, que não existem mais para si e para a coletividade, mas somente para servir à grande divindade chamada capital. O poder do dinheiro se generaliza e move a existência dos indivíduos, determina as relações entre eles como relações entre coisas. O dinheiro torna mais lindo o indivíduo mais horrível. O dinheiro pode permitir a aquisição das melhores roupas, automóveis, casas, apartamentos, refeições, brinquedos etc. O jogador que torna-se padrão



de comportamento para juventude devido ao volume de capital que movimenta em sua conta. O banqueiro se torna uma figura profundamente atraente não pelo que ele realmente é, mas pelo volume de capitais que detém em sua instituição financeira ou bancária. Pela mediação do dinheiro, transformado em capital, essas instituições financeiras podem decidir um campeonato de futebol, como podem levar à falência concorrentes e economias de países inteiros. No entanto, numa situação de crise, o dinheiro perde seu poderio e o reino encantado das mercadorias começa a ser questionado.

### 3.1 História do dinheiro

A apreensão da história do dinheiro é fundamental para se superar a compreensão de que o dinheiro se constitui como quintessência da história da humanidade, pois muitas sociedades não recorreram ao dinheiro nem às relações de troca para forjar a reprodução de sua existência material. O dinheiro não se constitui como o elemento fundamental da história da humanidade; pelo contrário, ele esconde a verdadeira riqueza da humanidade e oblitera a compreensão do elemento fundamental que assegura a existência da humanidade: o trabalho. A humanidade pode viver sem dinheiro, mas não pode existir sem trabalho. Não é à toa que nas situações de crises, guerras e pandemias, a primeira coisa que sofre desvalorização é o dinheiro. As coisas passam a ficar ainda mais caras e o dinheiro é tão desvalorizado que se precisa

de um caminhão de dinheiro para adquirir alguns quilos de bens de materiais e produtos alimentícios.

A verdadeira riqueza da humanidade não é o dinheiro, mas o trabalho humano concreto. É mediante o trabalho, enquanto processo de transformação da natureza, que se obtém o necessário para a reprodução da existência humana. O trabalho é uma necessidade eterna dos homens. Ao contrário do dinheiro, nenhuma sociedade pode existir sem o trabalho humano. O desenvolvimento da relação orgânica do homem com a natureza, pela mediação do trabalho, permite o afastamento das barreiras da natureza e o crescimento cada vez mais ampliado da subjetividade humana. Ao transformar a natureza com o seu trabalho, os homens acabam transformando também sua forma de existência, que culmina na descoberta da agricultura e da pecuária: a revolução do Neolítico.

O aprimoramento da relação do homem com a natureza permite o desenvolvimento dos meios de produção e a possibilidade de o trabalhador produzir mais que o necessário para a reprodução de sua existência. Com isso se constituem as bases para o processo de acumulação de mais-trabalho e para a existência das sociedades de classe. E com as sociedades de classe aprofunda-se a separação entre os trabalhadores e seus meios de produção e subsistência, permitindo que as classes dominantes controlem de maneira poderosa os trabalhadores – essa é a história das sociedades escravistas, feudal, asiática e capitalista.

É somente na sociedade capitalista, enquanto sociedade forjada na contraposição entre burguesia e proletariado, que o dinheiro vai exercer um papel nunca alcançado nas sociedades passadas. Nas sociedades precedentes, o dinheiro existia somente nos seus intermúndios, como os deuses na concepção de mundo de Epicuro. O dinheiro aparecia apenas nas fronteiras das sociedades antigas, sendo o exército o lugar privilegiado de sua manifestação.

O capital usurário e comercial não se constituía como núcleo essencial das sociedades pré-capitalistas, pois os indivíduos produziam para atender às suas necessidades e não às necessidades do mercado. Levava-se ao comércio somente o excedente, ou seja, aquilo que sobrava e não era possível de ser consumido na mesma comunidade. A troca emergiu da necessidade de passar adiante o excedente produzido. E para facilitar a troca ou o intercâmbio das mercadorias entre si, os homens elegeram pessoas escravizadas, ou animais tal qual, gado, cabra, entre outros, como mercadorias para intercambiar com outras.

A facilidade na utilização de animais e seres humanos consistia na mobilidade de cada uma dessas formas de troca. Não é à toa que o termo “pecúnia” procede do latim “pecus”, que significa rebanho (gado), ou “peculium”, relativo ao gado miúdo (ovelha ou cabrito); e que salário proceda de “sal”, pois existiu uma época em que o pagamento dos trabalhadores era feito em sal. Ele foi utilizado como moeda de troca no passado entre distintas sociedades.

A descoberta dos metais e o caráter duradouro deles levaram-nos à condição privilegiada no intercâmbio das mercadorias entre si. A cunhagem de moedas, com tamanho e peso específico, ganhou *status* privilegiado entre os povos comerciantes. Além dos fenícios e judeus, os chineses, muçulmanos e viquingues desenvolveram atividades comerciais utilizando moedas cunhadas, mas nenhuma dessas sociedades deixou de ter como base da organização de sua existência material a produção agrícola e a manufatura camponesa. Nessas sociedades, as moedas eram fabricadas pela mediação da atividade manual, pois inexistiam bancos e instituições financeiras como a Casa da Moeda. A inexistência dessas instituições permitia a presença de figuras como os mercadores, que representavam o capital usurário. Eles exerciam a função de guardadores da riqueza em ouro de terceiros, que em troca recebiam um recibo como garantia.

Essa prática evoluiu ao longo da história com o advento do capitalismo, em que a riqueza da sociedade se constitui num amontoado de mercadorias (MARX, 1985). A emergência da burguesia implicou o aperfeiçoamento do sistema de troca, do comércio e da constituição do sistema bancário. O aperfeiçoamento do sistema bancário permitiu que este ascendesse à condição de produtor das primeiras cédulas de “papel moeda” ou cédulas de banco.

O avanço dos negócios dos representantes do capital mercantil nas feiras de Amsterdam, Veneza, Gênova, Flandres, Lisboa, Madrid, Antuérpia e Londres exigiu a formação de casas bancárias como instituições financeiras presentes também nos negócios desenvolvidos

pelas distintas empresas colonizadoras da América, África e Ásia. O negócio transcontinental foi seguido pela ampliação dos negócios no continente europeu, mediante figuras como Jakob Fugger, Mendes, Anton Fugger, Holzschuher, Stromer, Imhoff, Welser, Paumgartner, Herwart, Höchstetter, Vöhlin, Gossembrot de Augsburg, Hirschvogel de Nuremberg; mas nenhum deles conheceu a proeza monumental da casa Rothschild, que tinha subsidiárias bancárias espalhadas por todos os rincões da Europa. Os Rothschild controlaram completamente os negócios brasileiros durante todo o século XIX. Se o século XVII foi o século dos Fugger, o século XIX foi o século dos Rothschild, da mesma forma que o século XX foi o século dos Rockefeller e da família J. P. Morgan. Os banqueiros passaram a dominar a economia mundial e as contradições entre riqueza e pobreza se aprofundaram.

A relação orgânica de subordinação dos Estados-nacionais aos interesses dos bancos se expressou na permissividade e liberação para que os bancos privados pudessem imprimir dinheiro à vontade e ampliassem a dívida pública dos governos desde a época do capital mercantil. Desse modo, as instituições financeiras aprofundaram o poder do dinheiro sobre a humanidade como se fosse uma espécie de divindade.

Os bancos guardavam o dinheiro de terceiros; com este dinheiro eles puderam ampliar de forma significativa seus negócios. Conhecedores da saúde financeira das empresas e indústrias, os bancos passaram a investir nos negócios mais lucrativos, tornando-se sócios privilegiados mediante a constituição de sociedades anônimas. A

inserção dos bancos nas indústrias ampliou o poderio das grandes empresas, que se converteram em trustes e cartéis, fazendo com que o capitalismo concorrencial fosse superado pelo capitalismo dos monopólios. O dinheiro de terceiros nas mãos dos banqueiros aprofundou a concorrência entre os grandes capitais, que buscaram no mercado internacional deslocar suas contradições internas. Na gigantesca disputa entre as potências imperialistas emergiram duas grandes guerras em que a vida de 100 milhões de trabalhadores foi sacrificada no altar do grande deus chamado capital.

A desvalorização da vida humana marca a história do capitalismo. Não se pode esquecer que o capital vem ao mundo escorrendo lama e sangue por todos os seus poros, que no processo de colonização mais de 100 milhões de pessoas que viviam na América foram mortas para servir aos interesses do capital mercantil e dos mercadores europeus, isso numa época em que inexistia bombas atômicas, submarinos nucleares, artilharia aérea, tanques, metralhadoras e rifles de longo alcance etc. A busca do Eldorado perdido nas incólumes florestas da Amazônia para a captura do ouro alcançou seu esplendor nas minas de Potosí na Bolívia e nas minas de Ouro Preto no Brasil. A corrida pelo ouro reatualizou a figura do rei Midas como a representação do espírito ganancioso do capitalista.

### 3.2 O papel do ouro na economia mundial

A transformação do ouro em meio de troca privilegiado apareceu entre os líbios a partir de 770 a.C., irradiando-se entre os gregos e os romanos na Antiguidade e estendendo-se pela Europa medieval, até ganhar um lugar privilegiado na sociedade capitalista. A conquista da América e da África esteve relacionada à busca desmedida do ouro; povos inteiros foram exterminados e sacrificados para servir ao processo de acumulação primitiva de capitais. No processo de colonização, a captura do ouro deu-se mediante a ação predatória comandada pelo Estado, articulada pela ação voluntária de mercadores aventureiros e sedentos de riqueza. Por onde eles passaram deixaram um rastro de morte, devastação da natureza, mazelas sociais, impactos ambientais e miséria estrutural.

Ao assumir a função privilegiada na metamorfose de dinheiro em capital, o ouro passou a moldar a existência de seres humanos. O ouro se constituía na forma de expressão da riqueza das nações. Autores como Adam Smith e David Ricardo revelaram então que o fundamento da riqueza das nações se expressa no trabalho e na forma de configuração da divisão social do trabalho de uma determinada sociedade.

Na etapa mercantilista, os teóricos das classes dominantes entendiam que o ouro e a prata eram as formas privilegiadas de manifestação da riqueza, por isso os Estados-nacionais procuravam impedir a saída do ouro para outros mercados e buscavam ampliar a produção desses minerais. O saque e a expropriação do ouro da

América e da África elevaram Espanha e Portugal à condição de nações privilegiadas; no entanto, como não investiram essa riqueza no desenvolvimento da manufatura, essas nações acabaram não acompanhando o desenvolvimento industrial da Inglaterra e da França, que souberam fazer a metamorfose do ouro e da prata apropriados em meios de produção e compra de força de trabalho.

O processo de acumulação primitiva ou originária serviu para elevar o ouro à condição de moeda internacional. Grande parte do ouro extraído de Minas Gerais teve como destinatários privilegiados os banqueiros londrinos, que trabalharam no sentido de estabelecer uma relação de equivalência entre a libra e o ouro, instituindo o ouro (Ouro-Libra) como padrão de medida do intercâmbio internacional de mercadorias. A reserva em ouro existente em determinado país servia como referência para a produção do papel moeda; assim, o ouro exerceu a função de referência do sistema de câmbio de todas as nações. As reservas em ouro estavam concentradas nas economias centrais e não nas economias periféricas.

O padrão ouro-libra assegurou a dominação britânica sobre o restante da economia mundial, especialmente quando os capitalistas britânicos determinaram que em vez do ouro se poderia simplesmente utilizar a libra nas relações de troca internacional. A libra passou a substituir o ouro por uma imposição do poderio econômico dos banqueiros londrinos, e não como resultado de uma convenção multilateral. Essa hegemonia somente será colocada em



xeque após a Primeira e a Segunda Guerras Mundiais. As duas grandes guerras foram precedidas e perpassadas pela gigantesca disputa dos mercados externos, como forma de exteriorizar as disputas internas das burguesias nacionais. Quebraram a hegemonia da libra como referência do comércio internacional. O ouro deveria continuar servindo como equivalente; no entanto, a libra deveria ser substituída pelo dólar, devido ao papel que o imperialismo assumia no comando da economia mundial.

Isso se expressou no Tratado de *Bretton Woods* (1944), em que uma onça de ouro equivalia a 0,35 dólares, o que resultou num escoamento da produção mundial, inclusive da riqueza existente em ouro, para os EUA. Este país passou a desfrutar da condição privilegiada de controle da economia internacional, devido à sua supremacia militar e à capacidade incomensurável de suas corporações transnacionais. No entanto, a intensificação dos gastos estadunidenses com a Guerra do Vietnã, o crescimento das especulações financeiras com eurodólares e a gigantesca emissão de dólares sem lastro efetivo com o ouro culminou com a quebra do sistema estabelecido em 1971 por decreto de Richard Nixon. .

A posição unilateral dos EUA implicou o fim da posição elevada que o ouro possuía no processo de constituição do mercado mundial e no processo de mundialização da economia. O fim do padrão ouro-dólar instituído em *Bretton Woods* desaguou no estabelecimento do câmbio flutuante na economia internacional. O dólar passava a constituir-se como moeda determinante das relações de troca do comércio internacional. A eleição do

dólar como moeda fundamental do intercâmbio mundial não foi um processo consensual, mas resultou de uma imposição unilateral dos EUA.

A ascensão dos petrodólares aconteceu na década de 1970, quando os capitais acumulados com a elevação do valor do barril do petróleo acabaram nas mãos dos grandes bancos de *Wall Street*. Os acordos estabelecidos pelo governo norte-americano com os países produtores de petróleo do Oriente Médio (OPEP), como a Arábia Saudita, resultaram numa relação compulsória entre a moeda norte-americana e o comércio do petróleo. A proteção militar para os campos de petróleo da Arábia Saudita e a troca de armas por petróleo transformaram o Oriente Médio numa espécie de barril de pólvora e alimentaram o complexo industrial-militar norte-americano.

A relação comercial assentada na troca de petróleo por dólares gerou uma grande demanda artificial por estes em todo o mundo. Isso permitiu que os bancos norte-americanos pudessem apropriar-se da riqueza oriunda do petróleo e estabelecessem uma política de empréstimos para os países do terceiro mundo, que culmina na década de 1980 no completo endividamento das denominadas economias em desenvolvimento ou subdesenvolvidas, como o Brasil e a Argentina. Os petrodólares levaram à atrofia das economias dependentes e ao processo de hipertrofia do capital financeiro, com a completa estagnação econômica do parque industrial constituído no contexto mundial promovido pela grande crise econômica de 1929.

Os petrodólares estabeleceram a hegemonia do dólar norte-americano e subordinaram completamente a economia mundial aos imperativos do capital financeiro de *Wall Street*; o processo de industrialização das economias dependentes da América Latina foi completamente sustado. A riqueza dos países produtores de petróleo multiplicou a riqueza dos magnatas de *Wall Street* e aprofundou a miséria no terceiro mundo – contando com o apoio do FMI, do Banco Mundial e das políticas neoliberais (com Ronald Reagan e Margareth Thatcher).

A hegemonia norte-americana ampliou-se com o dólar e os petrodólares, mas o poderio do capital não se restringe à hegemonia econômica do dólar. O capital financeiro encontrou no dólar uma forma particular de manifestação, mas essa forma de maneira alguma esgota a capacidade de manifestação e reprodução do sistema do capital. É que o capital pode se configurar de diferentes maneiras; ele pode superar a faceta expressa no dólar e nos petrodólares. O capital pode continuar a dominar a humanidade como euro, como yen, como libra etc. Por isso é preciso superar o capital e não somente a forma particular de ser do capital, como dólar ou como petrodólares.

A crise econômica dos EUA não representa apenas uma crise do dólar e dos petrodólares patenteada nas distintas intervenções bélicas realizadas no Oriente Médio com seus satélites Israel, Arábia Saudita e Emirados Árabes. A crise do dólar e dos petrodólares não expressa somente o esgotamento da hegemonia da moeda norte-

americana, mas sim uma crise muito mais profunda, que abala o sistema do capital como um todo.

Não se deve desconsiderar a profundidade da crise que acomete o capital nos tempos hodiernos. Não se trata de uma crise meramente monetária, nem da crise de um tipo de hegemonia capitalista do mundo; trata-se da crise do sistema do capital em sua totalidade. Por isso, é preciso superar as ilusões que buscam uma saída dentro do sistema do capital mediante as alternativas aos petrodólares estabelecidas pelos representantes (estatais ou privados) do capital na China, na Rússia, na Venezuela, no Irã etc.

### 3.3 O papel do dinheiro na formação do capital segundo Karl Marx

Como nenhuma mercadoria individual consegue desempenhar o papel de equivalente universal – porque cada possuidor de mercadoria considera a sua como equivalente geral de todas as outras, quando no fundo nenhuma possui a forma valor geral relativa –, é preciso eleger uma mercadoria para desempenhar a função social de equivalente universal. Isso se torna necessário porque as distintas mercadorias somente podem se confrontar como produtos ou como valores de uso e não como efetivas mercadorias (valor de troca). No entanto, escreve Marx (1985, p. 80): “Eles somente podem referir suas mercadorias, umas às outras, como valores, e por isso apenas como mercadorias ao referi-las, antiteticamente, a outra mercadoria como equivalente geral”.

A consubstanciação duma mercadoria à condição de equivalente geral torna-se possível pelo desenvolvimento das relações sociais do próprio mundo das mercadorias. As múltiplas mercadorias excluem uma forma específica de mercadoria de seu convívio social para que esta possa desempenhar as funções de equivalente universal de seus valores. A antítese vivida entre as mercadorias deve configurar-se duma forma objetiva numa mercadoria que expresse o caráter duplicado da relação. Escreve Marx (1985, p. 81): “Na mesma medida, portanto, em que se dá a transformação do produto do trabalho em mercadoria, completa-se a transformação da mercadoria em dinheiro”. A evolução das relações sociais das mercadorias entre si conduz a forma dinheiro à condição de principal elemento mediador da relação em que distintos produtos do trabalho são igualados entre si.

O desenvolvimento do sistema de troca presume a existência duma terceira mercadoria, que pode se cristalizar na forma de mercadorias particulares ou então na forma dinheiro. No processo social, isso implica dizer que a forma dinheiro acaba transpondo aquelas formas que serviam de instrumento de mediação da troca, como, por exemplo, o gado entre os povos nômades do passado. Desse modo, “o valor das mercadorias se desenvolve para vir a ser materialização do trabalho humano em geral” (MARX, 1985, p. 82).

O dinheiro serve como instrumento de manifestação do valor das mercadorias. Através dele a grandeza do valor da mercadoria pode se expressar

socialmente. Ela acaba se constituindo como a forma adequada de manifestação do trabalho abstrato. O cristal monetário serve para expressar a grandeza simplesmente quantitativa do valor entre coisas distintas. O cristal monetário, como o ouro, expressa tanto seu valor de uso particular quanto seu valor de uso formal resultante da atividade social que passa a desempenhar. O valor do dinheiro, na forma metálica, é definido pelo tempo de trabalho abstrato; assim, ele pode expressar seu valor relativo em outras mercadorias. Isso é possível quando ainda está relacionado ao processo de produção, mas quando adentra no mundo da circulação, seu valor é difícil de ser determinado, pois ele já se encontra dado pela própria natureza da relação. Diz Marx (1985, p. 84): “A dificuldade não reside em compreender que dinheiro é mercadoria, porém como, por que, por meio de que mercadoria é dinheiro”.

O processo de troca concede ao dinheiro não o valor, porque este é determinado tão somente pelo tempo de trabalho abstrato, mas a forma valor específica. Como o dinheiro oculta as relações sociais que lhe servem de sustentação, é comum reduzir o dinheiro à mera condição de signo. O fato de a mercadoria comparecer como mero invólucro do trabalho humano já torna o processo difícil de ser elucidado; no entanto, isso se intensifica à medida que ele se mostra destituído de qualquer objetividade. A forma equivalente geral acaba se naturalizando na forma dinheiro, e todas as mercadorias acabam expressando seus valores nela; porque ela é dinheiro e não porque todas as mercadorias “representam nela seus valores” (MARX,

1985, p. 84). Assim, o processo de mediação que leva a constituição da forma dinheiro à condição de equivalente universal desaparece completamente, não restando nenhum vestígio de seu processo de constituição.

Assim, a forma dinheiro parece brotar das entranhas da terra, como uma coisa pronta e acabada. No fundo, tudo é produto duma relação atomista constituída pelos homens em seu processo de trabalho. A mercadoria que serve de equivalente geral é mistificada porque é produto das condições reificadas da produção de mercadorias. Daí a dificuldade de elucidar a forma mercadoria e a sua forma dinheiro, enquanto sua forma mais prosaica e mais abstrata – porque “as mercadorias entram no processo de intercâmbio sem serem douradas, nem açucaradas, da forma que chegam ao mundo. Esse processo produz uma duplicação da mercadoria em mercadoria e dinheiro” (MARX, 1985, p. 94).

As mercadorias somente podem ser comensuráveis e trocáveis no mercado porque elas expressam o tempo de trabalho humano socialmente determinado, ou seja, porque são produtos de uma forma gelatinosa e abstrata do trabalho; então elas podem eleger uma terceira mercadoria para realizar o processo de legislação da troca de equivalente entre si. Escreve Marx (1985, p. 87): “Dinheiro, como medida de valor, é forma necessária de manifestação da medida imanente do valor das mercadorias: o tempo de trabalho”.

Basta observar uma lista de preços para encontrar nela representada a grandeza do valor dinheiro, em que várias coisas expressam sua grandeza numa única forma.

O dinheiro determina o preço de todas as mercadorias, mas ele mesmo não pode determinar o seu próprio. O dinheiro não tem preço; é uma expressão ideal do valor, pois não apresenta nenhum vestígio de sua constituição. Assim, o ouro ideal não precisa do ouro real para expressar seu valor, porque provém de sua condição social alcançada como mecanismo intermediador da relação do tempo de trabalho abstrato depositado em cada mercadoria. Através do dinheiro, os valores das mercadorias são transformados em entidades ideais. Anota Marx (1985, p. 91): “A denominação de uma coisa é totalmente extrínseca à sua natureza. Eu não sei nada sobre um homem sabendo que seu nome é Jacobus. Do mesmo modo, desaparece nos nomes monetários libra, táler, franco, ducado etc. qualquer vestígio da relação de valor”.

Através da forma dinheiro, a forma valor evolui dos corpos coloridos e encantados do mundo das mercadorias para uma forma substancialmente mistificada e reificada, em que se pode virar e revirar a mercadoria pelo avesso e nenhum vestígio de seu mundo anterior é vislumbrado. O preço da mercadoria é somente o nome monetário do *quantum* de trabalho social despendido em seu processo de objetivação. O próprio curso do dinheiro estabelece a dissociação entre seu conteúdo real e seu conteúdo nominal, e como a forma nominal tende a substituir a forma real. O papel moeda é mera abstração do valor contido nas coisas.



### 3.4 A transformação de dinheiro em capital (D-M-D') segundo Karl Marx

Marx sublinha a distinção entre o capitalista e o entesourador. Este vende sua mercadoria não para comprar outra, senão para substituir a forma mercadoria pela forma dinheiro. A mudança de forma é uma finalidade em si mesma. Escreve Marx (1985, p. 111): “A figura alienada da mercadoria é impedida de funcionar como sua figura absolutamente alienável ou como sua forma dinheiro apenas evanescente. O dinheiro petrifica-se, então, em tesouro, e o vendedor de mercadorias torna-se entesourador”.

O interesse pela acumulação perpassa o entesourador e constitui-se como uma substância ilimitada. Nesse aspecto, o dinheiro é dotado de uma substância qualitativa que é ilimitada e de uma natureza quantitativa que é limitada. Subsiste então uma contradição entre limitação quantitativa e ilimitação qualitativa no dinheiro, que perpassa o espírito de acumulação do entesourador. Este sacrifica seus interesses mundanos em nome da acumulação do dinheiro. Segundo Marx (1985, p. 113): “Laboriosidade, poupança e avareza são, portanto, suas virtudes cardeais; vender muito e comprar pouco são o resumo de sua economia política”.

A forma M-D-M aponta o processo simples de circulação de mercadorias. Isso é importante de ser entendido porque, segundo Marx (1985, p. 125), “a circulação de mercadorias é ponto de partida do capital”. É preciso atenção, porque o processo de constituição de

mais-valia não emana diretamente da circulação, mas de outro espaço que precisa ser investigado detalhadamente. A observação atenta do problema vai indicar que “o capital não pode, portanto, originar-se da circulação e, tampouco, pode não originar-se da circulação. Deve, ao mesmo tempo, originar-se e não se originar dela” (MARX, 1985, p. 138).

As formas especificamente sociais de representação do dinheiro como mercadoria, meio de troca, meio de pagamento, tesouro e escambo não implica necessariamente a existência do capital, pois é possível localizar essas formas em sociedades poucos desenvolvidas, em que subsiste também a circulação de mercadorias. É possível detectar sua presença na circulação mercantil e monetária. Entretanto, o capital somente comparece efetivamente na sociedade em que os proprietários dos meios de produção encontram o trabalhador completamente livre para vender sua força de trabalho como mercadoria.

Para explicar o movimento histórico-ontológico de como o dinheiro constitui a primeira forma de manifestação prosaica do capital, Marx recorre à configuração de um segundo quadro: a forma D-M-D. A explicação deste segundo quadro será exaustivamente explorada no decorrer de sua obra fundamental, *O capital*. Para fazer isso, ele destaca sua diferenciação em relação ao ciclo M-D-M. O processo de transformação de dinheiro em mercadoria (D-M-D) é seguido pela retransformação de mercadoria em dinheiro. Observa-se que como a circulação simples de mercadorias, a nova série também é

perpassada pelo movimento antitético das figuras. A unidade da primeira fase com a segunda constitui o movimento fundamental para a transformação de dinheiro em capital.

É preciso observar que não se trata duma simples distinção formal entre os ciclos acima mencionados, mas duma diferença substancial de conteúdo; em outras palavras, é preciso observar as diferenças de conteúdo que se escondem por detrás das diferenças formais. Tomando como critério de análise as categorias expressas na dialética marxiana, é preciso observar o movimento de identidade e diferenciação que perpassa os referidos ciclos. Nota-se que subsiste uma relação de identidade entre eles, pois em ambos as formas mercadoria e dinheiro são elementos nodais da relação, da mesma maneira como as figuras do comprador e do vendedor. Ambos os ciclos também são perpassados por fases contrapostas e antitéticas.

Estes preceitos são ainda mais marcantes e fundamentais quando se passa de um ciclo para o outro, haja vista que a primeira começa com a venda e termina com a compra, enquanto a segunda começa com a compra e termina com a venda. Numa é o dinheiro que começa, na outra, a mercadoria inicia o movimento. Numa o dinheiro é termo médio, na outra, a mercadoria é o termo médio. E na última, a mercadoria comparece como elemento fundamental para que se possa operar o salto de tigre da passagem da forma dinheiro para a própria forma dinheiro.

Na primeira, o propósito é transformar valor de troca em valor de uso, e o ciclo termina com o consumo; na segunda, o valor de uso e o valor de troca aparecem imbricados e o dinheiro adiantado deve retornar às mãos do investidor para começar um novo ciclo. Na circulação simples, representada no primeiro ciclo, o dinheiro pode retornar ao ponto de partida sem que nada tenha sido agregado a ele. Nesta, o refluxo do dinheiro ao seu ponto de partida independe da operação anterior, já que ele se afastou completamente do comprador de uma nova transação ou ciclo.

Comparando com o ciclo anterior, na referida operação (M-D-M) não subsiste nenhuma alteração no valor quantitativo da mercadoria; trata-se dum mesmo valor que aparece no começo e no final, pois o que se alterou foi somente sua substância corpórea. O ciclo se encerra no consumo, já que a mercadoria é retirada do processo quando consumida; enquanto em D-M-D, o ciclo continua, uma vez que o dinheiro que comparece em seu final possui uma substância valorativa distinta. Subsiste então uma distinção fundamental entre circulação simples de dinheiro e circulação do dinheiro como capital. O que distingue a circulação de dinheiro em capital da circulação simples de mercadorias “é a sequência inversa dos mesmos dois processos contrapostos, venda e compra” (MARX, 1985, p. 131). Essa diferença aparentemente formal desses dois ciclos parece que muda por encanto a natureza desses processos.

Mas onde está o núcleo do ciclo D-M-D? A princípio, seu processo parece bastante simples e nada de misterioso parece se ocultar por detrás das referidas figuras. Como uma simples mudança posicional de dinheiro e mercadoria pode servir para detectar o núcleo da metamorfose do capital? Isso exige um olhar mais atento do investigador. A relação acima mencionada parece se tratar duma tautologia  $D=D'$ , pois ambos os extremos têm a mesma forma econômica. Considerando o que acima foi afirmado acerca da natureza do dinheiro, lembramos que ele é destituído da presença de qualquer substrato qualitativo, já que nenhum átomo de valor de uso será encontrado em sua composição. Esclarece Marx (1985, p. 128): “Portanto, o processo D-M-D não deve seu conteúdo a nenhuma diferença qualitativa de seus extremos, pois ambos são dinheiro, mas apenas à sua diferença quantitativa”. A forma deve possuir a configuração D-M-D', em que D' equivale à soma de dinheiro anteriormente adiantado mais um determinado incremento que brotou da produção. Este incremento é o cerne do processo que permite que dinheiro se converta em capital; em outras palavras, ele é o elemento que induz o capitalista a investir seu dinheiro na compra das mercadorias força de trabalho e meios de produção.

Através da alteração da grandeza da mercadoria e do dinheiro, o valor pode se valorizar e o dinheiro pode se transformar em capital. O valor consegue se valorizar através da mais-valia, já que o trabalho excedente do trabalhador que não é pago pelo capitalista permite que D possa comparecer no final como D'. O valor se torna um

“sujeito” porque consegue se dilatar e se alterar. A forma que permite que o valor se dilate e se amplie se chama dinheiro. Ele é o ponto de partida e o ponto de chegada do processo: D-M-D’. Mas, para que possa se ampliar e se dilatar, precisa converter-se em mercadoria. Sem a passagem e a conversão da forma dinheiro na forma mercadoria, sem sair de si e se lançar na direção do outro, sem se perder e se encontrar no outro, o dinheiro não consegue se realizar como mais-dinheiro; conseqüentemente, o dinheiro não pode se converter em capital. Comenta Marx (1985, p. 130): “O capitalista sabe que todas as mercadorias, por mais esfarrapadas que elas pareçam ou por pior que elas cheirem, são, na verdade e na fé, dinheiro...”.

Marx aponta as insuficiências das teses mercantilistas que tentam sustentar que a essência do lucro do capitalista está fundamentada na capacidade de dinheiro gerar mais dinheiro através do simples comércio de mercadorias. Escreve Marx (1985, p. 134): “Se mercadorias ou mercadorias e dinheiro de igual valor de troca, portanto equivalentes, são trocados, então evidentemente ninguém tira da circulação mais do que nela lança. Então não ocorre nenhuma formação de mais-valia”. A substância da mais-valia está fundamentada na natureza duma troca em que valor igual não é trocado por valor igual. O capitalista compra uma mercadoria que ele realmente não paga pelo seu efetivo valor. Acrescenta Marx (1985, p. 135): “A formação de mais-valia, e daí a transformação de dinheiro em capital não pode ser,

portanto, explicada por venderem os vendedores as mercadorias acima do seu valor”.

A mais-valia não procede do fato de os vendedores venderem suas mercadorias acima do preço, nem do aumento nominal dos preços das mercadorias. Comprar para vender mais caro implica que uma classe de capitalistas tiraria vantagens de outra classe de capitalistas, o que é um contrassenso e um paradoxo, pois o que recebesse com uma mão ele perderia com a outra, na concorrência dos capitalistas entre si e no processo geral de constituição do capital. Esclarece Marx (1985, p. 136): “Pode-se virar e revirar como se queira, o resultado permanece o mesmo. Se equivalentes são permutados, daí não surge mais-valia, e se não equivalentes são permutados, daí também não surge mais-valia. A circulação ou intercâmbio de mercadorias não produz valor”. O possuidor de dinheiro pressente que precisa extrair no final do ciclo um valor superior ao que efetivamente nele depositou no começo da relação. A crisálida precisa se converter em borboleta; a metamorfose “tem de ocorrer na esfera da circulação e não tem de ocorrer na esfera da circulação” (MARX, 1985, p. 138). Eis mais um paradoxo.

A circulação como o cerne da produção de mais-valia torna-se impossível porque isso resultaria em prejuízo aos efetivos produtores de mercadorias. Estes produziram para o benefício do comerciante, que se põe como a figura do atravessador que parasitariamente vive da atividade do capitalista produtivo. A explicação da relação existente entre capital comercial e capital

produtivo é um processo muito mais complexo; pressupõe uma série de mediações que não poderiam ser esclarecidas nesta etapa da investigação em que a circulação de mercadorias é a questão central.

Embora a produção se constitua como cerne da produção de mais-valia, cumpre destacar que a mercadoria precisa ir ao mercado para que o valor possa ser realizado. É verdade que ela não vai sozinha, ou seja, que ela pressupõe a existência da figura da personificação do capital, pois o processo de constituição da mais-valia passa pela mediação da personificação do capital, que comparece como elemento que expropria mais tempo de trabalho na forma mistificada e abstrata de configuração do trabalho humano. Marx elucida: “O possuidor de mercadorias pode formar valores por meio do seu trabalho, mas não valores que se valorizem” (MARX, 1985, p. 138). Se a produção é o momento predominante do processo, é preciso entender que o movimento de conversão de dinheiro em capital presume uma totalidade articulada.

A produção não subsiste sem a circulação e vice-versa. Escreve Marx: “Capital não pode, portanto, originar-se da circulação e, tampouco, pode não originar-se da circulação. Deve, ao mesmo tempo, originar-se e não se originar dela”. Observa-se, então, que a contradição se constitui em todos os poros deste sistema metabólico. Não existe nada neste sistema que possa escapar à contradição. Esta é intrínseca a essência do capital, por isso Marx denomina o capital de contradição viva. Eis o cerne que permite entender como a crisálida se transforma em



borboleta e pode então mostrar sua exuberância em todos os cantos do mundo.

O processo de transformação de dinheiro em capital não constitui um movimento inerente do dinheiro consigo mesmo; é preciso que ele se converta em mercadoria antes de converter-se novamente em dinheiro. Para que o possuidor de dinheiro possa extrair valor do consumo da mercadoria, ele precisa descobrir ainda no mercado uma mercadoria específica que admita realizar o milagre da transubstanciação de valor em mais-valor. A mercadoria que é fonte originária de mais-valor se chama trabalho. É por isso que o capitalista compra no mercado não apenas meios de produção, mas também força de trabalho.

Para que o possuidor de dinheiro possa ir ao mercado comprar força de trabalho, é preciso que exista um mercado desenvolvido e uma classe de seres humanos desprovida completamente de seus meios de trabalho. É somente porque subsiste uma classe completamente destituída de terra e dos meios de produção que seus integrantes precisam se dirigir ao mercado para vender sua força de trabalho. O possuidor de dinheiro encontra no mercado o trabalhador livre no duplo sentido, tanto livre como a mercadoria, quanto livre pelo fato de não possuir nenhum meio de produção.

O possuidor da força de trabalho precisa ser um homem livre, leve e solto como os pássaros, para poder vender sua única mercadoria; já o comprador da força de trabalho não compra o trabalhador como se compra um escravo, ele compra somente uma determinada fração de

tempo da capacidade de trabalho alheio. O possuidor da força de trabalho só vende sua mercadoria por um tempo determinado. Esse tempo de trabalho deve ser pago mediante compensação do estritamente necessário à reprodução da força de trabalho.

O que o trabalhador recebe em compensação de sua jornada de trabalho na forma de salário está sempre aquém do efetivo tempo de trabalho depositado no processo. É somente investigando este processo que se torna possível encontrar o segredo de todo o processo de constituição do capital. Investigando o reino da circulação somente, não é possível decifrar o código secreto da forma mercadoria, muito menos o núcleo do interesse que conduz o capitalista ao mercado para comprar força de trabalho. Por isso, diz Marx (1985, p. 144): “Abandonemos então, junto com o possuidor de dinheiro e o possuidor da força de trabalho, essa esfera ruidosa, existente na superfície e acessível a todos os olhos, para seguir os dois ao local oculto da produção, em cujo limiar se pode ler: *No admittance except on business* [Não se admite a entrada a não ser a negócio]”. É no espaço da produção que a mercadoria força de trabalho é consumida; é nele que é possível decifrar tanto como o capital produz, como ele é produzido. É nesse espaço que o segredo da mais-valia pode ser desvelado.

A substância do valor que se valoriza está contida no processo de trabalho em que o valor do produto produzido pelo trabalho abstrato é maior do que o valor do capital adiantado. Se o valor adiantado não se valorizar, não produz mais-valia, o dinheiro não se converte em

capital. O indivíduo que tenha intenção de produzir mais dinheiro sem produzir nada, jamais alcançará o caminho da conversão de dinheiro em capital, pouco importam as suas intenções. O capital não se constitui pelas intenções morais ou políticas dos capitalistas, mas emana de um processo social de produção.

O cerne do processo de produção do capital é a mais-valia, enquanto produto do trabalho excedente que é expropriado dos trabalhadores. Somente o trabalho produtivo do operário cria valor que se valoriza. De nada adianta o capitalista argumentar que ele também trabalhou; o seu próprio fiscal ou o gerente “encolhem os ombros. Entrementes, já recobrou com um sorriso alegre sua fisionomia anterior. [...] Ele deixa esses e semelhantes subterfúgios e petas vazias aos professores da Economia Política, expressamente pagos para isso” (MARX, 1985, p. 159).

O trabalho que cria valor é a fonte da alegria do capitalista; o trabalho que se constitui como fonte de valor é o específico interesse e valor de uso que ela possui para o capitalista. O trabalhador vende sua força de trabalho para um dia de trabalho; no entanto, recebe somente pela metade da jornada. Como o capitalista pagou pela jornada completa de um dia, o resultado deste trabalho lhe pertence. O valor de uso desta mercadoria lhe pertence. Foi assim que, escreve Marx (1985, p. 160), “nosso capitalista previu o caso que o faz sorrir”. O processo de expropriação de mais trabalho dá certo para a alegria do capitalista. Assinala Marx (1985, p. 160); “Finalmente a artimanha deu certo. Dinheiro se transformou em capital”.

O modo de produção capitalista é unidade do processo de trabalho e do processo de valorização. Não é possível extrair do processo de produção de mercadorias seu núcleo fundamental: o trabalho alienado como processo de valorização do valor. O consumo da força de trabalho é um processo de produção de mercadorias capaz de gerar a mais-valia. Ao incorporar força de trabalho viva aos meios de produção, ele transforma valor passado em capital, e consegue objetivar trabalho morto, pela mediação do vivo, em mais-valor. Ele parece “um monstro animado que começa a ‘trabalhar’ como se tivesse amor no corpo” (MARX, 1985, p. 161).

O processo D-M-D’ revela que a circulação está tanto em seu ponto de partida quanto em seu ponto de chegada. O fato de comparecer duas vezes no processo de metamorfose de constituição de dinheiro em capital obnubila a relação e contribui para o entendimento mistificado de que dinheiro gera dinheiro, que a essência do capital está na circulação e não no trabalho como processo de valorização do capital. A essência do capital é o trabalho abstrato, é o trabalho estranhado, é o trabalho não pago. É isso que faz sorrir o capitalista.

## CONCLUSÃO

O dinheiro brota da exploração do trabalho. O dinheiro (capital) torna as pessoas escravas, prisioneiras de seus imperativos e propósitos. O dinheiro não é tudo. O dinheiro somente serve para revelar a dimensão alienada

da existência humana e como o homem precisa se libertar do poder do capital.

Ao elucidar a natureza do dinheiro, Marx aponta o fundamento da riqueza da sociedade capitalista. O dinheiro não se converte em mais dinheiro pela mediação simplesmente da troca de mercadorias no mercado ou no espaço do comércio. O dinheiro consegue se converter em mais dinheiro pela mediação da exploração do trabalho, por isso que os capitalistas dizem que a economia não pode parar; por isso que Bolsonaro diz que a economia não pode parar. Como filhote da ditadura militar e da ditadura do capital sobre os seres humanos, ele pretende transformar tudo que toca em ouro.

O dinheiro representa a fase mais elevada do fetichismo da mercadoria. O fetichismo do dinheiro aprisiona mentes e corações e impede espontaneamente que as pessoas de constituir uma forma de sociabilidade que não esteja centrada na exploração e na concorrência. O dinheiro tem moldado a existência dos seres humanos, e seu poderio cresce em todo o corpo da sociedade burguesa mediante a educação neoliberal que incentiva a lógica empreendedora, a propriedade privada e o individualismo possessivo. O poder do dinheiro, transformado em capital, obsta aos trabalhadores uma alternativa efetiva ao sistema do capital. Lançadas no mundo dos simulacros e sombras, as pessoas não conseguem se libertar da caverna do capital e da ditadura do sistema financeiro espontaneamente, por isso a necessidade de uma ofensiva de massa socialista.

Enredada nessa lógica perversa e destrutiva, a humanidade assiste à sua própria destruição, curvada perante o altar do lucro e da ditadura do capital. No entanto, o sistema do capital não consegue esconder as suas contradições. Os capitalistas e governos do mundo inteiro acham que resolverão a crise atual do sistema do capital colocando mais dinheiro no mercado para salvar as grandes corporações financeiras e as gigantescas instituições que especulam na Bolsa de Valores; no entanto, quanto mais dinheiro eles colocam para resolver a crise do sistema, mais a crise se aprofunda. Eles desviam os recursos do salário de trabalhadores e trabalhadoras, da educação e da saúde pública para salvar os capitalistas. Bolsonaro e os capitalistas não estão preocupados com a vida dos trabalhadores(as), mas somente com o lucro dos capitalistas.

Os capitalistas, como o rei Midas, procuram transformar tudo o que tocam em ouro. Quando pensam na educação, pensam na educação como mercadoria, como instrumento para alcançar mais dinheiro e mais riqueza. Quando pensam na saúde, veem a saúde como uma forma fantástica de fazer mais dinheiro. Tudo o que os capitalistas tocam deve transformar-se em ouro. A razão de ser do sistema do capital é o lucro e a transformação dos seres humanos em objetos e coisas. Os capitalistas estão muito mais preocupados em preservar seu lucro e a propriedade privada das coisas do que com a vida dos seres humanos. E Bolsonaro, como filhote da ditadura militar e da ditadura do capital, desconsidera completamente o valor da vida humana.

A vida de milhões de seres humanos não pode ser sacrificada para salvar o capital de mais uma crise. As grandes corporações transnacionais fizeram duas guerras mundiais para deslocar as contradições do capital; foram mais de 100 milhões de pessoas sacrificadas no altar do sistema do capital. Por isso os trabalhadores devem fazer dobrar os sinos pelos capitalistas; se alguém precisa morrer, que seja a sociedade capitalista e o sistema do capital, e não os trabalhadores e as trabalhadoras do mundo inteiro.

A crise do sistema do capital não vai ser resolvida lançando mais papel no mercado, pois quanto mais papel lança, mais o dinheiro fica desvalorizado e aumenta a distância entre a riqueza essencial da sociedade e a riqueza fictícia. A natureza abstrata do capital cresce cada vez mais com a predominância do capital fictício. A natureza destrutiva do sistema do capital e o caráter fantasmagórico do dinheiro não conseguem se esconder por muito tempo. Ao invés de constituir-se como um sistema eterno e imutável, o capital revela sua natureza efêmera e contraditória, apontando que não é o dinheiro que cria o homem, mas o homem que cria o dinheiro. Não é o capital que cria o homem, mas o homem que cria o capital. Da mesma forma que criou o dinheiro, a humanidade pode destruir o dinheiro e constituir outra forma de sociabilidade.

Uma sociedade não centrada no dinheiro, no lucro, na exploração do trabalho escravo e no mercado internacional precisa ser instaurada para o bem da humanidade. É preciso acabar com o senhorio do dinheiro.

O dinheiro não é senhor dos senhores; ele é uma alquimia, um fetiche, uma miríade, uma ilusão, um fantasma que precisa ser destruído completamente. A classe que pode libertar a humanidade dos contorcionismos do dinheiro e da ditadura do capital é o proletariado. Pela mediação do proletariado, enquanto oponente fundamental do capitalista, será possível constituir uma sociedade forjada no trabalho livre, universal e associado.

## REFERÊNCIAS

MARX, K. *O capital: crítica da economia política*. Vol. I. Trad. Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

SANTOS NETO, Artur Bispo dos. *Presença do capital industrial-financeiro no Brasil*. Maceió: Edufal, 2019.

Maceió, 02 de abril de 2020



## CAPÍTULO QUARTO

### A PANDEMIA DA DÍVIDA PÚBLICA

---

O capital financeiro ressurgiu na década de 1970 depois da catástrofe que o mundo das finanças experimentou em 1929. A tentativa de repressão financeira experimentada na fase denominada de “anos gloriosos” do *Welfare State* foi quebrada pela desregulamentação e liberalização dos mercados financeiros inaugurada pela ruptura do sistema de *Bretton Woods* em 1973, mediante o estabelecimento de um regime de câmbio flutuante e eliminação da paridade do dólar com o ouro.

A captura dos países do Terceiro Mundo para o processo de internacionalização do capital financeiro se inscreveu mediante os empréstimos oferecidos pelos organismos internacionais (FMI, Banco Mundial) que reciclaram os recursos do petrodólares. O completo endividamento das economias periféricas abriu caminho para uma nova etapa de mundialização da economia, em que as economias de capitalismo tardio interromperão completamente seu processo de industrialização.

O final da década de 1970 constituiu-se como uma etapa mundial marcada pela “ditadura dos credores” ou “tirania dos mercados”, em que a elevação da taxa de juros precipitou a crise da dívida do Terceiro Mundo, cuja primeira manifestação foi a crise mexicana em 1982. A dívida pública elevou o crescimento quantitativo do capital financeiro ou do capital portador de juros. O

crescimento do endividamento público serviu para transformar os governos em uma espécie de marionetes dos interesses das grandes corporações financeiras. E através do endividamento externo, as economias periféricas foram forçadas à liberalização de seus mercados e destruição de seu parque industrial produtivo. A sua implementação serviu de alavanca poderosa para aprofundar a dependência das economias periféricas como a brasileira.

Essa foi a coluna vertebral que sustentou o sistema financeiro nas últimas décadas. No entanto, é importante destacar que a implementação das políticas neoliberais não conseguiu inverter o sentido da taxa de crescimento desigual da economia mundial. Importante lembrar que a taxa de crescimento da economia mundial entre 1960 e 1973 se aproximou de 4%, caindo para 2,4% entre 1973 e 1980, passando para 1,2% entre 1980 e 1993 e estacionando em 2% na década de 1990 (CHESNAIS, 2005, p. 57). O sistema do capital adentrou numa etapa de crise estrutural em que a privatização dos serviços públicos, o endividamento público, a destruição do sistema previdenciário dos trabalhadores, o rebaixamento constante do valor da força de trabalho se constituem como suas práticas rastejantes constantes no Brasil.

#### 4.1 O endividamento externo brasileiro (SANTOS NETO, 2019)

A história da independência política do Brasil é marcada pela dependência econômica das economias colonizadoras e imperialistas. A dívida pública marca a

gênese e o desenvolvimento do Estado Brasileiro. A independência comprada de 1822 e a carência de financiamento dos Rothschild marcam a trajetória da economia nacional no século XIX. Os empréstimos serão fundamentais para subsidiar a independência política, as obras estatais, a erradicação da grande seca do Ceará, o financiamento das guerras da Cisplatina, do Paraguai, da Bolívia, do Peru, a construção das ferrovias e as atividades extrativistas de mineração. Os empréstimos ingleses servirão também para o pagamento da renegociação dos empréstimos contraídos.

Os empréstimos internos e externos marcam a trajetória do Estado-Império. A receita estatal obtida pela mediação dos impostos e tributos representava somente 30% das despesas necessárias. A emissão de títulos da dívida pública para negociação no mercado interno tornou-se uma prática recorrente, alcançando um volume duas vezes superior ao serviço da dívida externa. Em 1884, o pagamento dos juros e amortizações dos serviços da dívida interna representava 21% do orçamento da União. A emissão de títulos alcançou patamares extremamente elevados de 1861 a 1880; entre os fatores que justificam sua recorrência encontram-se a Guerra do Paraguai, que representou a emissão de títulos no valor de 340 mil contos de réis, e o casamento das princesas Isabel e Leopoldina, que exigiram a emissão de 280 mil contos de réis (SILVA, s/d, p. 41).

O endividamento interno e externo revelava a incapacidade de a burguesia nacional assegurar a passagem do capital mercantil para o capital industrial e

financeiro de maneira autônoma. Por sua vez, o volume de empréstimos externos cresceu acentuadamente na segunda metade do século XIX, representando 11 dos 17 empréstimos contraídos. Os empréstimos serviam mais para liquidar dívidas anteriores do que para assegurar investimentos efetivos no país.

Tabela 1 – Dívida das diversas condições dos empréstimos levantados pelo Brasil em Londres, desde o ano de 1824.

Empréstimos	Datas dos contratos**	Preço de emissão	Comissão e outras despesas da negociação	Valor geral em £	Valor nominal em £	Número de prestações	Prazo de prestações	Desconto pelo adiantamento das prestações	Taxa de juros
De 1824	13 de agosto	75%	1%	1.000.000	1.333.300	12	12 meses	-	5%
	12 de janeiro/25	85%	1%	2.000.000	2.352.000	12	12 meses	-	5%
De 1829	3 de julho	52%	2%	400.000	739.500	12	12 meses	-	5%
De 1839	5 de fevereiro	76%	-	312.500	411.200	-	-	-	5%
De 1843	11 de janeiro	85%	-	622.702	732.000	1	-	-	5%
De 1852	27 de julho	95%	3%	954.250	1.010.000	1	-	-	4 ½%
De 1858	19 de maio	95 ½%	2 ¼%	1.425.000	1.523.500	4	6 meses	-	4 ½%
De 1859	23 de fevereiro	100%	2%	508.000	508.000	1	-	-	5%
De 1860	16 de março	90%	2 1/8%	1.210.000	1.373.000	4	5 meses	-	4 ½%
De 1863	7 de outubro	88%	2 5/8	3.300.000	3.855.300	5	5 meses	-	4 ½%
De 1865	12 de setembro	74%	21 1/16%	5.000.000	6.963.600	7	12 meses	5%	5%
De 1871	23 de fevereiro	89%	2 ½%	3.000.000	3.459.000	5	6 meses	5%	5%
De 1875	18 de janeiro	96 ½%	2 ¼%	5.000.000	5.301.200	7	10 meses	5%	5%
De 1883	23 de janeiro	89%	2 ¼%	4.000.000	4.599.600	5	10 meses	4 ½%	4 ½%
De 1886	26 de fevereiro	95%	1 ¼%	6.000.000	6.431.000	5	6 meses	5%	5%
De 1888	-	97%	1 ¼%	6.000.000	6.297.300	-	-	5%	4 ½%

Fonte: Silva, s/d, p. 42.

Os empréstimos serviram mais aos interesses dos banqueiros ingleses do que aos interesses do desenvolvimento da burguesia brasileira. Quando não tinham como vetor a liquidação de débitos contraídos, tinham como propósito financiar atividades bélicas, revelando o caráter expansionista do capital britânico e a natureza perdulária do sistema do capital.

Tabela 2 - Saldos em circulação de empréstimos públicos externos brasileiros lançados antes de 1931, em milhões das respectivas moedas, 1825-1955.

	Libras*	Francos*	Dólares*	Florins*	Total em libras*
1825	4,1	0	0	0	4,1
1840	5,6	0	0	0	5,6
1865	13,0	0	0	0	13,0
1875	20,4	0	0	0	20,4
1885	23,2	0	0	0	23,2
1895	37,5	1,5	0	0	39,0
1900	42,4	1,5	0	0	43,9
1905	83,3	5,0	0	0	88,3
1913	129,1	902**	0	0	166,0
1920	135,2	900**	0	0	172,1
1930	163,0	1850***	371,2	0	254,4
1940	152,6	748,8***	334,7	6,5	241,0
1950	51,9	1708****	154,3	6,4	114,4
1955	28,4	411*****	99,2	3,6	64,7

Fonte: Abreu (1985); Abreu (1994), Brasil (1955) e *Anuário Estatístico do Brasil*, 1952 e 1956.

Regime militar-empresarial e endividamento externo (SANTOS NETO, 2019)

As benesses auferidas pelo sistema de crédito internacional começariam a sofrer revés com o choque do petróleo desencadeado na década de 1970 e se intensificaram com a hipertrofia do capital financeiro e o processo de mundialização do capital nas décadas seguintes. O excesso de liquidez propiciado pelos petrodólares permitiria plasmar uma nova forma de dependência e subordinação, sob a qual o denominado “milagre brasileiro” iria claramente demonstrar seus pés de barro em 1979.

O endividamento público constituiu-se como o principal vetor do crescimento econômico auferido pelo regime instaurado em 1964. A dívida pública passou de US\$ 3,294 bilhões em 1964 para US\$ 105,171 bilhões em 1985, crescendo aproximadamente 32 vezes durante os governos militares. Uma parte substancial da dívida externa foi realizada pelas empresas, aglomerados e consórcios nacionais e internacionais. E os governos

militares acabaram assumindo a dívida do setor privado e transferindo-a para os contribuintes (classe trabalhadora).

O governo do general-ditador João Baptista Figueiredo pagou, entre 1979-1985, a soma de 28,5 bilhões de dólares como pagamento dos juros e amortizações da dívida externa. O déficit de 64,8 bilhões de dólares nas contas do governo neste período obrigou-o a contrair novos empréstimos e a ampliar a ciranda financeira (ARRUDA, 2016) vivida nos anos que precederam o Estado Novo. O maior credor da dívida pública brasileira no final da ditadura militar, o banco *Chase Manhattan Bank* (atual *JP Morgan Chase*), tinha como principal acionista David Rockefeller, senhor da fortuna pessoal de US\$ 2,6 bilhões. A elucidação da fortuna do clã Rockefeller desvela o desenvolvimento socioeconômico e político da América Latina, dos EUA e do Brasil. Os empréstimos estrangeiros obstaram o desenvolvimento do capitalismo periférico.

Tabela 3 – Evolução da dívida pública entre 1978 e 2017 em relação ao PIB



Fonte: FMI *apud* TERRAÇO ECONÔMICO, 2018.

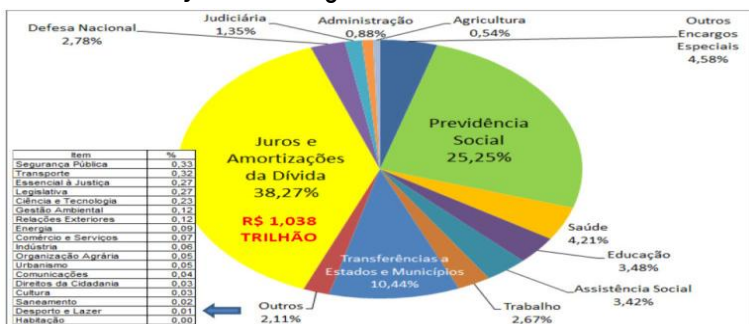
#### 4.2 A dívida pública na atualidade

A elevada taxa de juros concedida no mercado interno brasileiro para atrair capital ocioso de distintas praças resultou na elevação da dívida pública. O volume de pagamento dos juros e serviços da dívida interna e externa entre 1964 e 2014 chegou ao montante de 10 trilhões de reais. O governo Lula mais que duplicou o volume da dívida e teve um crescimento econômico sustentado na absoluta dependência do capital estrangeiro. A dívida interna passou de 640 bilhões para 1,4 trilhão entre 2002 e 2007. Em 2010 as dívidas interna e externa representavam 1,65 trilhão. Em 2015 o endividamento público alcançou 4 trilhões de reais alcançou 4,24 trilhões em 2019.

O crescimento da dívida pública se intensificou a partir de 2014, quando alcançou seu ponto mais elevado em 2015, com um crescimento de 21%; isso serve para explicar porque a dívida pública passou de 51% do PIB

em 2013 para 76% do PIB em 2018. É provável que chegue a 80% do PIB em 2020, ou seja, alcance a cifra de 4,750 trilhões de reais. Isso denota que serão destinados, em 2020, 1,038 trilhão de reais para o pagamento dos juros e amortizações da dívida pública.

Tabela 4 - O orçamento do governo federal executado em 2019.



Fonte: Auditoria Cidadã da Dívida, 2020, p. 1.

A quantidade de recursos destinados à saúde não chegam a 10% do valor destinado ao pagamento dos juros e amortizações de dívida pública federal. A somatória total dos recursos destinados à saúde, educação, assistência social e trabalho não chegam a 14% do orçamento geral do governo federal. Entre 2014 e 2019 foram destinados 6,26 trilhões para o pagamento dos juros e amortizações da dívida pública, enquanto que a saúde recebeu somente 592,6 bilhões de reais. Esse volume de recursos tende a ser reduzido cada vez mais com a aplicação das medidas de ajuste “estrutural”. Assim, o governo federal desvia os recursos do SUS para pagar os banqueiros e alimentar a ciranda financeira.



O governo Bolsonaro se vangloria de baixar a taxa Selic; no entanto, o governo oferece aos rentistas sempre juros maiores através de títulos públicos não indexados à taxa Selic.

Isso implica que a metade do orçamento federal serve para pagar os juros e amortizações da dívida pública brasileira. É preciso dizer que o pagamento de juros e amortizações se constituem como um poço sem fundo, gerando estagnação econômica e aumentando as parcelas para novo pagamento do saldo restante. Além do Estado incessantemente fazer novos empréstimos para pagar os juros da dívida – mediante a venda de novos títulos da dívida pública no mercado financeiro – , o Estado usa os recursos recebidos dos impostos pagos pelos trabalhadores para pagar os juros e amortizações da dívida pública.

O pagamento da dívida pública se constitui como principal responsável pelo déficit primário do governo federal. O endividamento não é feito para desenvolver a economia brasileira, pois trava o desenvolvimento desta e aumenta o déficit das contas públicas. O principal responsável por esse processo é o endividamento e não os gastos sociais e o salário dos servidores públicos.

A suspensão do pagamento da dívida pública deve ser realizada imediatamente, pois representa um travamento do desenvolvimento econômico do país e o aprofundamento da miséria da classe trabalhadora. A suspensão é necessária porque grande parte da dívida paga pelos trabalhadores foi feita para atender os interesses dos capitalistas do complexo financeiro, industrial e do agronegócio.

A dívida externa e a dívida interna estão articuladas e ambas se constituem como formas contemporâneas de acumulação por espoliação da classe trabalhadora. O pagamento da dívida externa com os recursos da dívida interna em 2005 se constitui como uma excrescência, um furto aberto e declarado. O pagamento da dívida externa foi realizado com juros ainda maiores que os praticados pelo FMI, representando uma verdadeira jogatina para atender os interesses dos grandes capitalistas nacionais e internacionais no mercado acionista brasileiro. A dívida interna se constituiu como mais um mecanismo inescrupuloso do governo da burguesia para atrair capital estrangeiro, que geralmente emana dos paraísos fiscais e para lá retornam, ou seja, não se trata de capital estrangeiro que entra no Brasil para ser investido no setor produtivo.

A política econômica para diminuir o endividamento não passa de enorme fiasco. O ministro da Economia, Paulo Guedes, defende a necessidade de controle dos gastos públicos mediante aprovação da PEC Emergencial e privatização das empresas estatais. Os órgãos da burguesia não se cansam de afirmar a necessidade da continuidade da aplicação da agenda de reformas “estruturais” para subsidiar e descarregar o ajuste fiscal nas costas dos trabalhadores. Trata-se de uma verdadeira farsa, porque o montante da dívida somente se elevou desde 1980. Tempo histórico em que o governo brasileiro se submeteu às políticas de ajuste impostas pela “ditadura do regime financeiro” coordenadas pelos

organismos internacionais (FMI, Banco Mundial) do imperialismo norte-americano.

#### 4.3 Necessidade de superar o Estado burguês para salvar a saúde pública

É importante considerar que a constituição do Estado brasileiro está organicamente relacionada à dívida pública externa e interna. O endividamento do Estado configurou-se e configura-se como a forma que a burguesia internacional e nacional o controla e subordina. A relação intrínseca do Estado com o endividamento denota claramente que este não pode realizar nenhum processo que possa levar a suspensão definitiva do pagamento da dívida pública; como, por exemplo, uma auditoria completa ou até mesmo o calote sobre esta. É possível que o Estado possa operar a suspensão momentânea do pagamento, por imposição do mercado internacional e pelo aprofundamento da crise, mas jamais uma ruptura radical com o capital financeiro e com o mundo especulativo das finanças. Uma ruptura completa com o endividamento somente será possível num processo revolucionário, em que os trabalhadores assumirão o controle do processo econômico e político. Nos marcos da administração burguesa do sistema do capital não é possível nenhuma forma de ruptura com o sistema financeiro assentado na exploração do trabalho e na espoliação dos trabalhadores.

## Imagem 1 – Construção do hospital em Wuhan na China



Fonte: CHINATOPIX/AP (apud VIDIGAL, 2020).

O governo chinês construiu um hospital numa área de 34 mil metros quadrados na cidade de Wuhan em poucos dias, pelo valor de 43 milhões de reais, com capacidade para 1.500 leitos e infraestrutura formada por UTI e mecanismos de respiração mecânica como os respiradores para os contaminados com coronavírus (Covid-19). A logística para atender os pacientes contaminados é formada por 1,4 mil médicos, enfermeiros, técnicos etc. O montante de 1.038 trilhão gasto com o pagamento dos juros da dívida pública em 2019 daria para construir 24.139 mil hospitais no Brasil.

A verdadeira responsável pela pandemia do coronavírus é a ganância dos mercadores capitalistas. Não é à toa que o governo Bolsonaro liberou 147 bilhões para salvar os acionistas da crise da bolsa de valores em 15 de março de 2019 e o BNDES liberou mais 68 bilhões para atender as empresas capitalistas, enquanto o sistema público de saúde recebeu somente 5 bilhões de reais para tentar evitar o colapso do Sistema Único de Saúde. Os recursos liberados para atenuar a crise da Bolsa de Valores

em março de 2020 dariam para construir 4.976 hospitais públicos no Brasil. O problema não é a falta de recursos para resolver o problema sanitário promovido pelo coronavírus, mas a natureza do capital.

A pandemia chamada capitalismo financeiro é a verdadeira causa do problema sanitário da humanidade. Por isso que a humanidade precisa varrer do mapa o capitalismo que transforma a saúde pública em mercadoria. O problema causado pelo capitalismo somente poder ser erradicado mediante o protagonismo da classe trabalhadora e a destruição do Estado forjado para alimentar o sistema financeiro.

Por isso não basta bater panela e deixar intacto o sistema do capital. É preciso expropriar os capitalistas de todas as formas e maneiras. É chegada a hora de expropriar os expropriadores dos trabalhadores. Agora os trabalhadores e trabalhadoras devem expropriar as terras dos capitalistas, os supermercados, entre outras propriedades privadas destes. Para que não sejam demitidos pelos capitalistas é preciso que os trabalhadores demitam seus patrões e assumam o comando da produção e da circulação da riqueza. Somente assim será possível suspender definitivamente o pagamento da dívida pública e acabar com a ditadura do capital financeiro.

## REFERÊNCIAS

AUDITORIA CIDADÃ DA DÍVIDA. *Gráficos*:  
Orçamento federal executado (pago) em 2019 = R\$ 2,711 trilhões. Endereço eletrônico: <https://auditoriacidada>.

org.br/conteudo/orcamento-federal-executado-pago-em-2019-r-2711-trilhoes/. Acesso em 23 de março de 2020.

SANTOS NETO, Artur Bispo dos. *A presença do capital industrial-financeiro no Brasil*. Maceió: Edufal, 2019.

VIDIGAL, Lucas. *Entenda como a China pode construir um hospital em 10 dias*. Endereço eletrônico: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2020/01/31/entenda-como-a-china-pode-construir-um-hospital-em-10-dias.ghtml>. Acesso em 23 de março de 2020.

## CAPÍTULO QUINTO

### A NATUREZA DESTRUTIVA DA BRASKEM

---

O presente capítulo tem seu ponto de inflexão na compreensão da peculiaridade da natureza da Braskem. Para isso, torna-se primordial apreender como se constituem as multinacionais e transnacionais brasileiras por meio do processo de expropriação posto em curso pela maquinaria estatal mediante as concessões de recursos públicos, a intensificação da exploração do trabalho, os empréstimos e o processo de privatização, posto em curso na década de 1990 e no decorrer do século XXI. Compreendida a natureza da Braskem como uma transnacional que emergiu da expropriação direta do processo de privatização, faz-se imperativo apontar a continuidade do movimento de expropriação como um mecanismo elementar da implementação e desenvolvimento da Planta da Braskem em Alagoas. Procurar-se-á apresentar as vicissitudes do processo de expropriação que marca a expansão da referida mineradora transnacional nos tempos hodiernos mediante a análise das consequências dos abalos sísmicos, dos afundamentos e rachaduras ocorrentes nas edificações e logradouros públicos nos bairros do Pinheiro, Bebedouro, Mutange e Bom Parto em Maceió/AL. Com a análise de relatório apresentada pela Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais (CPRM), do Mapa apresentado pela Defesa Civil Municipal de Maceió e das reportagens

publicadas nos jornais locais, tentar-se-á demonstrar como a mineradora transnacional constitui-se como principal responsável pelos danos materiais e morais causados aos milhares de moradores dos bairros mencionados. Por fim, será abordado o “Termo” estabelecido entre a mineradora e a representação do Ministério Público e da Defensoria Pública, para revelar como os “cavaleiros da Justiça”, juntamente com os ministros do Supremo Federal, são correias de transmissão dos interesses dos acionistas e do mercado financeiro. Ao analisar o acordo estabelecido, sem a participação e o aval dos moradores dos bairros lesados, o Poder Judiciário assegura os interesses do capital e a continuidade dos processos de expropriação e expansão que perpassaram a história da referida transnacional.

A formação dos trustes e cartéis marca a ascendência do capital monopolista, que consegue concentrar seu poderio sobre determinadas áreas econômicas mediante os expedientes das velhas expropriações que caracterizaram a gênese e a ascendência do capitalismo, e pela exploração direta da força de trabalho. A efetivação do desiderato do capital financeiro seria impossível sem o suporte das políticas estatais que asseguram as expropriações do mundo natural e o controle absoluto do trabalho. O capital monopolista teve como centro de manifestação as economias desenvolvidas; os trustes e cartéis constituídos nos EUA e na Alemanha da segunda metade do século serviram como referência para as transnacionais que se plasmaram em diversas economias centrais e expandiram seus tentáculos para as



economias dependentes, implicando, desde o final do século XIX, uma nova forma de configuração do capital e uma maneira singular de recolonização.

A necessidade de expansão das fronteiras da acumulação capitalista levou às experiências belicistas que marcaram as duas guerras mundiais. Desta última, o imperialismo norte-americano ergueu-se como principal potência no contexto das economias solapadas pela natureza destrutiva do capital. As grandes guerras objetivaram deslocar as contradições do capital e possibilitar uma sobrevivência ao sistema assentado na acumulação de mais-valia, na expansão da exploração da força de trabalho e na destruição da natureza.

A transformação do Brasil no amplo mercado interno para o capital monopolista contou com a acentuada participação estatal, especialmente após a crise da economia mundial em 1929. As disputas fratricidas estabelecidas internamente nas economias centrais na década de 1930 permitiram que o Estado assumisse função protagonista no desenvolvimento da economia nacional, devido à insuficiência do processo de acumulação de capital por parte da burguesia nacional. O Estado Novo exerceu as funções precípuas de uma burguesia incapaz de realizar, sozinha, as tarefas econômicas que as burguesias financeiras e monopolistas realizaram nas economias centrais.

O modelo de desenvolvimento do capitalismo no Brasil, bem como nos países da América Latina, não poderia realizar-se sem o aporte de um novo processo de acumulação de capital realizado pela maquinaria estatal.

Neste, os trabalhadores foram chamados a colaborar diretamente para o rebaixamento de seus salários e com as contribuições compulsórias às caixas e institutos de aposentadorias e pensões (CAPs e IAPs).

A formação de empresas controladas pelo Estado obedeceu ao receituário da natureza monopolista do capital. O capital atuou pela mediação estatal no sentido de forjar as empresas que serviriam de base ao capitalismo monopolista. Os governos de Getúlio Vargas pavimentaram o caminho para a ascendência das multinacionais no Brasil, muito bem representadas pelos governos JK e pelo regime militar-empresarial instituído em 1964. Este era o principal mandatário dos interesses das grandes corporações e adotou uma série de medidas administrativas, em pleno acordo com as estabelecidas pela Superintendência da Moeda e do Crédito (SUMOC) por meio da instrução nº 113/1956, para viabilizar que as pequenas empresas fossem devoradas pelas gigantescas empresas nacionais ou internacionais. O regime militar-empresarial assegurou a constituição dos mecanismos jurídicos e institucionais para a ascendência das primeiras transnacionais brasileiras.

O fechamento do ciclo de conquista do mercado interno para o capital nacional e transnacional ocorreu na década de 1970. A conquista do mercado interno para o capital foi seguida pela necessidade de expansão dos interesses da burguesia brasileira, especialmente na esfera regional da América Latina. Pela mediação da colaboração estatal, empresas como Bradesco, Itaú, Gerdau, Camargo Correia, Andrade Gutierrez, Grupo Odebrecht, Rede

Globo ou o Grupo Roberto Marinho transformaram-se em corporações transnacionais. As políticas de beneficiamento das grandes corporações nacionais ganharam novo *status* com o esgotamento do modelo de “substituição de importações”, em que o capital financeiro de natureza especulativa e parasitária ganhou preponderância sobre o capital monopolista alicerçado na produção de mercadorias.

A emergência de multinacionais numa economia periférica e dependente como a brasileira desvela a natureza contraditória do capital e como este pode configurar-se de diferentes formas. A condição estrutural subordinada e dependente da economia nacional no interior do mercado internacional não impede que determinados setores se tornem os representantes dos interesses do capital monopolista ou financeiro. Num cenário mundial controlado pelo capital financeiro inexistente outra forma de manifestação do capital que não seja a monopolista. As empresas brasileiras somente conseguem sobreviver com o indispensável auxílio da maquinaria estatal, devido ao baixo padrão de acumulação. Isso porque uma parte substancial da riqueza produzida numa economia dependente é drenada para os centros de comando das grandes corporações, situados nas economias centrais.

A penetração das empresas brasileiras nos países desenvolvidos está relacionada à inovação tecnológica e ao desenvolvimento no campo informático, e não subsiste qualquer espécie de disputa no mercado controlado pelas multinacionais instaladas nas economias centrais. Os

mecanismos para assegurar a expansão da inovação tecnológica vão desde as fusões e incorporações com empresas menores dotadas de patentes e tecnologia até as parcerias com os grandes conglomerados das economias mais desenvolvidas.

Na busca de inovação tecnológica, as transnacionais brasileiras lançam mão de subsidiárias nas economias de elevado desenvolvimento tecnológico. Os EUA constituem o principal receptáculo das empresas multinacionais brasileiras, acumulando 59 filiais, seguidos pela Europa, com 52 subsidiárias, e pela China, com 23 (CASEIRO, s/d). Segundo Caseiro (s/d), o elevado padrão tecnológico das empresas asiáticas tem atraído os novos conglomerados brasileiros. As transnacionais brasileiras são uma espécie de *player* regional. O espaço geopolítico por excelência de atuação dessas multinacionais são os países da América Latina, da África e do Oriente Médio. Isso indica que as multinacionais têm como elemento de irradiação, sempre, os espaços com facilidade de extração de riqueza naturais, baixo valor da força de trabalho, infraestrutura adequada e uma constelação de incentivos fiscais.

Na década de 1990 houve um processo de abertura significativa do mercado interno brasileiro para o capital estrangeiro. As medidas protecionistas do mercado interno que sobreviveram à abertura ensejada pelo regime militar-empresarial de 1964 foram completamente eliminadas. Isso não significa que o Estado tenha deixado de proteger as empresas “brasileiras”, mas somente que caiu em desuso a diferenciação estabelecida entre empresa

nacional e empresa estrangeira. A internacionalização da economia brasileira permitiu que as empresas nacionais operassem adotando os mesmos mecanismos das empresas estrangeiras, ou seja, ampliando seu processo de acumulação de capital mediante a intensificação da exploração do trabalho, da constituição de uma legislação protecionista, da permissividade para explorar os recursos naturais, e de uma vasta gama de incentivos fiscais.

Os governos petistas foram os principais avalistas do crescimento das multinacionais brasileiras. A política estabelecida pelo BNDES fortaleceu os processos de fusões e incorporações que marcaram a etapa imperialista do capital “nacional”, cenário observado na expansão de empresas como Petrobras, Gerdau, Odebrecht, JBS Friboi, BRF etc. Muitas das empresas que ascenderam à condição de transnacionais operam na esfera do agronegócio e foram beneficiadas pela elevação do valor das *commodities* na época do governo Lula. No entanto, grande parte dos investimentos externos alocados nas transnacionais brasileiras procedeu dos paraísos fiscais, de fontes duvidosas e de operações ilícitas no mercado internacional (narcotráfico, desvio de dinheiro público, tráfico de armas, contrabando etc.).

As multinacionais brasileiras estabeleceram subsidiárias no exterior graças à política econômica adotada pelos governos. O Estado foi o vetor fundamental da expansão dos interesses das multinacionais brasileiras. Com auxílio estatal, as transnacionais brasileiras ampliaram o número de suas subsidiárias especialmente depois de 2004. O BNDES ofereceu linhas de créditos

para que empresas como a Braskem pudessem adquirir outras empresas, a exemplo do que se deu no processo de aquisição do Grupo Ipiranga; liberou empréstimo de R\$ 2,7 bilhões para a aquisição do Grupo Suzano Petroquímica; realizou empréstimo de R\$ 2,5 bilhões para permitir a incorporação da Quattor à Braskem em 2010. Sem o auxílio do BNDES, a Braskem jamais seria alçada ao posto de maior petroquímica das Américas (CASEIRO, s/d, p. 45). Caso similar se verifica na privatização e expansão da Embraer, antiga Companhia Vale do Rio Doce, Companhia Siderúrgica de Volta Redonda, Eletrobrás etc.

Para assegurar a expansão das multinacionais no mercado externo, o BNDES emprestou e empresta dinheiro para que governos estrangeiros possam realizar serviços de engenharia e infraestrutura, buscando internacionalizar os bancos públicos no sentido de assegurar e apoiar financeiramente as empresas brasileiras. Nessa perspectiva, foram firmados contratos com os governos da Venezuela, Colômbia, Cuba, Peru, Argentina, República Dominicana, México etc. O BNDES liberou, entre 1998 e 2019, um empréstimo da ordem de “US\$ 10,499 bilhões para empresas brasileiras realizarem obras no exterior, na modalidade ‘exportação de serviços de engenharia’ em 15 países da América Latina e da África” (GAZETA DO POVO, 2019, p. 1). Os 10 bilhões de dólares representam somente 20% dos empréstimos liberados; no total, o banco “financiou US\$ 38 bilhões a 40 diferentes países nessas duas décadas. Desse montante,

US\$ 17,7 bilhões – ou 44% – foram destinados aos Estados Unidos” (GAZETA DO POVO, 2019, p. 1).

O país que recebeu mais recursos do Brasil não foi Cuba ou Venezuela, como a mídia costuma informar, mas os EUA. Essa política assegurou a expansão de empresas como: 1) Gerdau: fábricas no Canadá, Chile, Argentina, EUA; 2) BRF – Brasil *Foods* S.A.: subsidiárias na Alemanha, Espanha, Itália, Japão, Argentina; 3) Embraer: subsidiárias em Cingapura e na China; 4) Natura (cosméticos): subsidiárias na Argentina, Peru e Chile; 5) Petrobras; 6) Odebrecht; 7) Bradesco; 8) Itaú Unibanco; 9) Braskem; 10) JBS Friboi; 11) Vale. As empresas brasileiras jamais teriam alcançado a condição de empresas transnacionais sem o suporte estatal e o apoio direto do BNDES.

## 5.1 Processo de privatização das empresas estatais como alavanca das transnacionais brasileiras

Nas décadas de 1980 e 1990 o capital financeiro conseguiu definitivamente apontar a inércia do denominado projeto nacional desenvolvimentista expresso no modelo “substituição intensa de importações”. A ideologia desenvolvimentista assentada no progresso tecnológico do capital produtivo foi solapado pelas políticas restricionistas neoliberais instituídas compulsoriamente nas economias dependentes mediante a política de empréstimos que ampliou expressivamente a dívida pública. No entanto, as medidas adotadas de nada serviram para diminuir o volume de dívida. Os anos de

intensa privatização promovida pelos governos FHC e Lula aumentaram de forma assustadora o tamanho da dívida pública externa e interna, que passou de bilhões para trilhões de reais.

A privatização das empresas estatais configurou-se como principal medida econômica adotada no sentido de assegurar o falso equilíbrio das contas públicas e a superação de deficit fiscal estatal. Através da política de privatização das empresas estatais operou-se uma nova forma de expropriação, em que a riqueza produzida pelos trabalhadores e controlada pela maquinaria estatal foi transferida para a burguesia nacional e internacional. A abertura do capital estrangeiro para participar do processo de privatização e as várias concessões feitas para a atuação das multinacionais deveriam servir ideologicamente para recuperar as taxas de crescimento do capitalismo periférico e dependente nos governos subsequentes (Itamar, FHC, Lula, Dilma e Temer). Um crescimento econômico assentado no crescimento da miséria e do pauperismo da classe trabalhadora.

Entre as obrigações estabelecidas pelos organismos internacionais (Banco Mundial, FMI e Banco de Paris) para a concessão de novos empréstimos ao Brasil achava-se a necessidade da privatização das empresas estatais. Nesse processo ocorreu a privatização de 140 empresas estatais somente na década de 1980. A Comissão Especial de Desestatização privatizou 20 empresas do setor de celulose, merecendo destaque Riocell e Indrapel; empresas do setor têxtil como Cia. América Fabril, Fábrica de Tecidos Dona Isabel, Fiação e Tecelagem Lutfalla;



empresas do setor siderúrgico como Nitriflex D. A.; empresas do setor energético como Força e Luz Criciúma S. A.; além das empresas do sistema educacional (Sindacta), editoração (José Olympio) e de produção de audiovisuais (Encine Audiovisual) (ALMEIDA, 2010). O processo de privatização sob o controle direto ou indireto do Governo Federal foi legitimado pelo Decreto nº 91.991/1985. Na época da Nova República, a onda privatista envolveu empresas como CELPAG, CCB (Companhia de Celulose da Bahia), CBC (Companhia Brasileira de Cobre), Usina Siderúrgica da Bahia, Cia. Nacional de Tecidos Nova América, Máquinas Piratininga S.A. e SIBRA (Eletrosiderúrgica Brasileira S.A.).

O projeto privatista efetivado pelos governos da década de 1990 tem seus fundamentos estabelecidos na década de 1980, com foco na preservação dos setores estratégicos da economia, que se contrapunham aos interesses populares. Novo projeto privatista, mediante o Decreto nº 95.886, de 1988, recebeu a denominação de “Programa Federal de Desestatização”; eram seus objetivos: 1) transferir as empresas estatais para a iniciativa privada; 2) desregulamentar a atividade econômica para beneficiar a iniciativa privada; 3) possibilitar a venda de serviços públicos pelo setor privado através de concessões ou permissões; 4) proibir e restringir a participação do Estado na economia; 5) fim da reserva de mercado para a produção nacional; 6) fim das restrições da participação direta do capital estrangeiro no processo de privatização (ALMEIDA, 2010).

As privatizações realizadas pelo regime militar-empresarial e pela denominada “Nova República” não passaram de um fiasco. O conjunto de medidas adotadas para salvar os capitais resultaria na intensificação da desigualdade social, no desemprego e na flexibilização das relações de trabalho no Brasil. No entanto, o engodo do discurso neoliberal de salvação da economia mediante as privatizações ganharam mais fôlego na década de 1990, começando como governo Collor de Melo (1990-1994). Plenamente amoldado às exigências estabelecidas pelo “Consenso de Washington” (1989), institui o Programa Nacional de Desestatização (PND), cujo propósito fundamental era controlar os gastos públicos para assegurar o pagamento da dívida pública e transferir as empresas estatais para a burguesia nacional e a burguesia internacional. O que permitiria ampliar o leque de empresas brasileiras na condição de transnacionais.

O Programa de Nacional de Desestatização (PND) representou, entre 1990 e 1991, a privatização das empresas do ramo da siderurgia como a Cia. Siderúrgica de Tubarão, Usiminas, Aços Finos Piratini, Companhia Siderúrgica do Nordeste; empresas de petroquímica como Copesul, Copene; as empresas de fertilizantes como Nitrofertel, Ultrafertel; a empresa de transporte Mafersa; a empresa de cobre Mineração Carraíba; a empresa de bens de capital Usinimas Mecânica; a empresa de material aeronáutico Celma e as empresas de navegação fluvial como Franave, Enave e SNPP (ALMEIDA, 2010); mais de 18 empresas de consultorias (*Boz-Allen & Hamilton* do

Brasil S.A., Banco Arbi S. A., Engenharia S. A., *Lehmann e Jaakko Povry* Engenharia Ltda. etc.).

Para assegurar a passagem das empresas estatais para o setor privado foi admitida a participação de capital estrangeiro e formas de pagamento como “certificados de privatização, títulos e créditos externos, os títulos do Fundo Nacional de Desenvolvimento, os Títulos da Dívida Agrária, as Debêntures da Siderbras e outras dívidas do Governo Federal ou de entidades direta ou indiretamente controladas por ele” (ALMEIDA, 2010, p. 283). As privatizações realizadas pelo governo Collor se notabilizaram pelo uso de “moedas podres”. As múltiplas formas de pagamento apenas serviam para obliterar a natureza da expropriação operada pela capital sobre o trabalho.

Na privatização da Usiminas, vendida por US\$ 1.494, somente US\$ 39,1 milhões foram em moeda corrente, o restante deu-se em “moedas podres”. Nos casos das privatizações das estatais Celma, Mafersa e Cosinor, as “moedas podres” alcançaram o índice de 100% do valor das privatizações. Em 1992 foram privatizadas 16 empresas estatais, entre elas: Embraer, Cosipa, CSN, Açominas, *Lloydbras*, Cobra, RFFSA, AGEF, *Light*, Escelsa e Banco Meridional. Novamente “as moedas podres” tiveram predominância sobre os valores expressos em cruzados novos ou cruzeiros. A aceitação das “moedas podres” no processo de pagamento das empresas privatizadas denota a falsidade do discurso privatista.

O governo Itamar aprofundou ainda mais a natureza da pilhagem e do saque do erário; ampliou a participação do capital estrangeiro de 40% para 100% (ALMEIDA, 2010). A continuidade do Programa Nacional de Desestatização implicou a privatização, em 1993, da CSN (Companhia Siderúrgica Nacional), Açominas, Ultrafertil, Poliofinas e Oxiteno. A privatização da Companhia Siderúrgica Nacional representou o coroamento da reconfiguração do Estado intervencionista para atender às demandas da crise do capital em escala internacional. Formada em 1941, a empresa constituía-se como gigante do ramo siderúrgico da América Latina, com capacidade para produzir 4,6 milhões de toneladas de aço anualmente, sendo a única no país a produzir perfis de aço e folhas de flandres, chapas de aço e bombinhas laminadas.

O governo FHC promove o aprofundamento do processo de privatização e endividamento estabelecido nos governos anteriores. A privatização se estenderia do setor produtivo ao setor de serviços públicos e ao setor financeiro com muito mais plasticidade. Articulados ao Banco Opportunity, do banqueiro Daniel Dantas, os fundos de pensão exerceriam funções relevantes no processo de privatização do sistema de telefonia Tele Centro Sul. As fraudes no processo de privatização podem ser observadas nas denúncias da interferência do ministro das Comunicações, Luís Carlos Mendonça de Barros, junto ao Banco do Brasil para beneficiar o Banco *Opportunity* nos leilões das privatizações. O alto comando do governo FHC (Mendonça de Barros e Lara Resende)

foi indiciado pelo Ministério Público por improbidade administrativa no processo de privatização.

O capital estrangeiro participou com 59% dos negócios realizados no Brasil entre 1993 e 1997. O crescente aumento do capital estrangeiro no montante bruto da produção pode ser observado na passagem de 13,5% em 1995 para 24,6% em 1999, e pela assídua participação de 550 empresas privadas, passando de 33,3% em 1995 para 43,5% em 1998. O capital nacional passou de 44% em 1994 para 39,4% em 1998, enquanto as estatais passaram de 24% em 1994 para 17,1% em 1998. O montante da participação do capital nacional esconde o fato de muitas empresas denominadas “nacionais” operarem com capital estrangeiro. O volume de capital da entrada de capital estrangeiro no país passou de 237 bilhões de dólares no quinquênio 1984-1989 para 1 trilhão de dólares no período 2000-2004.

As privatizações não ficaram restritas apenas ao setor produtivo, mas envolveram também o setor de serviços, em que a maioria dos bancos estatais foram privatizados e os bancos privados falidos foram salvos pela intervenção estatal. A privatização dos bancos públicos e aquisições privadas permitiram que o Itaú se apropriasse do Banerj, Bemge, Banestado, BEG, *BBA Creditanslt* e *BankBoston*. O Unibanco apropriou-se do Banco Nacional, Dibens, Credibanco, Bandeirantes e BNL. O Santander, do Banco Geral do Comércio, Noroeste, Bozano, Simonsen, Meridional, Banespa e ABN Amro. O Bradesco, dos bancos BCN, Crédito Real MG, Pontual, Boavista, Baneb, Mercantil de SP e *Bilbao*

*Vizcaya*. O ABN AMRO apropriou-se do Banco Real e do Sudameris. O HSBC, do Bamerindus e do *Lloyds Bank*. Aproximadamente oito instituições financeiras estrangeiras também participaram do processo em que o Bamerindus foi adquirido pelo banco inglês *Hong Kong & Shanghai Banking Corporation* (HSBC): o Banco Real pelo ABN-Amro, o Noroeste e o Banco Geral do Comércio pelo espanhol Santander, do Excel pelo *Bilbao y Vizcaya*, o Garantia pelo *CS First Boston* e o Bandeirantes pelo português Caixa Geral de Depósitos (CERQUEIRA, 2012).

A mudança dos critérios no processo de privatização ensejado pelos governos da década de 1990, que assegurava a participação de 100% de capital estrangeiro na privatização, permitiu a consolidação do modelo iniciado com o golpe de 1964. No final da década de 1990 o capital estrangeiro detinha 60,8% no setor de telecomunicações; 57,3% no complexo de fornecimento de energia, água potável e gás natural; 59,0% no setor financeiro, 71,2% no setor de alimentos, 77,5% no comércio varejista; 71,4% na exploração de minerais não metálicos; 98,2% no complexo farmacêutico; 98,2% na produção de produtos de higiene e limpeza; 80,7% na produção de máquinas (FERRAZ E IOOTY, 2000).

A privatização das empresas estatais serviu não somente para enriquecer ilicitamente a burguesia nacional e a burguesia internacional, bem como para elevar as empresas brasileiras ao *status* de transnacionais, podendo concorrer com as grandes corporações estrangeiras. O processo de transferência de riqueza do setor público para

o setor privado implicou o aprofundamento da miséria da classe trabalhadora e a anulação de direitos sociais conquistados. Entre as empresas privatizadas e repassadas para a burguesia nacional, merece destaque o complexo petroquímico.

## 5. 2 A Braskem resulta do processo de privatização das estatais brasileiras

O processo de privatização do complexo petroquímico deu-se na década de 1990 e beneficiou consideravelmente o capital nacional e internacional, em detrimento dos interesses dos trabalhadores. A Petroquisa, que inicialmente detinha o controle acionário de 36 empresas do setor, foi paulatinamente perdendo espaço e viu-se restrita às empresas Petroquímica União, Copene (Companhia Petroquímica do Nordeste: futura Braskem) e Copesul. A Copene era a única empresa integrada brasileira, uma espécie de central de matérias-primas e produzia as principais resinas, PVC, PE, PP, PET. Este segmento plenamente articulado e produtivo foi completamente transferido ao setor privado para auferir lucros ainda mais elevados à custa da intensificação da exploração da classe trabalhadora e mediante as expropriações das riquezas naturais pertencentes à coletividade.

Com a privatização, a Copesul (possuidora do Polo de Triunfo no Rio Grande do Sul) passou às mãos da Odebrecht e do Grupo Ipiranga em 1994. O Grupo Ipiranga, posteriormente, foi adquirido pela Odebrecht e

pela Petrobras, com o apoio de recursos do BNDES. O mesmo aconteceu com a Copene (Companhia Petroquímica do Nordeste), possuidora do Polo de Camaçari (BA) e do Polo Triunfo (RGS), que foi adquirida pela Norquisa. A *holding* da Copene foi adquirida pelo Consórcio Odebrecht-Mariani em 2001. Assim, a Odebrecht assumiu o controle da Copene (BA) e faz emergir a Braskem em 2002. Estavam integradas ao processo de formação da Braskem as seguintes empresas: Copene, OPP, Trikem, Nitrocarbono, Proppet e Poliaden (AZUAGA, 2007, p. 134).

Ao contrário do Grupo Camargo Corrêa, que provinha da burguesia cafeeira paulista, a Odebrecht, oriunda da Bahia, não era uma gigante do complexo da construção civil na década de 1960, sendo agraciada especialmente pelo governo Médici. Além de beneficiar-se com os contratos estabelecidos com a Petrobras, a empresa baiana foi contemplada com a construção do aeroporto do Galeão e da usina de Angra. O vínculo da Odebrecht com o governo federal estreitou-se ainda mais no governo Geisel, quando o banqueiro Ângelo Calmon de Sá assumiu o Ministério da Indústria e Comércio. Isso permitiu que saltasse no *ranking* da décima terceira para a terceira posição em 1974. O crescimento da Odebrecht no complexo da construção civil levou-a a ingressar em outros complexos econômicos, particularmente no complexo petroquímico a partir de 1979, quando inicia um processo de aquisições e incorporações que culmina com a formação da Braskem S.A. em 2002. Esta é uma das oito subsidiárias da Odebrecht.



O processo de formação da Braskem numa transnacional foi prevista por Ripardo (2002, p. 1) nos termos:

Uma gigante brasileira do setor petroquímico já tem data para nascer: no próximo dia 16 de agosto, quando os acionistas da Copene (Companhia Petroquímica do Nordeste) se reúnem para aprovar a criação da Braskem, que concentrará ativos de R\$ 1,845 bilhão. O redesenho do pólo petroquímico baiano de Camaçari começou há um ano, quando o consórcio formado pelos grupos Odebrecht e Mariani venceram o leilão de venda do controle da Copene ao oferecer R\$ 785 milhões por ações que eram do Banco Econômico (em liquidação extra-judicial pelo Banco Central). A Braskem vai incorporar alguns ativos dos novos donos da Copene. No total, o seu capital vai aumentar de R\$ 1,201 bilhão para R\$ 1,845 bilhão.

A gigante nasceu da expropriação e da pilhagem, o que revela a natureza predatória do sistema do capital. A empresa controlada pela Odebrecht (com participação da Petrobras, do Fundo de Pensão da Petrobras [Petros] e o Fundo de Pensão do Banco do Brasil [Previ] foi profundamente agraciada pelas concessões do Central (proprietário das empresas do antigo Banco Econômico) e pelos empréstimos do BNDES da época dos governos petistas (Lula e Dilma Rousseff), tornando-se líder mundial na produção de biopolímeros e a maior produtora de resinas termoplásticas da América (a sexta maior fabricante mundial de resinas plásticas). A Braskem é a

maior empresa petroquímica da América Latina, com unidades industriais em diversos países.

Em 2006, a Braskem adquiriu a Politeno, a terceira maior produtora de polietileno no Brasil, por 111 milhões de dólares, dando início à fase de consolidação petroquímica. Em 2007, num consórcio com a Petrobras e a Ultrapar, adquiriu o Grupo Ipiranga, assumindo o controle da Ipiranga Petroquímica. Em 2009 adquiriu os ativos da Petroquímica Triunfo. Em 2010 a Braskem concluiu a negociação para a aquisição da Quattor, consolidando-se como a empresa número 1 no setor petroquímico no Brasil. Na segunda década do século XXI, em pleno contexto de crise estrutural do sistema do capital, a empresa reproduziu e acompanhou o ciclo de internacionalização da Odebrecht; para isso, adquiriu os ativos de polipropileno da *Sunoco Chemicals* (EUA) e da *Dow Chemical*, assumindo duas fábricas nos Estados Unidos e outras duas na Alemanha. Em 2016 a Braskem estabeleceu parceria para produzir polietileno com a empresa mexicana *Idesa*, num investimento de US\$ 5,2 bilhões.

O itinerário para transformar-se numa transnacional foi assegurado pelo processo de expropriação, possibilitado pela privatização das empresas estatais do complexo petroquímico. Assim, a riqueza forjada pelo Estado, mediante o processo de expropriação dos trabalhadores, foi drenada para uma fração da burguesia nacional, em decorrência da expropriação e da exploração do trabalho alheio, e não da capacidade criativa dos gestores ou da denominada “governança

corporativa”. Os executivos da Braskem não passam de gestores da riqueza expropriada dos trabalhadores e da natureza, das concessões fiscais, dos empréstimos do BNDES e dos bancos públicos com taxas de juros reduzidas.

A Braskem possui 41 unidades indústrias espalhadas no Brasil, Estados Unidos, Alemanha e México, respondendo por 3,5% da produção global de resinas e atende a 70% da necessidade interna do mercado brasileiro. Transformou-se numa transnacional não para contemplar as necessidades dos trabalhadores ou da sociedade brasileira, mas para beneficiar seus acionistas e o mercado de capitais.

A Braskem emergiu do processo de expropriação assegurada pelo Estado e tem neste um componente fundamental de seu processo de reprodução. Seus interesses foram assegurados pelo Estado e estão acima dos interesses nacionais. São interesses essencialmente mercadológicos e voltados para o lucro, e não para a preservação dos interesses nacionais. Assim se forja uma multinacional ou transnacional com o auxílio do Estado, destruindo as empresas estatais para assegurar as novas demandas do capital financeiro.

As denúncias de corrupção envolvendo a Odebrecht, a Petrobras e o governo Lula desvelaram apenas a ponta do *iceberg* do sistema, assentado nas expropriações e na exploração da riqueza produzida pelos trabalhadores. As denúncias, entretanto, não se estendem ao processo de privatização em sua totalidade ou ao processo abusivo e esdrúxulo de aquisições e fusões que

acontece todos os dias e molda o sistema corrupto em sua própria essência; tampouco revela o auxílio poderoso do aparato estatal aos capitalistas do Itaú Unibanco, do Bradesco, da Gerdau e seus consortes.

A Braskem cresceu vertiginosamente em menos de duas décadas graças às expropriações e à exploração da riqueza de terceiros. Ela emergiu como gigante, colhendo benesses de frutos que nunca plantou. Enquanto a Braskem cresce, a classe trabalhadora, que lhe oferece sustentação, definha. Ao contrário de desenvolvimento e crescimento econômico, a Braskem espalhou morte e destruição por onde passou, da mesma maneira que a Vale, que destruiu as cidades de Mariana e Brumadinho. A lama, a sujeira, a corrupção são a essência de um sistema assentado na exploração do trabalho e na expropriação das riquezas naturais, das terras indígenas, quilombolas e dos trabalhadores assalariados ou desempregados.

### 5. 3 Laudo da CPRM aponta Braskem como responsável pela destruição de três bairros em Maceió

A Braskem resultou da formação da empresa Salgema Indústrias Químicas S/A, criada em 1968 e estatizada pelo BNDES em 1971, sob o controle da Petroquisa – instalada em Alagoas entre 1974 e 1981 nos bairros do Pontal da Barra e do Trapiche da Barra (praia do Sobral). A cadeia produtiva da referida empresa deve-se à extração de sal-gema nas águas e manguezais da lagoa Mundaú e nos bairros do Pinheiro, Mutange, Bom Parto e Bebedouro, com a produção de cloro-soda e dicloreto

no bairro do Pontal da Barra, e ainda com a produção de PVC na Planta instalada no Polo Industrial de Marechal Deodoro (AL).

A construção da fábrica de cloro-soda da Planta ou campo de salmoura e o terminal marítimo localizado na praia do Sobral começaram em 1974, expandindo seus tentáculos para as áreas de manguezais da Lagoa Mundaú, de Marechal Deodoro e para a região urbana de Maceió (Mutange, Bebedouro e Pinheiro/Farol). A salmoura ou sal-gema serve de base à produção do cloro-soda, visando não somente à produção de PVC, mas de matéria-prima para a indústria de papel e celulose, química, petroquímica, metalurgia, construção civil, alimentos, bebidas, tratamento d'água, embalagem, produção têxtil e produtos transgênicos.

A unidade de Alagoas ocupa posição de destaque na produção de sal-gema devido às reservas encontradas nos bairros Mutange, Bebedouro, Pinheiro e Bom Parto, havendo ainda jazidas inertes com potencialidades para exploração na região do Tabuleiro dos Martins em Maceió e no litoral norte (Maceió, Paripueira e Barra de Santo Antônio). A Planta instalada em Alagoas somente se compara à existente no Polo de Camaçari na Bahia.

Imagem 1: Transferência de salmoura dos poços na região dos abalos sísmicos e rachaduras (Pinheiro, Mutange, Bebedouro e Bom Parto) para fábrica de cloro-soda da Braskem



Fonte: ANM, 2019, p. 13.

A Salgema/Braskem instalou-se na região do Pontal da Barra e do Trapiche no fim da década de 1970, mediante um processo de expropriação do solo de milhares de trabalhadores artesanais, pescadores, marisqueiros etc. Inúmeras famílias foram desapropriadas e obrigadas a evacuar a região. O vazamento de gás com chamas de até 15 metros na unidade de dicloreto da Salgema, em março de 1982, intensificou o processo de expropriação dos imóveis dos moradores da região circunvizinha, intentando forjar um cinturão verde de proteção em torno da planta central da empresa em Alagoas (HISTÓRIA DE ALAGOAS, 2015, p. 1).

A implantação da Salgema (Braskem) numa região de elevada densidade populacional se constituiu como uma bomba pronta para explodir a qualquer momento, e não faltaram entidades, como o Movimento pela Vida, para denunciar a ameaça e o descaso do poder público e

dos órgãos federais que autorizaram o funcionamento da referida unidade industrial. A ameaça ao meio ambiente e à segurança dos moradores não ficou circunscrita à sua planta central, mas estendeu-se para os bairros do Mutange, Bebedouro e Pinheiro, que dormiram durante 44 anos com cavernas e buracos sendo perfurados debaixo de seus pés. No entanto, os efeitos destrutivos dessa empresa não se limitam apenas ao seu período de implantação e desenvolvimento (1970-1990); eles retornaram com todo vigor na atualidade com abalos sísmicos, afundamento e rachaduras de milhares de edificações e de várias vias públicas nos bairros do Pinheiro, Mutange, Bebedouro e Bom Parto.

Imagem 2: Rachadura de prédio no Pinheiro/Maceió

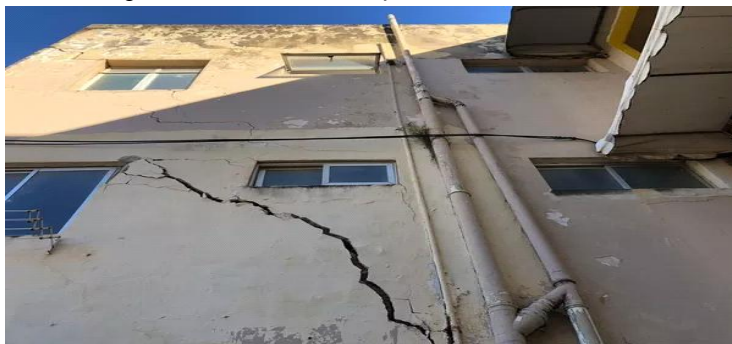


Foto: Waldison Costa/G1, 2019.

O problema ganhou notoriedade depois das chuvas de fevereiro de 2018 e dos abalos sísmicos ocorridos em 3 de março de 2018. O tremor de terra (nos bairros do Pinheiro, Mutange, Bebedouro, Farol, Serraria, Jatiúca e Cruz das Almas), de magnitude 2,5 na Escala Richter, mostrou de maneira contundente a gravidade do problema.

Imagem 3: Depressão semelhante a uma dolina numa via pública do Pinheiro/Maceió



Foto: Roberta Cólen/G1

A pressão e a organização popular culminaram na formação de um Grupo de Trabalho sobre Abalos Sísmicos em Maceió, formada por técnicos do Serviço Geológico Brasileiro, da Universidade Federal de Alagoas, da Defesa Civil Municipal, do Laboratório de Análise e Processamento de Imagens de Satélite, do Instituto de Meio Ambiente de Alagoas e da Braskem. A responsabilidade pela investigação minuciosa das causas dos abalos sísmicos recaiu na comissão formada por cinquenta especialistas da Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais (CPRM) do Serviço Geológico Brasileiro. O trabalho metucioso de um ano e meio da referida comissão de trabalho resultou no relatório



divulgado em 8 de maio de 2019 pela Agência Nacional de Mineração (ANM).

A pesquisa científica utilizando equipamentos de elevada tecnologia responsabilizou a Braskem pelos abalos sísmicos e pelos danos causados aos milhares de moradores dos bairros mencionados e ao meio ambiente, particularmente à Lagoa Mundaú. A técnica de pesquisa adotada é minuciosamente detalhada no relatório, para dirimir os possíveis questionamentos da transnacional brasileira, que buscou de todas as maneiras eximir-se da responsabilidade, como afirma o relatório técnico da CPRM (2019, p. 15-16).

Para a construção do modelo geológico 3D foram utilizados todos os dados de poços disponíveis na região, totalizando 62 poços e uma metragem de 52.692.76 metros de perfuração. Além disso, para a obtenção de maior precisão espacial, foram realizados novos levantamentos topográficos, utilizando estação total e GPS diferencial em todas as bocas dos poços e furos de sonda utilizados no modelo. Os métodos geofísicos serviram para corroborar e aprimorar o modelo geológico melhorando a resolução nas regiões com pouca informação. O arranjo estrutural foi definido a partir dos dados estruturais de superfície, lineamentos obtidos através do relevo sombreado e mapeamento das evidências do evento de subsidência no bairro Pinheiro (trincas e rachaduras). A partir destes houve projeção das estruturas em subsuperfície, inserindo os mergulhos e valores de rejeitos das falhas através da disposição das camadas e furos de sondagem.

O modelo 3D de densidades obtido pelo processo de modelagem definiu que o alinhamento gravimétrico tem expressão em profundidade e deve representar uma zona de falha (Fig. 12). Esta zona de falha está localizada na área de mineração de sal e tem correlação com a região de subsidência observada nos dados de interferometria.

A investigação não se restringiu a uma amostragem representativa do problema mediante análise e investigação de uma unidade, mas procurou detalhadamente averiguar o movimento interno de cada poço e de cada caverna, na perspectiva de alcançar uma conclusão irrefutável pela mineradora transnacional. Os especialistas recorreram ao modelo geológico 3D em todos os 62 poços existentes e num raio de perfuração de 52 mil metros de perfuração. O trabalho exaustivo requereu um levantamento topográfico e morfológico do subsolo, concluindo pela existência de zonas de falhas “na área de mineração de sal e em relação com a região de subsidência observada nos dados de interferometria” (CPRM, 2019, p. 16). O Serviço Geológico Brasileiro, através da Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais (CPRM), “concluiu que os poços de mineração de salgema construídos pela Braskem ao longo de 44 anos causaram o afundamento registrado em três bairros de Maceió (AL), porque reativaram uma falha geológica adormecida há milhões de anos, às margens da Lagoa Mundaú” (DIÁRIO DO PODER, 2019, p. 1).

Imagem 4: Poço da Braskem no bairro Pinheiro/Maceió



Foto: Léo Caldas: Exame, 2019.

A comissão salienta que as conclusões não partiram de conjecturas e duma definição *a priori*, mas resultaram da análise minuciosa de nove causas-gatilho. Esclarece o relatório (CPRM, 2019, p. 38):

É importante lembrar que foram levantadas nove causas a serem investigadas quando a sua possibilidade de representarem a causa-gatilho do fenômeno observado inicialmente no Pinheiro. Elas foram reunidas em quatro grupos. Dezenas de profissionais debruçaram-se na investigação de cada uma delas para avaliar a possibilidade que tinham de representar a causa-gatilho. Concluíram TODOS que os estudos apontam apenas a desestabilização das cavidades da extração de sal-gema como causa-gatilho.

Os técnicos da Braskem buscaram de todas as maneiras isentar a mineradora de responsabilidade pelos danos causados aos imóveis e aos moradores, lançando mão de uma plêiade de conjecturas em que recorriam à existência de problemas de depressão nas placas tectônicas, problemas dos serviços de drenagem e escoamento das águas das chuvas, depressões resultantes da existência de aquíferos, formação de bacias acumulativas de água no bairro do Pinheiro etc. A comissão recorreu à literatura existente para confirmar seus diagnósticos e reafirmar a responsabilidade concreta da Braskem pelos abalos sísmicos:

A literatura demonstra que a sismicidade em mineração por dissolução é associada em várias partes do mundo a: I – colapso do teto da caverna e II – reativação de falhas preexistentes devido ao rearranjo de esforços provocados pela sismicidade (Kinscher et al., 2014; Kinscher et al., 2016). (PRM, 2019, p. 32).

Ao contrário do relatório divulgado pelos técnicos da Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais (CPRM), os dados apresentados pela Braskem ao Ministério Público (MPF), em 3 de junho de 2019, ocultam a presença “de falhas na área de mineração” (CPRM, 2019, p. 17). O perfil dos poços apresentados pela mineradora transnacional “não consegue evidenciar toda a complexidade do arcabouço geológico-tectônico da área de mineração” (CPRM, 2019, p. 21). O estudo do mapa geológico da área afetada indica “que a causa do

fenômeno de afundamento tem relação com as cavernas da Braskem” (CPRM, 2019, p. 29). Os abalos sísmicos estão claramente associados “a colapsos de teto das cavernas e/ou que aproveitam zonas de fraquezas preexistentes” (CPRM, 2019, p. 32).

A responsabilidade da Braskem pelo afundamento dos bairros de Maceió é clara e precisa, resultante do processo irregular de extração do sal-gema. A extração de sal-gema (cloreto de sódio usado para fabricar soda cáustica PVC) realizada de forma perdulária pela Braskem nos bairros do Mutange, Bebedouro e Pinheiro ao longo de quatro décadas culminou na desestabilização da estrutura das cavernas subterrâneas existentes e resultou em abalos sísmicos, instabilidades no solo, erosões, afundamento, fissuras, rupturas e rachaduras em milhares de edificações, vias e logradouros públicos.

Com base nos dados apresentados pela referida comissão, a Defesa Civil Municipal identificou a existência de três grandes fissuras, “cada uma com cerca de 1,5 km de extensão, afetando 2.480 moradias somente no Pinheiro” (GUSTAVO – RODRIGUES, 2019, p. 1).

Imagem 5: Mapa de risco das regiões do Mutange, Bebedouro e Pinheiro



Imagem: Defesa Civil de Maceió, 2019.

No mapa acima, é possível observar os diferentes níveis de riscos de afundamento do solo e desabamento das moradias nos bairros de Mutange, Bebedouro e Pinheiro. O mapa divide as regiões afetadas em quatro cores (azul, verde, rosa, branca), subdivididas em azul-

claro e azul-escuro, verde-claro e verde-escuro, rosa-claro e rosa-escuro. Pela mediação das cores busca-se mostrar que subsistem distinções dentro de uma mesma área, com algumas regiões revelando-se mais críticas do que outras.

**5.3.1 Áreas verde (“Setor 0; subdividido em 0.00 e 0.1) ou Zona de Cisalhamento:** este setor abrange o maior *quantum* topográfico, sendo caracterizado pela Defesa Civil como Zona de “Cisalhamento”. Nessa região foram constatadas fraturamento, rachaduras e danos em edificações, vias públicas, redes elétricas e sistema de esgoto. A região é hegemonicamente ocupada pelo bairro do Pinheiro.

No “setor 0”, foram observados danos descritos como colapso de estruturas e intensificação dos processos erosivos. O “Setor 0.00” (verde claro) abrange toda a área coberta pelo Mapa de Feições da CPRM – áreas amarela, laranja e vermelha do bairro Pinheiro, onde foram notificadas as primeiras evidências investigadas desde 15 de fevereiro de 2018. Essa área, a mais crítica do “Setor 0”, é caracterizada por fraturamento intenso, processos erosivos e danos em edificações já identificados no mapa de feições (TNT1, 2019, p. 1).

Na subárea verde escura (Setor 0.01), registrada como “Mapa de Feições”, existem processos erosivos que podem expandir-se e afetar ainda mais as estruturas das edificações e os elementos de “infraestruturas como vias públicas, condutores da rede elétrica e canalização de

redes de drenagem, esgotamento sanitário, água e gás” (TNT1, 2019, p. 1).

A “Zona de Cisalhamento” assume função hegemônica no mapa de risco, constituindo uma área crítica e com potencialidade de ampliação da erosão, havendo possibilidade de desestabilização e aprofundamento dos danos às moradias, prédios, vias públicas, redes elétricas, sistema de esgoto, água e gás. Demanda, portanto, um monitoramento permanente e a retirada dos moradores.

O bairro do Pinheiro possui dezenas de milhares de moradores; trata-se de um bairro que topograficamente se situa na parte alta de Maceió, tendo sua gênese histórica articulada ao bairro do Farol. Apesar de o poder público oferecer apoio à retirada de somente 500 famílias, 2 mil famílias evacuaram da região com receio duma tragédia. Uma observação *in loco* permite constatar inúmeras ruas isoladas, conjunto de prédios evacuados, escolas e hospitais fechados, postos de combustíveis isolados, casas abandonadas e atividades comerciais encerradas. As atividades persistem somente nas zonas em que as rachaduras se manifestam em pequenas proporções e ainda não representam uma ameaça visível à estrutura das edificações.

**5.3.2 Áreas rosa ou Zona de Movimento de Massa (Setor 1, subdividido em 1.00 e 1,01):** esta zona é composta pelo bairro Mutange; é considerada pela Defesa Civil como “Zona de Movimento de Massa” (subdividido em 1.00, de cor rosa-claro, e 1.01, de rosa-escuro).



No “Setor 1” foram observados danos identificados como colapso de estruturas. O “Setor 1.00” (rosa-claro) abrange a área da encosta do Mutange e da encosta do Jardim Alagoas. Área mais crítica do Setor 1, é caracterizada por zona de deformação e de falhas geológicas (R3 e R4 CPRM 2012-2017). São áreas de risco em encostas que já haviam sido mapeadas pela CPRM em 2012 e revisitadas em 2017. Vale observar que R é a sigla para risco, que é escalonado de 1 a 4, conforme a gravidade, sendo 1 = baixo; 2 = médio; 3 = alto e 4 = muito alto (TNT1, 2019, p. 1).

A área em rosa-escuro ou “Setor 1.01” representa as regiões conhecidas como Gruta do Padre, no Mutange, e Cardoso, em Bebedouro. Essa zona é a área mais crítica (R3 e R4 CPRM), em que há maior possibilidade de incidência e afundamento do solo. Daí a necessidade da retirada dos moradores dessa zona com maior celeridade.

**5.3.3 Áreas azuis ou Zona de Alagamento (“Setor 2”, subdividida em 2.00 e 2.01, azul-claro e azul-escuro):** a Defesa Civil considera esta zona como área de insalubridade e perda de funcionalidade das edificações. É subdividida em áreas de criticidade 00, identificadas pela cor azul-claro, que representa áreas já alagadas, e 01, azul-escuro, que aponta áreas passíveis de alagamento. A recomendação é para a retirada dos moradores do local, o isolamento e o monitoramento da região (TNH1, 2019, p. 1).

**5.3.4 Setor 3 ou Zona branca:** Os círculos representam as minas de exploração de sal-gema realizadas pela Braskem no Mutange, Pinheiro, Bebedouro e na Lagoa Mundaú, com consistente ameaça de dolinas. As estruturas circulares são hegemônicas na área do Mutange, na Lagoa Mundaú e, em menor quantidade, no Pinheiro. São 31 estruturas circulares irregulares, resultantes das perfurações da Braskem, perfazendo 4 círculos no Pinheiro, 8 na Lagoa Mundaú e 19 no Mutange.

O Mutange exerceu função elementar nas atividades exploratórias da mineradora transnacional. Observa-se a presença de inúmeras estruturas circulares, que revelam a existência de minas de exploração de sal-gema; caracteriza-se como zona de dolinas. As zonas brancas do setor 3 apresentam colapso em suas estruturas. A possibilidade de demolição e a abertura externa de suas crateras exigem uma remoção ainda mais célere de seus moradores.

Por métodos geofísicos (interferométrico, gravimétrico e audiomagnetotelúrico), a comissão da CPRM constatou a existência de falhas na região do Mutange:

Os dados de interferometria (Fig. 2), contudo, forneceram a melhor evidência para a identificação de falha na região do Mutange, sobretudo por causa da introdução da informação do fator tempo no problema. Dados da literatura científica demonstraram que movimentos de falhas são identificados por padrões de subsidência associados a rejeitos de falhas com as mesmas características daqueles observados nos dados

de interferometria (p. ex., Cowie et al., 2000; Cuenca, 2013).

Outro aspecto que favorece a existência de falhas na região da mineração são as deformações sofridas pelas tubulações de acesso às minas de sal (*slides* 39, 40, 41, 42, 43 e 44 da apresentação “INFORMAÇÕES DA BRASKEM” de abril/2019). As deformações foram encontradas em três diferentes níveis de profundidade (200-330 metros, 350-400 metros, 600-700 metros, slide 39) e com 11 diferentes sentidos de empenos identificados entre 200 e 400 metros (170° Az, 220° Az, 235° Az, 190° Az, 355° Az, 320° Az, 230° Az, 260° Az, 150° Az, 330° Az, 290° Az, setas vermelhas no slide 44). A imagem apresentada no slide 44 (Fig. 10) indica a atuação de um sistema complexo de deformação do subsolo da área de mineração, com grande probabilidade da ação de falhas (CPRM, 2019, p. 14).

Os técnicos do Serviço Geológico do Brasil (CPRM) esclarecem:

Os resultados da interpretação quantitativa dos dados gravimétricos comparados com as seções geológicas construídas com dados de poços e a observação da modelagem 3D demonstram existência de rejeitos entre unidades litológicas que variam entre 10 e 15 metros, associados à Falha do Mutange (Fig. 11) (CPRM, 2019, p. 15).

A periculosidade envolvendo as áreas rosa, azul e os círculos no mapa acima exigiriam uma atuação mais consistente do poder público no sentido de garantir a segurança dos moradores e transeuntes das áreas mais

críticas, devido à ação predatória e destrutiva da mencionada transnacional. O decreto de calamidade pública pela prefeitura municipal (março de 2019) foi reconhecido pelo governo federal, mas isso não implicou o efetivo atendimento aos moradores ameaçados pela tragédia de afundamento e rachaduras de suas residências nos quatro bairros de Maceió.

Visando evitar uma tragédia, como acima destacamos, a Defesa Civil operacionalizou a mudança de 500 famílias (junho de 2019) que tiveram suas residências afetadas pelas fortes rachaduras, afundamento e ameaças de desabamento no Pinheiro. Para isso foi liberado um auxílio-moradia do governo federal, a fim de colaborar no pagamento do aluguel da nova moradia, num período temporário de seis meses, no valor de R\$ 1.000,00 para 500 famílias. Os recursos federais do Ministério de Desenvolvimento Regional (MGR) liberados para auxílio-moradia chegam a 11 milhões de reais.

No entanto, a Defesa Civil Municipal de Maceió e o governo estadual não puseram em andamento processo algum de apoio aos moradores dos demais bairros afetados. Cumpre notar que as famílias localizadas no Mutange sofrem ameaça similar aos atendidos no Pinheiro. As 400 famílias (cerca de 1.500 pessoas) cadastradas pela Defesa Civil Municipal do Mutange esperam pela efetivação do programa de evacuação desde junho de 2019. Cogitou-se a possibilidade de essas famílias serem realocados para imóveis do Programa da Caixa Econômica Federal “Minha Casa, Minha Vida”. Mais abaixo retomaremos essa questão.

#### 5.4. “Termo” espúrio da Braskem com o Ministério Público e a Defensoria Pública

Na impossibilidade de assegurar sua isenção quanto aos danos causados aos moradores dos bairros acima mencionados, a Braskem foi obrigada a reconhecer sua responsabilidade após o laudo minucioso apresentado pelos técnicos e especialistas da Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais (CPRM). Só então a Braskem firmou, em 3 de janeiro de 2020, um “termo de acordo para apoio na desocupação das áreas de risco” no valor de 2,7 bilhões com a Procuradoria-Geral, o Ministério Público (Federal e Estadual), a Defensoria Pública (Federal e Estadual) e a Promotoria, sem a anuência dos moradores dos bairros afetados e de suas entidades representativas.

O “Programa de Compensação Financeira e Apoio à Realocação” estabelecido no “Termo” de compromisso acrescenta o bairro do Bom Parto como área de risco e prevê a desocupação e a realocação de 62 imóveis, devendo participar de todo o processo 17 mil moradores e não 17 mil famílias ou imóveis. O Programa prevê ainda que “quando expirar o aluguel social pago pela União, o auxílio aluguel previsto no presente Termo será ofertado pela Braskem aos moradores para que se habilitem para fins de recebimento do auxílio aluguel, a fim de não haver descontinuidade do recebimento desses valores” (TERMO DO ACORDO QUE CELEBRAM AS PARTES, 2020, p. 2).

A realocação será realizada no prazo de dois anos, com o custo de 1,7 bilhão. Um bilhão deve ser utilizado no fechamento dos 35 poços existentes na região, ou seja, mais da metade dos recursos será destinada ao fechamento dos buracos cavados pelos capitalistas sedentos de riqueza. Parte expressiva dos recursos não têm como destinatários os moradores, que precisam de moradia que faça jus a condições de vida digna.

Os recursos serão depositados paulatinamente ao longo dos dois anos, começando com uma “merreca” de 100 milhões de reais numa conta específica, para o início da aquisição dos imóveis situados nas áreas de risco. Os técnicos e peritos da Braskem vão conferir todos os imóveis com problemas estruturais listados no laudo técnico da Defesa Civil. O poder da Braskem não para na decisão final sobre os imóveis de risco “beneficiados”, mas revela-se especialmente na definição no valor dos imóveis, cabendo aos descontentes procurar a via jurídica, como consta no famigerado Termo: “em havendo discordância por parte de atingidos aos valores ofertados pela Braskem, fica facultada a propositura de medida judicial por qualquer das Partes, na qual a Braskem se obriga ao depósito do valor do laudo judicial de avaliação do imóvel...” (2020, p. 3).

Desse modo, as áreas desocupadas passaram à condição de propriedade privada da Braskem, que tomará as providências necessárias contra os possíveis invasores. A mineradora transnacional exercerá controle absoluto das áreas desocupadas mediante serviço permanente de vigilância. A natureza privatizante do acordo revela-se nos termos: “Os pagamentos referentes aos terrenos e edificações pressupõem a transferência do direito sobre o bem à Braskem, quando transferível” (2020, p. 6).

O “Termo” assinado refere-se tão só às despesas de menor valor, pois as despesas expressivas com a desocupação, remoção e realocação de imóveis públicos ou de empresas de maior porte cabem aos próprios moradores:

Não se aplica o dispositivo neste Termo aos grandes equipamentos, assim considerados imóveis ou instalações que pressupõem providências especiais para sua desocupação, tais como as instalações de Saúde (como hospitais, clínicas, unidades de saúde), as instalações de Educação (como creches, escolas e universidades). As autarquias e Órgãos Públicos, as Concessionárias e Equipamentos de Serviços Públicos, bem como Pessoas Jurídicas de direito privado de maior porte (2020, p. 3).

Nota-se que a Braskem é invariavelmente isentada de responsabilidade perante os elementos que apresentam um maior desembolso financeiro, pois há inúmeros hospitais na região (Hospital Sanatório, Hospital Miguel Couto, Hospital José Ramalho, Hospital Hapvida),

clínicas, escolas (especialmente a rede de escolas do CEPA), postos de combustíveis, concessionárias de automóveis, empresas de prestação de serviços, autarquias e fundações como o IMA de Alagoas etc. A Braskem repassa sua responsabilidade para o setor público e para a iniciativa privada, contando com o aval do Ministério Público e da Defensoria.

Observa-se que não se trata da liberação de 1,7 bilhão de reais para atender aos interesses das pessoas afetadas pela ação da multinacional, mas de um investimento financeiro mediante a aquisição de imóveis que foram desvalorizados pela empresa. O acordo claramente não atende aos interesses dos moradores, senão aos interesses espúrios da Braskem, que consegue não somente se isentar dos problemas decorrentes das desgraças cometidas, mas realiza um investimento bastante rentável na aquisição de imóveis. A desgraça da população atingida se traduz em investimento para a Braskem, que amplia seus bens de capitais por meio do termo assinado. E não é a primeira vez que a referida mineradora atua dessa maneira em Alagoas; é bom lembrar que ela iniciou expropriando compulsoriamente os moradores do Pontal da Barra e do Trapiche.

Na verdade, a Braskem não está perdendo nada, mas somente ganhando com o famigerado acordo. E como se não bastasse a acumulação de riqueza expressa na apropriação compulsória dos imóveis por valores estabelecidos unilateralmente pela mineradora, o Ministério Público e a Defensoria estabelecem que “não haverá requerimento de bloqueios judiciais, nas contas ou



indisponibilidade de bens da Braskem nos autos dos processos [...], ficando suspenso qualquer pedido formulado para esses fins” (2020, p. 9). As referidas entidades abrem mão tanto do bloqueio solicitado, de 2,7 bilhões de reais pelos danos causados ao meio ambiente e aos moradores dos bairros Pinheiro, Mutange e Bebedouro, como se dispõem a cancelar as ações na Justiça contra a Braskem, no valor de 6,7 bilhões de reais. Isso pode ser observado na cláusula que diz: “As Partes acordam que a celebração do presente Termo implica a extinção parcial da ação pública nº 0803836-61.2019.4.05.8000 em relação ao pagamento por danos materiais e morais aos moradores pelos IMPACTOS PBM alcançados por este TERMO”. Os representantes do Ministério Público e da Defensoria abrem mão dos danos materiais e morais causados pela Braskem sem perguntar aos afetados se eles aceitam tamanha expropriação de seus direitos.

Além de anistiar a Braskem pelos danos materiais causados aos moradores, ao patrimônio público e ao meio ambiente, os “cavaleiros da Justiça” abrem mão dos danos morais e dos danos causados ao patrimônio cultural e histórico dessa cidade. A atividade mineradora estritamente lucrativa promoveu danos irreparáveis à memória da cidade de Maceió; as pessoas não podem ser transferidas de uma zona geográfica para outra como se fossem gado. Existem vínculos de amizade, parentesco e familiares construídos ao longo de décadas que não podem ser quebrados unilateralmente. É bom lembrar que não se forma um bairro da noite para um dia, que não se constitui

uma logística e toda uma infraestrutura para acomodar milhares de pessoas num passe de mágica. Tudo isso demanda muitos recursos humanos, econômicos, culturais e sociais. É impossível aceitar um valor tão irrisório pelo pagamento da destruição de quatro bairros no presente, sem contar os dois bairros que foram destruídos no passado.

Parece claro que os representantes do poder público não representam os interesses da comunidade afetada. O termo assinado é, de fato, um estelionato aos direitos dos moradores; uma clara demonstração disso é que não possui a assinatura de nenhum representante dos bairros. O termo resulta de uma ação arbitrária e autoritária dos representantes da maquinaria estatal em conluio com os interesses da multinacional; a questão fundamental é o lucro da empresa e não o direito efetivo das pessoas afetadas. A decisão tomada arbitrariamente confirma a história da burguesia no Brasil, uma história em que as decisões fundamentais são tomadas pelo alto e à revelia dos trabalhadores. Uma história que culmina sempre na expropriação da riqueza de milhares de pessoas e de trabalhadores cujo único bem é a construção de sua moradia. Para não dizer que o “Termo” assinado não traz novidade, paradoxalmente reconhecemos que ele possui uma novidade: reconhecer que o problema afeta quatro bairros de Maceió, e não apenas três, como inicialmente. A novidade é que os problemas gerados pela Braskem podem ser bem maiores do que os anunciados até o momento.

O “Termo” assinado pelos “cavaleiros da Justiça” está em plena articulação com a natureza classista do Estado, anteriormente observada na decisão do Ministro João Otávio de Noronha e ratificada pelo Ministro Dias Toffoli, em que ambos asseguravam os interesses dos acionistas da Braskem e contrapunham-se ao bloqueio de 2,7 bilhões de reais, como solicitado pelo Ministério Público. O Ministro recursava a solicitação sob a seguinte missiva: “impedir que umas das maiores empresas do país distribua lucros para seus acionistas afeta de forma indevida a economia nacional” (NORONHA, 2019). Dias Toffoli também rejeitou o recurso da Procuradoria-Geral da União nos seguintes termos: “o risco hipotético ou potencial de grave lesão aos interesses públicos não é suficiente para deferimento do pedido de suspensão” (*apud* TRIBUNA INDEPENDENTE, 2019, p. 8). Inexiste dúvida da parte dos representantes do Supremo Tribunal Federal de que o lucro dos acionistas está acima dos interesses coletivos milhares de pessoas. A destruição de edificações residenciais, vias públicas, escolas, igrejas, consultórios médicos, hospitais, postos de combustíveis e campo de futebol (CSA) está abaixo dos interesses mercadológicos e empresariais.

A posição dos digníssimos mandatários da Justiça explicita a colisão de interesses existente entre o Poder Judiciário e o poder econômico. Mesmo existindo uma constelação de denúncias da Lava Jato que envolvem o Grupo Odebrecht e a Petrobras, como principais proprietárias da Braskem, os mandatários da Justiça escancaram seu compromisso de classe com os poderosos.

É preciso salientar que não se trata apenas dos interesses de três multinacionais brasileiras envolvidas no processo (Braskem, Odebrecht e Petrobras), mas do sistema do capital como um todo. Vale lembrar que o sucesso financeiro da Braskem advém das dívidas contraídas na ordem de 10 bilhões de reais com o BNDES, 7,5 bilhões reais com o Banco do Brasil, 4 bilhões de reais com o Itaú Unibanco  *Holding*, entre outras dívidas. A própria Justiça tratou de separar o patrimônio da Braskem dos bens da Odebrecht, em processo de recuperação judicial (com uma dívida de quase 100 bilhões de reais). E os bancos não são apenas credores da Braskem, mas acionistas diretos da empresa em regime de alienação fiduciária. A valorização das ações da Braskem interessa ao sistema financeiro e à maquinaria estatal. A tarefa da Justiça é assegurar o ordenamento do sistema assentado na expropriação do trabalho e das riquezas produzidas pelos trabalhadores, mesmo que essa riqueza seja somente a sua moradia.

Manter os interesses da Braskem em detrimento dos interesses das populações afetadas é a essência do sistema que se baseia no lucro e não nos interesses dos trabalhadores e da humanidade, pois a Braskem possui ações no mercado de futuros que precisam ser garantidas. Os interesses dos acionistas e do mercado financeiro estão acima dos interesses das famílias que se encontram desabrigadas e sobrevivendo numa área de risco. Assim, quando a Braskem apresenta o “Programa de Compensação Financeira e Apoio à Realocação” ela não está pensando na ameaça que paira sobre os moradores, mas no próximo investimento que pode realizar. Ao

comprar os imóveis dos moradores compulsoriamente por 1,7 bilhão de reais e gastar 1 bilhão de reais na preservação e manutenção de seus poços, a Braskem realiza um investimento em que seus negócios se valorizam no presente e tendem a se valorizar ainda mais no futuro, pois cada imóvel adquirido possui riquezas adormecidas em seu solo que não estão circunscritas ao sal-gema.

Os gestores da Braskem, juntamente com os representantes do Supremo Tribunal, agora com o apoio do Ministério Público e da Defensoria Pública, estão irmanados na tentativa de assegurar os lucros da Braskem, que correspondem a 79,4% das receitas do Grupo Odebrecht. A Braskem é a única subsidiária do grupo que pode salvar a Odebrecht da falência, pois auferiu uma receita de 58 bilhões em 2018 e um lucro líquido de 7 bilhões em 2018 e 2019. A Odebrecht, que acumula uma dívida de 98,5 bilhões, conta com a Braskem para sair da crise financeira em que está atolada (OBSERVATÓRIO DA MINERAÇÃO, 2019). E os “cavaleiros da Justiça” têm plena consciência de que o mercado dita as regras e deve ter prioridade.

## 5.5 A Braskem pretende ampliar sua ação destrutiva em Alagoas

A primeira atitude da Braskem quando acionada pelo Ministério Público e pela Promotoria foi afirmar que fecharia suas portas em Alagoas, mesmo com incentivo fiscal e isenção tributária na ordem de 92%. Após anunciar que iria transferir suas operações extrativistas para as

fontes de sal-gema ao norte do Espírito Santo (OBSERVATÓRIO DA MINERAÇÃO, 2019), a transnacional recuou da proposta e assinou um acordo promissor com o Ministério Público e a Defensoria. Isso permitiu uma espécie de salto de tigre para o futuro, fazendo com que a mineradora apresentasse novo projeto de expansão para o litoral norte de Alagoas (Maceió, Paripueira e Barra de Santo Antônio), sete áreas com 2 mil hectares de tamanho cada.

O “Termo” estabelecido permite que a Braskem saia da posição defensiva e assuma uma postura ofensiva mediante proposição de expansão de suas atividades extrativistas para uma nova região de forte contingente populacional. A Odebrecht, que havia cogitado a possibilidade de vender a Braskem para a multinacional holandesa *Lyondell Bassel* ou para o mercado de capitais, na forma de “*corporation*”, agora pode descansar porque os representantes do Ministério Público e da Defensoria anunciaram uma trégua para os negócios da empresa no mercado financeiro.

A demonstração de que os interesses lucrativos da Braskem no estado de Alagoas serão assegurados em detrimento dos interesses dos moradores dos bairros Mutange, Pinheiro, Bebedouro e Bom Parto pode ser observada na celeridade com que a Braskem procura transferir suas ações exploratórias de sal-gema para a região norte do estado de Alagoas. Segundo o Jornal Tribuna Independente (2019, p. 8);

A Agência Nacional de Mineração recebeu um requerimento da Braskem no dia 31 de julho: a empresa pediu solicitação para, além de em Maceió, fazer pesquisas para mineração na Região Norte do estado, nos municípios de Paripueira e Barra de Santo Antônio. [...]. As solicitações são públicas e estão no site da ANM, onde estão listadas as sete áreas, cada uma com aproximadamente 2 mil hectares, o que é equivalente ao tamanho de 14 mil campos de futebol.

O périplo destrutivo da Braskem em Alagoas está muito longe de terminar. Após ter devastado o bairro do Pontal da Barra, os manguezais da Lagoa Mundaú e parte do Trapiche da Barra nas décadas de 1970 e 1980, persiste como uma ameaça permanente de vazamento de gás e de gerar óbitos à população circunvizinha à sua Planta Industrial. A ação predatória da empresa em busca do lucro destruiu e destrói nos dias atuais quatro bairros de Maceió e parte da Lagoa Mundaú, integrante do mais belo complexo lagunar existente no país. Não satisfeita, pretende agora expandir-se para o litoral norte (Maceió, Paripueira e Barra de Santo Antônio), na perspectiva de destruir os sistemas naturais existentes (restingas e manguezais), contaminar o solo e promover a retirada em massa dos moradores, como já fez no Trapiche da Barra e no Pontal da Barra.

A convivência e a anuência do Poder Público na esfera central podem ser observadas no depoimento do representante da Agência Nacional de Mineração:

A ANM vai analisar os pedidos e vai fazer algumas exigências se achar alguma coisa de

que ela tem dúvidas. A partir daí, ela analisa ou reanalisa e fornece o alvará de pesquisa. Nessa fase de pesquisa, a Braskem poderá pedir um dispositivo chamado guia de exploração, que é uma autorização provisória. Naturalmente, tem de ter a anuência do IMA, a licença ambiental” (Oswaldo Costa Filho, representante da ANM, TRIBUNA INDEPENDENTE, 2019, p. 8).

O representante da ANN esquece que a Braskem pretende expandir suas atividades lucrativas quando nem mesmo honrou sua dívida com os moradores dos quatro bairros afetados por sua ação predatória. Mesmo sem indenizar os moradores pelos prejuízos materiais causados, ela apresenta nova proposta de expansão da exploração de sal-gema no estado, lançando mão de velhos mecanismos de expropriação das riquezas pertencentes aos trabalhadores.

É uma ação abusiva dos órgãos públicos (IMA, IBAMA, ANM e similares) fornecer licença ou autorização de qualquer espécie (vitalícia ou provisória) para que uma empresa como a Braskem (antiga Salgema) explore a extração de sal-gema ou de qualquer outro produto químico em área urbana densamente povoada. É preciso tornar claro que os interesses das pessoas que moram num determinado lugar não podem ser ameaçados pelo poder de uma empresa, multinacional ou não. Constitui um dano indelével para os moradores qualquer espécie de concessão estatal para que uma empresa possa perfurar poços e extrair riquezas sob edificações habitadas, ou escolas, hospitais, postos de saúde, campo de futebol, sindicatos e logradouros públicos.



Por sua vez, nota-se que não se trata de um desvio do poder público, mas da natureza do Estado permitir que empresas como a Braskem possam realizar o butim e saquear as riquezas adormecidas onde quer que seja, mesmo que isso ameace a existência de milhares de pessoas. No “Termo” firmado com a Braskem, o Ministério Público (MPF e MPE) e a Defensoria Pública (DPE e DFU) autorizam-na a renovar seu contrato de exploração de sal-gema junto da ANM, para continuar explorando a mineração na região afetada, pelo valor de 1 bilhão de reais. Reza o “Termo” assinado (2020, p. 9): “Para garantir parte do objeto da ACP, ajuizada pelo MPF, e o implemento das medidas ambientais a serem executadas de acordo com as recomendações da Agência Nacional de Mineração (ANM), a Braskem se compromete a obter uma nova apólice de seguro-garantia, no valor de R\$ 1 bilhão”.

É preciso esclarecer que o propósito principal da Braskem em Alagoas não é oferecer emprego e condições dignas de trabalho aos moradores desempregados ou subempregados, mas perseverar no processo de expropriação das riquezas naturais com baixíssimo custo e aprofundar a exploração da força de trabalho, com a precarização e a terceirização que marcou o processo de passagem da Salgema para a Braskem.

Os trabalhadores da Salgema perderam seus direitos ou foram demitidos para serem recontratados com baixíssimos salários. Enquanto a Braskem afirma que gera aproximadamente 1,8 mil postos diretos de trabalho e mais de cinco postos indiretos de trabalho no estado de Alagoas,

não se pode esquecer que ela destruiu um bairro que gerava indiretamente 30 mil empregos, ou seja, gerava seis vezes mais postos de trabalho do que a mineradora. Os dados apresentados pela Federação do Comércio de Alagoas (Fecomércio) revelam que somente no bairro Pinheiro

Pode chegar a 20.740 postos de trabalho formais. No mesmo levantamento, com informações da Junta Comercial de Alagoas (Juceal), existem cerca de 2.700 empresas ativas no bairro, onde 2.060 empresas são consideradas microempresas, 360 são empresas de pequeno porte e 248 não são identificadas em termos de porte empresarial (TRIBUNA HOJE, 2019, p. 2).

O número de postos de trabalho formais que estão ameaçados de desaparecer pode chegar a 21 mil somente no Pinheiro. É importante destacar que o bairro de Bebedouro possui um comércio bastante movimentado. A ameaça de desabamento pode levar ao fechamento de dezenas de unidades comerciais, como conduziu ao fechamento de escolas, igrejas, postos médicos, hospitais etc. na região. O mesmo acontece no bairro do Mutange. Desse modo, não se sustenta a tese de que o motivo principal da presença da Braskem em Alagoas é gerar emprego direta ou indiretamente. Muito mais que gerar emprego, a Braskem está destruindo postos de trabalho, devastando a natureza, explorando intensamente os trabalhadores e ameaçando a vida de milhares de pessoas.

O mesmo pode se dizer do processo de expansão da Braskem para o litoral norte. No bojo de seu processo

de implementação, vai se propagar uma rede destrutiva das cadeias produtivas das comunidades sustentadas na pesca artesanal, da mesma maneira como foram destruídas no Pontal da Barra e do Trapiche as unidades produtivas artesanais existentes. Certamente o número de novos postos de trabalho que serão criados pela Braskem estará abaixo dos postos de trabalho já existentes nas comunidades supracitadas, que tiveram e terão sua interrupção forçada pela destruição causada por essa transnacional.

Ademais, não se pode esquecer que a riqueza produzida pela Braskem no Estado de Alagoas não permanece nem é distribuída na região, mas é drenada para os centros financeiros e serve para ampliar o processo de acumulação de riqueza dos capitalistas do complexo petroquímico. O representante da Agência Nacional de Mineração e toda a estrutura estatal existem tão só na perspectiva de atender aos interesses de grandes corporações econômicas como a Braskem.

## CONCLUSÃO

No decorrer deste texto procuramos demonstrar que a razão de ser de uma transnacional não é melhorar a qualidade de vidas das pessoas de seu entorno e, muito menos, da classe trabalhadora, mas atender exclusivamente aos interesses do mercado e da produção de valor através das expropriações de riquezas que ela não produziu. A expropriação pauta a gênese da Braskem, pois

ela emergiu da privatização das empresas estatais do complexo petroquímico.

Para atender aos seus preceitos inexoráveis assentados no lucro, as transnacionais submetem o Estado e suas distintas personificações aos seus imperativos de apropriação da riqueza produzida pelos trabalhadores; entre essas riquezas se acha a moradia de milhares de pessoas que vivem há décadas numa determinada região.

Subsiste um conluio entre a maquinaria estatal e as transnacionais, em que os interesses em assegurar a preservação da taxa de lucro dos capitalistas e os interesses dos acionistas do mercado formado pelas mineradoras estão acima dos interesses das pessoas. Se depender do poder público, os interesses da Braskem serão preservados em detrimento dos interesses dos vitimizados, daí entendemos ser tarefa fundamental fortalecer a organização e a luta dos moradores do Pinheiro, Mutange, Bom Parto e Bebedouro.

Os interesses dos moradores dos bairros afetados somente serão garantidos com a organização e o enfrentamento ao sistema que continua se alimentando da rapinagem e do sequestro das riquezas dos trabalhadores. A alternativa ao processo de destruição promovido pelas multinacionais como a Braskem deve partir da classe trabalhadora e de suas organizações. É preciso organização para impedir que as multinacionais continuem a destruir a natureza, expropriando as riquezas da sociedade e intensificando a exploração dos trabalhadores.

Os moradores do Pinheiro demonstraram possuir disposição e coragem para lutar. Essa disposição está

sendo observada também nos moradores do Bom Parto, Mutange e Bebedouro. A unidade dos moradores afetados é fundamental para impedir que o direito essencial à moradia seja sequestrado. Perder a moradia e um bairro enquanto maior riqueza de uma família e de uma população não deve ser admitido de maneira alguma.

Por isso, devem-se lançar abaixo todas as espécies de acordo que têm como propósito salvar os tubarões para que eles continuem a devorar os peixes pequenos. A Braskem é um tubarão que veio ao mundo para engolir os peixes menores, e para isso sempre contou com o auxílio do Poder Judiciário e da maquinaria estatal. A teia de colaboração entre Estado e Braskem perpassa toda a sua história; é preciso denunciar não somente a ação destrutiva do capital monopolista, mas também a ação espúria do Poder Judiciário e da maquinaria estatal.

É fundamental lembrar a natureza corrupta e perdulária do processo de privatização das empresas estatais, em que a burguesia brasileira se locupletou com a riqueza produzida historicamente pelos trabalhadores e trabalhadoras, assim como é fundamental apontar o processo de expropriação que marca a história da Braskem nos tempos hodiernos. Essa prática pedestre e rastejante da Braskem revela a essência do sistema do capital e serve para que a classe trabalhadora fortaleça suas organizações e coloquem na ordem do dia a necessidade de constituição de nova forma de organização da produção dos bens materiais que valorize os seres humanos e não os transforme em mercadorias.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Monica Piccolo. *Reformas neoliberais no Brasil: a privatização nos governos Fernando Collor e Fernando Henrique Cardoso*. Tese de Doutorado. Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia. Departamento de História, 2010. Endereço eletrônico: <http://www.historia.uff.br/stricto/td/1263.pdf>. Acesso em 02 de fevereiro de 2019.

AZUAG, Feliciano Lhanos Azuag. *A reestruturação da indústria petroquímica no período pós-privatização*.

Endereço eletrônico:

<https://pt.wikipedia.org/wiki/Braskem>

CASEIRO, Luiz. *Características da Recente Expansão das Multinacionais Brasileiras*. Observatório da inovação e competitividade. Endereço eletrônico:

[http://www.iea.usp.br/midioteca/apresentacao/caseiromulti-brasileiras.pdf/at\\_download/file](http://www.iea.usp.br/midioteca/apresentacao/caseiromulti-brasileiras.pdf/at_download/file)

COLÉN, Roberta. *Tremor de terra é registrado em vários bairros de Maceió*. Endereço eletrônico:

<https://g1.globo.com/al/alagoas/noticia/tremor-de-terra-e-registrado-em-> HYPERLINK

"<https://g1.globo.com/al/alagoas/noticia/tremor-de-terra-e-registrado-em-varios-bairros-de-maceio.ghtml>"varios-bairros-de-maceio.ghtml

CADA MINUTO. *Aluguel social para famílias Mutange terá aporte de R\$ milhões bloqueados da Braskem.*

Endereço eletrônico:

<https://www.cadaminuto.com.br/noticia/341683/2019/07/03/aluguel-social-para-familias-mutange-tera-aporte-de-r-15-milhoes-bloqueados-da-braskem>

CERQUEIRA, Laurez. *Proer: a cesta básica dos banqueiros.* Endereço eletrônico:

[http://www.vermelho.org.br/noticia.php?id\\_secao=1&id\\_noticia=192632](http://www.vermelho.org.br/noticia.php?id_secao=1&id_noticia=192632). Acesso em 03 de março de 2018.

CPRM - SERVIÇO GEOLÓGICO DO BRASIL. *Estudos sobre a instabilidade do terreno nos bairros Pinheiro, Mutange e Bebedouro, Maceió (AL).* Rio de Janeiro, 17 de junho de 2019. Endereço eletrônico:

[http://rigeo.cprm.gov.br/jspui/bitstream/doc/21212/1/respostas\\_finalizacao\\_braskem.pdfMPE](http://rigeo.cprm.gov.br/jspui/bitstream/doc/21212/1/respostas_finalizacao_braskem.pdfMPE),

DEFESA DE CIVIL. *Mapa de risco das regiões do Mutange e Pinheiro.* Endereço eletrônico:

[http://www.maceio.al.gov.br/wp-content/uploads/2019/06/pdf/2019/06/Mapa\\_Setores\\_Danos\\_DCFinal.pdf](http://www.maceio.al.gov.br/wp-content/uploads/2019/06/pdf/2019/06/Mapa_Setores_Danos_DCFinal.pdf)

DIÁRIO DO PODER. *Mineração da Braskem causou tremor e afundamento em três bairros, em Maceió.*

Endereço eletrônico:

<https://diariodopoder.com.br/mineracao-da-braskem-causou-tremor-e-afundamento-em-tres-bairros-em-maceio/>

DPE, MPF, DPU, BRASKEM. *Termo de acordo que celebram as partes*. 03 de janeiro de 2020. Endereço eletrônico: <https://www.conjur.com.br/dl/braskem-fecha-acordo-afundamento-solo.pdf>

FARIAS, Michelle, RODRIGUES, Cau. *Serviço Geológico confirma relação das ações da Braskem com as rachaduras no Pinheiro, Mutange e Bebedouro*. Endereço eletrônico: <https://g1.globo.com/al/alagoas/noticia/2019/05/08/cprm-confirma-relacao-das-acoes-da-braskem-com-as-rachaduras-no-pinheiro-mutange-e-bebedouro.ghtml>

FERRAZ, João Carlos & IOOTY, Mariana. Fusões, aquisições e internacionalização patrimonial no Brasil nos anos 90. In. VEIGA, Pedro da Motta (org.). *O Brasil e os desafios da globalização*. Rio de Janeiro: SOBEET E Relume Dumará, 2000.

GAZETA DO POVO. *Nem Cuba, nem Venezuela: país que mais recebeu recursos do BNDES foram os EUA*. Endereço eletrônico: <https://www.gazetadopovo.com.br/republica/bndes-emprestimos-paises-banco/>

G1-ALAGOAS. *Presidente do TJ-AL determina bloqueio de R\$ 3,6 bilhões da Braskem*. Endereço eletrônico: <https://g1.globo.com/al/alagoas/noticia/2019/06/26/presidente-do-tj-al-determina-bloqueio-de-r-36-bilhoes-da-braskem.ghtml>.



HISTÓRIA DE ALAGOAS. *Descoberta de sal-gema em Alagoas foi por acaso*. Endereço eletrônico: <https://www.historiadealagoas.com.br/descoberta-da-sal-gema-em-alagoas-foi-por-acaso.html>

OBSERVATÓRIO DA MINERAÇÃO. *Mineração da Braskem destrói bairros inteiros em Maceió. Lucro líquido em dois anos atinge R\$ 7 bilhões*. Endereço eletrônico: <https://observatoriodamineração.com.br>.

TNH1. *Moradores de áreas no Pinheiro, Mutange e Bebedouro devem ser realocados*. Endereço eletrônico: <https://www.tnh1.com.br/noticia/nid/moradores-de-areas-no-pinheiro-mutange-e-bebedouro-devem-ser-realocados>.

RIPARDO, Sérgio. *Copene vira Braskem em agosto e quer economizar R\$ 330 mi ao ano*. Folha Online, 2002. Endereço eletrônico: <https://www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro/ult91u52278.shtm>

TNH1. *Prefeitura divulga mapa de danos no Pinheiro, Mutange e Bebedouro*. Endereço eletrônico: <https://www.tnh1.com.br/noticia/nid/prefeitura-divulga-mapa-de-danos-no-pinheiro-mutange-e-bebedouro/>.

TNH1. *Prefeitura divulga mapa de danos no Pinheiro, Mutange e Bebedouro*. Endereço eletrônico: <https://www.tnh1.com.br/noticia/nid/prefeitura-divulga-mapa-de-danos-no-pinheiro-mutange-e-bebedouro/>.

TNH1. *Vídeo detalha zonas em mapa de danos do Pinheiro, Mutange e Bebedouro.* Endereço eletrônico: <https://www.tnh1.com.br/noticia/nid/video-detalha-zonas-em-mapa-de-danos-do-pinheiro-mutange-e-bebedouro-assista>.

TRIBUNA HOJE. *Seis mil trabalhadores podem perder os empregos no Pinheiro.* Endereço eletrônico: <https://tribunahoje.com/noticias/economia/2019/08/31/seis-mil-trabalhadores-podem-perder-os-empregos-no-pinheiro/>.

Maceió, 31 de janeiro de 2020

## CAPÍTULO SEXTO

### CORONAVÍRUS E IMPERIALISMO CHINÊS

---

A abertura do mercado interno chinês para o capitalismo começou com o colapso da experiência pós-capitalista na época da morte de Mao Tsé-Tung e se intensificou na década de 1990, em que os investimentos japoneses nos países asiáticos desenvolveram as potencialidades capitalistas da China e das demais economias. A conquista definitiva da China para o mundo capitalista foi iniciada em 1976 e livrou o mercado mundial das taxas negativas de crescimento, pois nesse período a economia chinesa sobejamente alcançou os dois dígitos. O ingresso substancial de capital das grandes corporações transnacionais aliado ao processo de privatização das grandes empresas estatais permitiu transformar a China na “fábrica do mundo”. A particularidade da longa história da maquinaria estatal chinesa fortaleceu o poderio da burguesia nacional, em aliança com os grandes representantes do capital internacional, contra os trabalhadores.

A guinada contrarrevolucionária presenciada na China nos últimos 44 anos representou um monumental processo de expropriação de terras dos camponeses e da riqueza produzida pelos trabalhadores. A expropriação dos senhores de terra operada pela Revolução de 1949 foi completamente derrotada pelo sistema capitalista e uma nova espoliação foi colocada em curso, na qual os

camponeses foram completamente privados de seus meios de produção e subsistência.

Pela mediação da espoliação dos trabalhadores do campo e pela intensa exploração do trabalho do proletariado, o capitalismo chinês alcançou a segunda posição no *ranking* da economia mundial. Uma posição erguida sobre os escombros e a exploração da classe trabalhadora, mediante o sacrifício de aproximadamente 775 milhões de trabalhadores(as) chineses(as). A posição hegemônica do capitalismo chinês também inexisteria sem a excepcional extração de mais trabalho e o deslocamento de riqueza das economias dependentes.

A monumental exploração da classe trabalhadora em esfera internacional permitiu que os capitalistas chineses e seu Estado monopolista pudessem constituir empresas como *Avic, Norinco, Casic, Bank ICBC, China Construction Bank, Agricultural Bank of China, Bank of China, PetroChina, Sinopec Group, Ping An, Bank of Communications, China Life Insurance, China Merchants Bank, China Minsheng Banking, China Shenhua Energy, Industrial Bank, China Telecom, SAIC Motor, China State Construction*. As 500 maiores empresas chinesas atingiram em 2019 uma receita de 6,75 trilhões de dólares ou 45,5 trilhões de yuans, um aumento de 14,8% em relação ao ano anterior (PODER 360, 2019).

As empresas transnacionais chinesas assumiram posição destacada também na produção de ciência e tecnologia. A inserção do capital financeiro no mundo da produção do conhecimento tem permitido que empresas chinesas, como a DJI, sejam responsáveis por 70% dos

drones adquiridos mundialmente. O estabelecimento de restrições à penetração das redes sociais coordenadas pela *Google, Apple, Facebook e Amazon* (GAFA) implica a constituição de uma ampla reserva de mercado para as grandes corporações chinesas como *Baidu, Alibaba, Tencent e Xiami* (BATX). O mesmo acontece com os cartões de crédito *Visa, Mastercard, American Express*, que têm restrições na China, pois seu mercado é monopolizado pelas empresas *Alipay, WeChat e UnionPay*. Ao invés de utilizar o sistema de localização controlado pelo GPS norte-americano, a China construiu seu próprio sistema de navegação via satélite, coordenado pela *Beidou*, um sistema atendido por aproximadamente trinta satélites próprios.

O projeto “*Made in China 2025*” tem como propósito alcançar autossuficiência chinesa no campo tecnológico em 70% dos componentes produzidos até 2025. Isso implica que as empresas que atuam nos EUA devem se submeter a uma nova lógica de produção para não perder espaço para as suas concorrentes chinesas. Os EUA buscam desesperadamente impedir a penetração da poderosa multinacional chinesa *Huawei* no campo das telecomunicações norte-americanas, com temor de que essa empresa possa controlar e acessar informações confidenciais das empresas e do governo dos Estados Unidos, que consideram ainda a penetração da China *Mobilee*, outra empresa do mercado de telecomunicações, como uma ameaça à segurança nacional norte-americana.

O crescimento econômico chinês nas últimas décadas salvou a economia mundial duma onda recessiva expressiva, apesar das distintas crises experimentadas pelo avanço significativo do capital financeiro. Nota-se que as maiores corporações chinesas são instituições financeiras, o que denota a predominância do capital financeiro sobre o capital industrial.

A queda da Bolsa de Valores no mês de março (2020) contaminou a economia mundial e foi considerada como uma crise promovida pela pandemia do coronavírus (Covid-19). A crise econômica vai se intensificar com o coronavírus porque muitas atividades industriais e comerciais foram afetadas e, possivelmente, as pequenas empresas não terão capacidade para retomar suas atividades.

O surto promovido pelo Covid-19 na cidade de Wuhan começou em meados de janeiro, sendo designado como pandemia pela OMS em 30 de janeiro, quando havia apenas 8.200 casos em 18 países em todo o mundo. A pandemia cresceu de maneira exponencial até atingir mais de 1,6 milhão de pessoas, levando a óbito mais de 100 mil. Apesar disso, o governo Trump, a exemplo do governo Bolsonaro, desconsiderou o coronavírus como ameaça e afirmou que tudo estava sob controle nos EUA. Desse modo, os norte-americanos demoraram a suspender as sanções aos produtos médicos chineses para os EUA e continuaram insistindo na tese unilateral de que a pandemia era uma espécie de subproduto da conspiração chinesa contra a economia dos EUA.

O governo chinês agiu de maneira semelhante no início da pandemia. Preocupado com os prejuízos econômicos e interessado tão só em preservar exclusivamente os interesses das grandes corporações capitalistas, adotou medidas abusivas contra os trabalhadores e seus opositores. Antes de construir um hospital em Wuhan em dez dias, não se pode esquecer que a precarização do sistema sanitário chinês resultou do processo de desmonte da rede pública de saúde. Muitos tetos de hospitais desabaram devido ao descaso do governo com a saúde. Ao invés de agir imediatamente no sentido de conter o avanço da crise, o governo preferiu reprimir a comunidade científica e os trabalhadores. Escreve Acier (2020c, p. 3)

As “quarentenas”, sem qualquer acompanhamento médico, enclausuraram dezenas ou centenas de milhares de pessoas em casas e cidades, como Wuhan. Esses setores mais precários da população trabalhadora foram deixados à mercê da morte, enquanto os que denunciavam a administração caótica da pandemia pelo governo chinês foram perseguidos (Li Wenliang, o jovem médico que descobriu a existência de um novo vírus em foi silenciado pela polícia, morreu em função da Covid-19).

A ação mais decisiva do governo na esfera da saúde somente ocorreu depois de inúmeras mortes e protestos dos trabalhadores. O governo chinês negligenciou inicialmente o poder destrutivo do coronavírus e chegou a perseguir os cientistas que

apontaram a gravidade da patologia. No começo, a maquinaria estatal chinesa procurou esconder as informações, obstruiu as atividades dos cientistas e médicos e mandou para a prisão todos aqueles que fizeram soar o sinal de alarme da gravidade do problema sanitário.

A primazia da economia sobre a existência das pessoas impediu-o de adotar uma política de isolamento imediato. A preocupação central do governo, expressa no governo Bolsonaro, também aconteceu na China. Evidente que isso se fez de maneira mais sutil, permitindo que o governo da burguesia chinesa pudesse operar no sentido de alterar a correlação de forças e aproveitar a crise sanitária para apresentar uma resposta do ponto de vista capitalista. Desse modo, a China conseguiu conter o avanço da pandemia em seu território. Isso resultou numa avaliação bem pragmática em que ficou claro que o crescimento da pandemia poderia oferecer muito mais riscos ao desenvolvimento da economia chinesa do que uma quarentena planejada.

Essa paralisação necessária deve intensificar a crise econômica e representar o primeiro refluxo depois de trinta anos de prosperidade. O coronavírus aprofundará a recessão mundial e a crise do sistema do capital. O avanço da pandemia paralisou as atividades produtivas e comerciais na região de Wuhan e em diversas outras regiões chinesas, contribuindo para que nos dois primeiros meses de 2020 a atividade industrial chinesa caísse 13,5%, as vendas no varejo decrescessem 20,5% em relação ao ano anterior e os investimentos fixos se reduzissem em 24,5%. O coronavírus intensificou o processo de



paralisação do parque industrial chinês, que vinha sofrendo com a recessão da economia mundial. Empresas transnacionais, como a *Volkswagen*, que possuem fábricas gigantes em *Zhejiang*, já operavam 30% abaixo de sua capacidade produtiva, com tendência de ampliar seu refluxo produtivo (G1, 2020a).

No contexto do coronavírus, a tendência é que o PIB da China seja negativo em dois dígitos em 2020. Na verdade, a redução da capacidade produtiva não resulta somente dos efeitos nocivos da pandemia do coronavírus. A disputa comercial entre EUA e China indica o refluxo da economia mundial, bem como o *Brexit*. O crescimento do PIB dos países da Zona do Euro e dos EUA não passou de 2%. A diminuição do ritmo da produção mundial com o coronavírus vai aprofundar a recessão em 2020 e intensificar a crise do capitalismo em escala global. A OMC aponta para a possível redução de um terço do comércio internacional. Segundo a Agência France-Presse (2020, p. 1): “O comércio mundial se contrairá entre 13% e 32% em 2020, muito mais do que durante a crise financeira de 2008, devido ao impacto da pandemia de coronavírus – estimou a Organização Mundial do Comércio (OMC) nesta quarta-feira (8/4). [...]. A América Latina e a Europa também sofrerão quedas de mais de 30%”.

O Fundo Monetário Internacional (FMI) aposta na ação dos Estados-nacionais para superar a nova crise do capitalismo. Ele defende que os governos devem adotar uma política econômica de “tempo de guerra”, na perspectiva de salvar as empresas e o setor financeiro. O

FMI defende que os governos ofereçam apoio às empresas privadas mediante uma política de subsídio salarial, bem como fornecimento de suprimentos para a saúde pública e imponha uma política de transferência de renda. É importante livrar as empresas da falência e salvar as redes de comércio e de negócio dos capitalistas.

O FMI “disse que a magnitude e o sucesso das medidas políticas dos governos determinarão a rapidez com que a economia poderá se recuperar quando a propagação do vírus for contida” (BNBC, 2020, p. 1). No entanto, o organismo internacional esqueceu-se de apontar como isso será realizado. Como os governos poderão liberar trilhões para os banqueiros e empresas sem aprofundar o endividamento? Na verdade, a preocupação essencial do FMI é salvar os banqueiros e os interesses dos capitalistas. O referido órgão não apresentou nenhuma alternativa efetiva para o problema sanitário internacional e para a recuperação do sistema de saúde pública que ele ajudou a destruir em todas as partes do mundo.

Para assegurar o ritmo da produção, o Estado coercitivo da burguesia chinesa e mundial está disposto a fazer o que for necessário para garantir a expansão da produtividade industrial. Xi Jinping, secretário-geral do Partido “Comunista” Chinês, busca de todas as formas reduzir o efeito negativo da queda de 13% no ritmo da economia chinesa; para isso, não economizará esforços no sentido de atacar os direitos dos trabalhadores e impedir as manifestações operárias contra os inusitados esforços de “guerra”.

Esse cenário deve representar a intensificação da exploração da classe trabalhadora e o aumento do exército industrial de reserva. As grandes corporações chinesas cresceram por meio da exploração da força de trabalho migrante, que representa 288 milhões de trabalhadores, ou seja, “mais de um terço do total economicamente ativo de 775 milhões de trabalhadores” (ACER, 2020b, p. 3). Esses trabalhadores são destituídos dos direitos assegurados aos demais.

No contexto do coronavírus, os trabalhadores migrantes foram impedidos de retornar de suas regiões originárias para o Sudeste da China. Isso implicou a perda dos postos de trabalho e a ampliação do número de desempregados chineses. A taxa de desemprego, que chegou a 6,2%, no primeiro bimestre de 2020, deve crescer cada vez mais com a onda recessiva que contamina a economia mundial e leva as fábricas chinesas a perder encomendas. Apesar do braço repressivo do Estado e da natureza estatal do movimento sindical chinês, as greves dos trabalhadores nas grandes cidades industrializadas passaram a fazer parte de seu cotidiano. As manifestações contra o desemprego e as demissões se multiplicam na China. O mesmo acontece em relação às políticas adotadas pelo Partido “Comunista” Chinês (PCCh) contra o coronavírus – que nada tem de comunista, uma vez que a China nunca foi comunista ou socialista e nunca deixou de explorar e expropriar o trabalho dos camponeses e proletários.

Houve uma redução do quantitativo de manifestações dos trabalhadores chineses por conta do isolamento provocado pelo coronavírus; no entanto, à proporção que os trabalhadores vão retomando as atividades, os protestos tendem a aumentar. No final de março, o *China Labour Bulletin* registrou a existência de 14 protestos relacionados ao atraso salarial e à demissão de trabalhadores: 1) trabalhadores protestam contra pagamentos em atraso de uma empresa de educação em *Dalian, Liaoning* (29/3/20); 2) trabalhadores protestam contra pagamentos em atraso de uma fábrica de materiais em *Liuan, Anhui* (28/3/2020); 3) protesto dos trabalhadores contra pagamentos em atraso de um hospital em *Yinchuan, Ningxia* (28/3/20); 4) trabalhadores protestam contra pagamentos em atraso de uma escola de condução em *Dazhou, Sichuan* (27/3/20); 5) trabalhadores protestam contra pagamentos em atraso de um restaurante em *Shenyang, Liaoning* (27/3/20); 6) trabalhadores protestam contra pagamentos em atraso de um varejista em *Meizhou, Guangdong* (26/3/20); 7) trabalhadores do saneamento protestam contra pagamentos em atraso de salários em *Huixian, Henan* (26/3/20); 8) trabalhadores protestam contra pagamentos em atraso ocupando os edifícios em *Zhengzhou, Henan* (26/3/20); 9) trabalhadores protestam contra pagamentos em atraso de uma fábrica de automóveis em *Suzhou, Jiangsu* (26/3/20); 10) trabalhadores protestam contra pagamentos em atraso de uma empresa de tecnologia em Pequim (24/3/20); trabalhadores protestam contra quitação e salários em atraso de um varejista em *Nanyang, Henan* (23/3/20); 11)

trabalhadores protestam contra pagamentos em atraso e fechamento de uma fábrica de brinquedos e são espancados em *Dongguan, Guangdong* (21/3/20); 12) trabalhadores do saneamento protestam contra pagamentos em atraso de uma empresa de administração de imóveis em *Zhengzhou, Henan* (21/3/20); 13) trabalhadores protestam contra pagamentos em atraso de um centro de beleza, ameaçando pular de prédio em *Lyliang, Shanxi* (20/3/20); 14) trabalhadores protestam contra pagamentos em atraso da *BYD Auto* em *Shenzhen, Guangdong* (CLB, 2020, p. 1).

O *China Labour Bulletin* (2020, p. 1) aponta ainda a existência de protestos relacionados às indústrias de serviços e transportes: “Em 10 de março, mais de mil taxistas na cidade de Liuzhou, no Sudoeste do país, fizeram um protesto exigindo a suspensão das taxas de aluguel de carros e o direito de vender seu veículo de volta à empresa de táxi sem penalidade”. Aconteceram ainda protestos na rede hospitalar, como assinala o referido órgão: “No dia anterior, 9 de março, houve um protesto da equipe médica de um hospital particular em *Zibo, Shandong*, que também recebeu três meses de salário e alegou ainda que o hospital estava usando suprimentos médicos vencidos” (CLB, 2020, p. 1).

Trabalhadores da construção civil, incluindo parte dos recrutados para construir hospitais de emergência para pacientes do coronavírus em Wuhan, também fizeram protestos nos canteiros de obras em *Zhoukou e Henan*, e terminaram sendo agredidos violentamente pelo aparato repressivo do Estado. Os trabalhadores chineses

acumularam força ao longo das décadas de avanço da ação truculenta dos capitalistas e aprenderam a não abrir mão de seus salários e seus direitos sociais, pois sabem que os capitalistas gostam de aproveitar-se da crise para atacar os seus direitos.

Obedecendo à política internacional que lança a crise nas costas dos trabalhadores, o governo central tem agido com celeridade para salvar os capitalistas da recessão mediante a liberação de multas para as empresas, o abono das obrigações trabalhistas e contratuais e a liberação de mais de 57 bilhões de dólares (400 bilhões de yuanes) somente em 7 de abril de 2020, como forma de estimular o mercado interno. No entanto, alguns especialistas econômicos têm salientado que o governo chinês está mais comedido do que em 2008, pois teme que essa crise seja muito mais profunda. Desse modo, ao invés de liberar trilhões de dólares para salvar as empresas, prefere assumir papel protagonista na retomada do desenvolvimento econômico. Nessa perspectiva, anunciou a retomada de 11 mil obras de infraestrutura realizadas pela China.

Isso implica que o governo de Xi Jinping deve usar os recursos disponíveis para continuar projetos como a faraônica Rota da Seda e assegurar o itinerário para a implementação do projeto de desenvolvimento tecnológico *Made in China 2025*. Os dois grandes projetos têm como propósito elevar a posição chinesa perante os Estados Unidos no campo da robótica, semicondutores, veículos elétricos, internet das coisas, Geração 5G etc. Enquanto isso, o setor privado chinês permanece mais

reticente e prefere aguardar o andamento da economia internacional para realizar qualquer espécie de investimento (ÉPOCA NEGÓCIOS, 2020, p. 1). Isso porque a recuperação da economia chinesa depende efetivamente da recuperação econômica de seus principais parceiros comerciais (União Europeia e Estados Unidos). E num contexto de refluxo dos mercados e de intensificação das ações para preservar os interesses de suas corporações, os Estados-nacionais têm poderes limitados para ajudar na recuperação da economia global, especialmente com seu monumental processo de endividamento.

O vírus do imperialismo perpassa as economias hegemônicas porquanto elas têm no mercado externo o elemento decisivo do ciclo expansivo mediante a absorção de excedentes. Muito mais do que a economia norte-americana, a economia chinesa depende profundamente do mercado externo para poder assegurar suas taxas positivas de crescimento. Os organismos internacionais, as grandes instituições financeiras e os gigantescos aglomerados estão unidos com os Estados-nacionais para agir de maneira coordenada, visando salvar os interesses das grandes corporações. A pandemia serve de álibi para os governos seguirem à risca a cartilha dos organismos internacionais, na perspectiva de colocar em curso um conjunto de medidas contra os trabalhadores. O Estado deve se antecipar e assegurar os interesses dos capitalistas, demonstrando que atua como guardião dos interesses das grandes corporações. Para impedir que a economia capitalista entre em colapso, os Estados-nacionais devem

tentar salvar o sistema assentado na exploração do trabalho e no aprofundamento do pauperismo da classe trabalhadora.

A redução da produção e da circulação de mercadorias no mercado mundial certamente aprofundará o ciclo depressivo da economia mundial. Segundo Acier (2020b, p. 3):

Mesmo que os governos atuem de maneira coordenada para aplicar políticas monetárias (redução da taxa de juros) e fiscais (entrega direta de dinheiro à população). Michael Roberts, em artigo recente, desmente a noção expressa pelo Secretário do Tesouro norte-americano, Steven Mnuchin, de que a recessão que se avizinha será de curta duração, como a queda na Bolsa de Nova York em 1987. Em 2020, a sinfonia toca em outros acordes. As cadeias globais de valor estão afetadas, num momento em que os retornos sobre o capital são baixos e os benefícios globais são estáticos pós-coronavírus, em que o comércio e o investimento globais vêm caindo, e não aumentando.

Nem mesmo os arautos representantes do otimismo financeiro alojados em *Wall Street*, como os representantes do *Morgan Stanley* e do *Goldman Sachs*, fazem projeções positivas para a economia norte-americana. Essas instituições financeiras apontam uma possível queda de 30% do PIB dos Estados Unidos no segundo trimestre de 2020.

Evidentemente que o contexto de crise aprofundará as disputas e rivalidades entre os capitalistas chineses e



norte-americanos, bem como a dependência das economias periféricas. As grandes potências tentarão tirar proveito da crise para demarcar sua posição no controle da economia mundial. Os EUA farão de tudo no sentido de preservar suas posições, e os chineses buscarão ocupar as brechas que serão abertas pela enorme recessão mundial.

A aparente eficácia da política chinesa no combate à pandemia do coronavírus na região de Wuhan aponta para a possibilidade da retomada das atividades econômica nas regiões mais afetadas. A celeridade chinesa no isolamento das regiões afetadas e o sucesso alcançado na constituição de novas unidades hospitalares não podem esconder a natureza repressiva do Estado chinês em relação aos trabalhadores.

Os governantes de cidades como *Hangzhou*, *Yiwu e Huzhou*, *Xangai* e *Pequim* adotaram medidas para beneficiar os capitalistas, viabilizando o retorno ao trabalho com a oferta de transporte gratuito, a fim de “trazer de volta os trabalhadores para regiões ainda com risco de contágio. A província de *Hubei*, que abriga a cidade de Wuhan, epicentro da pandemia, também anunciou planos para o reinício da produção, sem garantias aos trabalhadores” (ACIER, 2020a, p. 1).

Os governantes de *Xangai e Pequim* contrataram ônibus para trazer os trabalhadores migrantes de volta às fábricas, depois que dezenas de milhões de trabalhadores deixaram seus postos de trabalho para comemorar o Ano Novo Chinês. O deslocamento do final do ano fez com que empresas multinacionais, como a *Foxconn*, ficassem destituídas da força de trabalho necessária para produzir

*iPhones* da *Apple* e outros produtos eletrônicos. Segundo *BBC NEWS* (2020, p. 1):

Na semana passada, a *Apple* alertou os investidores de que não cumpriria as metas de produção e receita, já que os suprimentos dos principais produtos foram "temporariamente restringidos" pelas paralisações das fábricas na China. Suas lojas da *Apple* também foram fechadas por grande parte de fevereiro.

As grandes corporações industriais retomaram suas atividades em 98,6% no final de março. Algumas regiões conseguiram retomar suas atividades e taxas de trabalho em 100%. As 77 empresas de capital aberto da província de *Guangdong*, por exemplo, alcançaram a taxa de trabalho de 100% (CNBC, 2020b, p. 1). Mas os analistas opinam que esses números não capturam necessariamente o quanto as empresas estão produzindo e contribuindo para o crescimento. A *China Renaissance* estima que, para as grandes empresas industriais, a taxa de utilização econômica seja de pelo menos 75%, de acordo com um relatório publicado no começo de abril de 2020.

A capacidade de os capitalistas chineses retomarem suas atividades manufatureiras em meio à crise mundial provocada pela pandemia do Covid-19 levou o governo de Donald Trump a ignorar a efetiva expansão do coronavírus nos Estados Unidos. No afã de não perder espaço na concorrência produtiva e financeira com os chineses, Trump recusou o fechamento de determinadas regiões e ignorou a necessidade da quarentena. Isso permitiu o alastramento da pandemia do coronavírus nos EUA, que

ultrapassam significativamente a quantidade nominal chinesa. A pandemia deslocou-se a partir de março para a Europa e os Estados Unidos, devendo propagar-se pela América Latina e África nos próximos meses. As projeções realizadas, mesmo com isolamento, apontam para um quadro de contaminação da população mundial.

O avanço das medidas de controle da pandemia na China, mediante o isolamento populacional e o desenvolvimento de novas técnicas de controle, tem servido para assegurar uma posição favorável aos chineses no momento. O sucesso no combate interno à pandemia os credencia na esfera internacional, pois nenhum estado europeu teve condição de responder aos seus apelos por equipamento médico e insumos hospitalares. Nesse contexto, somente a China “se comprometeu com o envio de 1.000 ventiladores, 2 milhões de máscaras, 100 mil respiradores, 20 mil roupas de proteção, 50 mil *kits* de teste. A China também enviou equipes médicas e 250 mil ao Irã e à Sérvia” (ACIER, 2020a, p. 4). O chefe de Estado do PCCh, Xi Jinping, considerou a ajuda como uma espécie de constituição da “Nova Rota da Seda” para a saúde.

Os chineses ganharam notabilidade perante os alemães, que bloquearam a entrega de 830 mil máscaras cirúrgicas providas da China, apesar de as barreiras impostas às mercadorias não se aplicarem às mercadorias em trânsito. Da mesma maneira que o governo italiano, o presidente sérvio, *Aleksandar Vučić*, afirmou que a colaboração e a solidariedade europeia não passam de um “conto de fadas” (DW, 2020) e que seu país não recebeu

nenhum material médico da UE para combater a epidemia; por isso, solicitou a ajuda humanitária chinesa. O auxílio se estendeu a Polônia, Hungria e aos 54 países da África.

Os chineses conseguiram conter o avanço da epidemia, com mais de 3.300 óbitos; 90% dos pacientes infectados conseguiram se recuperar. O maior número de infectados aconteceu na cidade de Wuhan: 50 mil pessoas contraíram o vírus e mais de 2.500 delas morreram, representando 80% dos óbitos chineses. O controle da pandemia se evidencia pelo fato de haver somente duas novas infecções na última quinzena. Isso permitiu a retomada das atividades econômicas, tão desejada pelos capitalistas.

Enquanto isso, os EUA contabilizaram 12.844 mortes na primeira semana de abril, sendo registradas 1.939 mortes em 7 de abril, mais da metade das mortes ocorridas na China. Segundo o G1 (2020b, p. 1): “Os EUA respondem ainda por mais de um quarto dos casos declarados oficialmente de COVID-19 em todo o mundo: 398.185, sendo 29.609 apenas no último dia”. Nesse contexto, até mesmo os EUA tiveram de recorrer ao mercado chinês para minimizar os efeitos maléficos da pandemia sobre os norte-americanos.

Enquanto os EUA permanecem paralisados e sem colocar em movimento nenhuma campanha sistemática em escala internacional para combater a pandemia, o governo de Pequim tem ensejado esforços no sentido de apontar a gravidade do problema epidemiológico e alertar os distintos Estados-nacionais acerca da relevância do

estabelecimento de políticas sanitárias de isolamento social.

A posição de cooperação adotada no combate ao Covid-19 pelos chineses aponta para a tendência de hegemonia global chinesa na década de 2020. A China consegue forjar uma imagem internacional muito mais positiva do que as demais potências imperialistas. Os EUA demoraram a adotar uma posição ofensiva no combate ao coronavírus por interesses essencialmente econômicos e agora estão envolvidos numa crise sanitária que deve afetar profundamente seu processo de recuperação econômica, pois mais de 10 milhões de trabalhadores entraram com pedidos de seguro desemprego. A posição equivocada do governo Trump já comprometeu a economia norte-americana, já que a ausência de uma política eficaz no combate ao Covid-19 implica um lastro de mortes expressivo. Os EUA são o segundo colocado no *ranking* mundial de mortes com Covid-19 e o processo de contaminação está somente começando na América.

A política adotada pelos chineses no combate à pandemia indica uma maior capacidade de atravessar a crise futura anunciada pelos organismos internacionais. Isso coloca como premente a necessidade de os EUA encontrarem a vacina ou uma medicação eficaz para combater o coronavírus em curto espaço de tempo; do contrário, sua capacidade de recuperação econômica ficará aquém da dos chineses, apesar de estes dependerem do mercado norte-americano para assegurar seus elevados índices de crescimento. Num cenário em que todos os governos adotam uma política econômica de guerra, o

resultado pode ser a reconfiguração do poder das grandes potências mundiais. O coronavírus pode ser a alternativa que a economia capitalista precisava para deslocar parte de suas contradições. No entanto, novas contradições vão emergir no cenário pós- coronavírus, pois o capital é contradição em essência.

A inexistência de vacinas e a incapacidade da comunidade científica internacional de descobrir um medicamento ou um conjunto de medicamentos eficazes em curto espaço de tempo para combater o coronavírus desvelam as debilidades do capitalismo e do sistema do capital. A natureza mercadológica da medicina no interior do sistema do capital constitui-se como cerne da impossibilidade de uma resposta rápida ao problema. A maioria dos grandes laboratórios dedica-se exclusivamente às pesquisas voltadas diretamente para o lucro e para a reprodução das relações de dependência dos seres humanos aos narcóticos e às drogas.

Enquanto os dois grandes impérios disputam a hegemonia do mercado mundial, Cuba se revela como uma experiência contraposta à lógica do mercado, pois conseguiu organizar uma forma de sociabilidade em que a medicina assumiu papel fundamental. Enquanto as grandes potências econômicas revelam temor perante a pandemia do coronavírus e chegam a abandonar seus “concidadãos” no mar, Cuba estende a mão e acolhe homens e mulheres de um transatlântico de luxo lançados à deriva. Ao contrário do que fizeram os italianos com os refugiados da guerra na Síria – que foram deixados no mar à deriva, em botes salva-vidas e não em luxuosos navios

de passeio –, Cuba não somente estende a mão para salvar os contaminados do navio de turistas, mas envia uma excelente equipe médica para ajudar a salvar vidas na Itália dominada pela pandemia do Covid-19.

A solidariedade internacional da classe trabalhadora é revelada pelo povo cubano, diferentemente do povo italiano. Solidariedade revelada no investimento de uma medicina dedicada à cura de doenças que afetam à coletividade e não a medicina mercadológica orientada para atender aos interesses dos vinte maiores laboratórios transnacionais que fazem da medicina uma mercadoria, e aos interesses da burguesia, que prefere investir em cosméticos e objetos de beleza e ignora completamente os problemas fundamentais da classe trabalhadora.

O momento histórico torna visível a natureza predatória do sistema do capital, claramente explicitada no descaso da Alemanha e dos países do Euro com a situação da Itália, uma vez que ignoraram o pedido italiano para acionar o fundo europeu de proteção civil, que possui mais de €500 bilhões (REIS, 2020, p. 1). A colaboração multilateral entre os Estados-nacionais capitalistas obedece completamente ao receituário do capital, ignorando os interesses humanitários. Aprisionados aos interesses do sistema financeiro, os governos são tardios na liberação de recursos para o desenvolvimento de pesquisa a fim de erradicar a pandemia e operar um salto qualitativo na constituição de uma rede hospitalar à altura da crise sanitária mundial. Poucos são os países, como Cuba, que possuem uma estrutura hospitalar capaz de

atender à demanda da população num contexto de aprofundamento da pandemia.

Não há como deixar de isentar os capitalistas do mundo inteiro e o sistema do capital, com seus grandes grupos financeiros e aglomerados empresariais, pelos milhares de óbitos que vitimam a humanidade hoje. O capital é o inteiro responsável pela pandemia que afeta a humanidade, porque destrói os ecossistemas pensando exclusivamente no lucro, destrói as redes hospitalares quando transforma a saúde em mercadoria, destrói a força de trabalho quando diminui a capacidade imunológica dos trabalhadores mediante os baixos salários e a intensificação da exploração.

Nesse momento ímpar da história, os trabalhadores e as trabalhadoras devem em uníssono combater o verdadeiro vírus que destrói a humanidade. O verdadeiro vírus que destrói a humanidade se chama capital (financeiro, industrial/agrário e comercial). É preciso destruir todas as formas de pandemia que ameaçam a existência da humanidade.

## REFERÊNCIAS

ACIER, André. *A esfinge da economia chinesa no turbilhão do coronavírus*. Endereço eletrônico: <http://www.esquerdadiario.com.br/A-esfinge-da-economia-chinesa-no-turbilhao-do-coronavirus>. Acesso em 07 de abril de 2020b.



ACIER, André. *China: queda recorde na indústria e desemprego histórico anunciam problemas à burocracia do Partido Comunista*. Endereço eletrônico: <http://www.esquerdadiario.com.br/China-queda-recorde-na-industria-e-desemprego-historico-anunciam-problemas-a-burocracia-do-Partido>. Acesso em 07 de abril de 2020.

AFP – AGÊNCIA FRANCE-PRESSE. *OMC: comércio mundial pode se contrair um terço por coronavírus*. Endereço eletrônico: <https://www.afp.com/pt/noticia/3958/omc-comercio-mundial-pode-se-contrair-um-terco-por-coronavirus-doc-1qh0jl5>. Acesso em 08 de abril de 2020.

BBC NEWS. *Coronavírus: chinese workers offered free transport*. Endereço eletrônico: <https://www.bbc.com/news/business-516394>. Acesso em 08 de abril de 2020.

BNBC. *MF says coronavirus crisis requires 'wartime' policy response*. Endereço Eletrônico: <https://www.cnbc.com/2020/04/01/imf-says-coronavirus-crisis-requires-wartime-policy-response.html>. Acesso em 08 de abril de 2020a.

\_\_\_\_\_. *For some Chinese businesses, there's no going back to life before the coronavirus*. Endereço eletrônico: <https://www.cnbc.com/2020/04/02/for-some-chinese-businesses-no-going-back-to-pre-coronavirus-ways.html>. Acesso em 08 de abril de 2020b.

CLB – CHINA LABOUR BULLETIN. *Collective protests begin to flare up again as China returns to work*. 17 de Março de 2020. Endereço eletrônico: <https://clb.org.hk/content/collective-protests-begin-flare-again-china-returns-work>. Acesso em 08 de abril de 2020.

DW. *O apoio da China para a Itália na crise do coronavírus*. Endereço eletrônico: <https://www.dw.com/pt-br/o-apoio-da-china-para-a-it%C3%A1lia-na-crise-do-coronav%C3%ADrus/a-52864362>. Acesso em 08 de abril de 2020.

ÉPOCA NEGÓCIOS. *Recuperação da China após coronavírus deve beneficiar agronegócio brasileiro, mas indústria pode ser prejudicada*. Endereço eletrônico: <https://epocanegocios.globo.com/Economia/noticia/2020/04/recuperacao-da-china-apos-coronavirus-deve-beneficiar-agronegocio-brasileiro-mas-industria-pode-ser-prejudicada.html>. Acesso em 07 de abril de 2020.

G1. GLOBO. *Coronavírus: o impacto na economia chinesa, e por que isso é uma grande ameaça ao mundo*. Endereço eletrônico: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2020/03/22/coronavirus-o-impacto-na-economia-chinesa-e-por-que-isso-e-uma-grande-ameaca-ao-mundo.ghtml>. Acesso em 07 de abril de 2020a.

G1.GLOBO. *EUA têm quase 2 mil mortos por coronavírus em 24 horas*. Endereço eletrônico: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2020/04/07/eua-tem->

quase-2-mil-mortos-por-coronavirus-em-24-horas.ghtml.  
Acesso em 08 de abril de 2020.

PODER 360. *Receitas de operações das 500 maiores empresas chinesas cresceram 14,8%*. Endereço eletrônico: <https://www.poder360.com.br/internacional/receitas-de-operacao-das-500-maiores-empresas-chinesas-crescem-148/>. Acesso em 08 de abril de 2020.

REIS, Caio. *Imperialismo Europeu em Crise: Esfacelamento, Coronabonds ou Classe Trabalhadora?* Endereço eletrônico: <http://www.esquerdadiario.com.br/Imperialismo-Europeu-em-Crise-Esfacelamento-Coronabonds-ou-Classe-Trabalhadora>. Acesso em 07 de abril de 2020.

SANTIRSO, Jaime. *China encara a fatura econômica de vencer o vírus*. Endereço eletrônico: <https://brasil.elpais.com/economia/2020-03-23/china-encara-a-fatura-economica-por-vencer-o-virus.html>. Acesso em 08 de abril de 2020.

## CONCLUSÃO

---

A hegemonia do imperialismo norte-americano ganhou um nível de mundialização com o fim das experiências pós-capitalistas na China, na União Soviética e em países do Leste europeu. A completa inserção dessas economias ao capitalismo permitiu um arrefecimento da crise estrutural do sistema do capital mediante as taxas elevadas de crescimento econômico alcançadas nas últimas três décadas. No entanto, a economia chinesa experimenta o maior nível de estagnação econômica desde a morte de Mao em 1976 e seu processo de abertura para o mercado capitalista. Uma possível taxa de crescimento negativa em 2020 representa a ruína do sonho da grande potência que iria superar o imperialismo norte-americano nas próximas décadas. As ilusões do plano *Made in China 2025* podem acabar antes do tempo anunciado com a taxa de crescimento negativo no primeiro trimestre de 2020 e exercer um efeito dominó sobre todas as economias capitalistas.

Independentemente de o Covid-19 ter surgido em dezembro de 2019 na cidade de Wuhan, o problema da economia chinesa e mundial não resulta dessa espécie de coronavírus, porque a própria China teve em 2002 uma epidemia com o coronavírus SARS que matou 9,6% das pessoas contaminadas. Do mesmo modo que não se pode apontar que o problema econômico e político do Irã seja resultado do coronavírus MERS, que matou 35% das

pessoas contaminadas até o momento, representando uma pessoa morta a cada dez minutos.

Os capitalistas do mundo inteiro estão unidos no sentido de afirmar que o culpado pela crise econômica é a pandemia de coronavírus. Trata-se de uma manipulação visando impedir que a classe trabalhadora alcance o verdadeiro fundamento da crise econômica. Embora a Covid-19 (doença causada pelo coronavírus SARS-CoV-2) não seja a causa da crise econômica, ela está conectada à crise do sistema do capital de distintas maneiras. Ao invés de ser causa, ela é muito mais um efeito. Os governos tentarão através do estabelecimento de uma economia de guerra atacar os direitos dos trabalhadores e intensificar as ações para salvaguardar os interesses das grandes corporações transnacionais e do sistema financeiro.

A propagação rápida do coronavírus em escala mundial deve-se à completa abertura dos mercados para o grande capital e ao processo de adoção das políticas neoliberais que destroem o sistema público de saúde. O desmonte foi estabelecido como imposição dos organismos internacionais e devido à subordinação dos diferentes Estados-nacionais à política de pagamento dos juros da dívida pública, bem como ao estabelecimento de limites ao teto nos gastos públicos com saúde, educação e funcionalismo público.

O desenvolvimento do referido vírus resulta da natureza predatória do sistema do capital e do processo de transformação da saúde pública em mercadoria. Os Estados-nacionais funcionam como correia de transmissão dos interesses das grandes corporações transnacionais. A

relação orgânica de comprometimento desses com o grande capital pode ser observada no meio da pandemia de coronavírus: em vez de liberar recursos significativos para salvar as pessoas da enfermidade e da morte, liberam-se recursos públicos para salvar os investidores das bolsas de valores, do sistema financeiro, das empresas transnacionais, das empresas de aviação etc. Os EUA liberaram, em 14 de março, 1,5 trilhão de dólares para salvar os investidores e somente 50 bilhões de dólares para combater o coronavírus; em abril, o Congresso aprovou 2 trilhões de dólares para ajudar na recuperação econômica dos EUA.

A União Europeia, com seus 27 Estados-membros, constituiu um Fundo de Investimento de 25 milhões de euros, que será destinado aos problemas da economia europeia. Desse montante, somente €140 milhões para o desenvolvimento de vacina a fim de combater a pandemia do Covid-19. A crise econômica da Europa se revela na queda de mais de 6% na indústria alemã entre 2018 e 2019. As empresas alemãs não estão importando seus produtos manufaturados para abastecer suas subsidiárias na China devido à redução da demanda internacional pelos produtos feitos na “fábrica do mundo”.

Na mesma trilha, o governo Bolsonaro liberou um pacote de estímulo para os especuladores financeiros da ordem de 1,5 trilhão de reais, e somente 8 bilhões para resolver o problema da pandemia no Brasil. Medidas como a antecipação da primeira e segunda parcelas do 13º salário para aposentados e pensionistas, a abertura para novos saques do FGTS e a inclusão de novas pessoas no

Programa Bolsa Família, depois de inúmeros cortes, não passam da reedição de velhas práticas para aquecer o mercado interno. A prioridade é salvar os capitalistas do aprofundamento da crise mundial e manter a relação de dependência orgânica da burguesia nacional à burguesia internacional mediante a produção agroexportadora e o processo de reprimarização da economia brasileira.

Os efeitos da Covid-19 sobre a classe trabalhadora brasileira são preocupantes porque todos os governos precedentes cumpriram à risca as orientações para destruir o Sistema Único de Saúde (SUS) e beneficiar as grandes corporações que atuam na área da saúde. A fragilidade do sistema de saúde brasileiro foi comprovada no tratamento da epidemia decorrente do H1N1, que matou milhares de pessoas entre 2009 e 2016. É atestada, ainda, no tratamento da tuberculose, que mata uma média de 5 mil pessoas anualmente – uma doença erradicada nas economias adiantadas. O mesmo se observa no tratamento de doenças como dengue, gripe, sarampo etc.

Em meio à crise sanitária, o governo Bolsonaro ataca os direitos dos trabalhadores, aprovando Medida Provisória (MP) 936 que permite aos capitalistas reduzirem os salários e as jornadas de trabalho em até 75%. Isso indica uma tendência a agravar o sofrimento e a exploração da classe trabalhadora. Ao invés de medidas urgentes para evitar a disseminação da pandemia no território brasileiro, a burguesia nacional, em conluio com a burguesia internacional, procurou retardar a liberação de recursos econômicos para o Sistema Único de Saúde. Isso pode ser observado nos recursos que foram cortados para a

Fundação Oswaldo Cruz, responsável por desenvolver a tecnologia para produzir *kits* para teste do coronavírus. Situação mais complicada reside nas unidades hospitalares que tiveram seu número de leitos nas UTIs reduzidos nos últimos anos: dos 16 mil leitos existentes na rede pública, 15,2 mil estão ocupados. Há, ainda, o desmonte progressivo do Programa de Saúde Mais Médicos com o fim do contrato dos médicos cubanos.

O comprometimento com os interesses das grandes corporações capitalistas não é arrefecido nem mesmo com a contaminação dos 26 membros do alto escalão do governo, que desdenha da ciência e considera a Terra como sendo plana. A comitiva presidencial contaminada na visita aos EUA revela o desastre do sistema de saúde neoliberal instaurado no coração do império. Isso significa que a classe trabalhadora precisa entrar em cena e exigir a revogação de todas as medidas adotadas contra os trabalhadores visando ao fim do sistema privado de saúde e à universalização da saúde pública mediante a liberação dos recursos destinados ao pagamento da dívida pública.

A crise sanitária agravada com o coronavírus é expressão da crise do sistema do capital e da decadência da sociedade burguesa. O governo Bolsonaro está preocupado apenas em salvar o sistema financeiro da crise e assegurar o lucro dos capitalistas. No entanto, seus dias estão contados porque a crise econômica tende a agravar-se com a quebra de bancos, de companhias aéreas, de empresas do agronegócio, de empresas do turismo, de aglomerados comerciais, de indústrias automobilísticas etc. Essas empresas não serão as mesmas depois de quatro



ou cinco meses paradas ou com suas atividades drasticamente reduzidas.

Quando essas empresas resolverem fechar, os trabalhadores devem assumir o controle e comando de cada uma delas. O combate ao coronavírus deve estar articulado ao combate ao vírus destrutivo do capitalismo e do sistema do capital, que transforma a saúde e o ser humano em mercadorias. Nessa perspectiva, conclamamos a classe trabalhadora através de seus distintos mecanismos de organização a construir uma tática de luta que esmague completamente os capitalistas e destrua o sistema centrado na exploração dos trabalhadores.

A luta pela constituição de um sistema de saúde melhor somente pode ser bem sucedida no horizonte numa forma de sociabilidade que valorize os seres humanos. Por isso conclamamos a classe trabalhadora para lutar pela efetivação de uma pauta classista e combativa que não aceite nenhuma forma de conciliação com o capital. Essa pauta deve se expressar nas seguintes lutas imediatas:

- 1) Suspensão das atividades produtivas para mostrar aos capitalistas quem manda na produção e constitui-se como o fundamento da riqueza de toda sociedade burguesa, ou seja, uma greve intensa da produção para derrubar os capitalistas;
- 2) Suspensão do pagamento imediato da dívida pública e utilização desse recurso para combater à pandemia do coronavírus através da ampliação do número UTIs, equipamentos, leitos, medicamentos e unidades móveis;
- 3) Transformação de toda a rede privada de saúde em rede pública sob o controle dos trabalhadores;

- 4) Utilização de todos os recursos da previdência privada e dos fundos públicos para financiar a construção de novas unidades hospitalares;
- 5) Fim da atual lógica do sistema prisional centrada na defesa da propriedade privada e na desvalorização dos seres humanos;
- 6) Contratação de novos profissionais da área de saúde dentro de uma nova política de cargos e carreiras com valorização desses profissionais;
- 7) Atendimento prioritário aos pacientes mais vulneráveis independente da condição econômica e social;
- 8) Elevação do salário mínimo para o valor de 4.347,61 reais, conforme aponta o DIEESE (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos) estendendo o seguro-desemprego para todos os desempregados e desempregadas etc.;
- 9) Cancelamento de todas as propostas neoliberais e que visam atender aos interesses dos capitalistas;
- 10) Suspensão de todas as leis que estabelecem teto para os gastos públicos na área de saúde, educação e serviço público;
- 11) Cancelamento de todo o processo de privatização das empresas estatais e entrega dessas empresas ao controle dos trabalhadores mediante a formação de conselhos operários e comitê de fábricas;
- 12) Demarcação imediata das terras indígenas e quilombolas;
- 13) Entrega das terras públicas e devolutas para os trabalhadores sem-terra e os camponeses;

- 14) Elevação dos salários dos profissionais da área de saúde e educação;
- 15) Fim da especulação com a saúde pública, com a educação pública e com as terras públicas e devolutas;
- 16) Fim do Estado enquanto representante dos interesses do agronegócio, dos banqueiros, empresários e das grandes empresas transnacionais brasileiras e estrangeiras;
- 17) Expropriação de todos os expropriadores das riquezas naturais e dos bens produzidos pelos trabalhadores.

O coronavírus revela a natureza predatória do capital sobre a humanidade: 1) quando destrói os sistemas naturais e promove desequilíbrio ambiental e um espaço para a irradiação de doenças; 2) quando o senhor mercado recusa-se a parar seu circuito produtivo porque tempo é dinheiro; 3) porque o processo de rotação mundial do capital está acima dos interesses humanos, e os aeroportos e os portos internacionais não podem ser fechados para impedir a propagação do vírus; 4) porque os Estados-nacionais completamente subordinados aos interesses das empresas transnacionais, não podem alterar à lógica da produção voltada para o lucro em detrimento do interesse dos seres humanos.

A crise sanitária revelada com o coronavírus no interior da economia tende a operar uma reviravolta nas receitas apresentadas pelo governo Bolsonaro – este apóstolo da integração vertical da economia brasileira aos imperativos do capital transnacional norte-americano. A crise sanitária do coronavírus revela que o sistema do capital é um sistema assentado na transformação de tudo em mercadoria.

Essa crise sanitária permite afirmar categoricamente que o rei está nu e que os trabalhadores devem assumir o controle direto da produção, assumindo o controle e a direção das fábricas. Que os trabalhadores podem andar gratuitamente no transporte coletivo porque ele foi pago por eles. Que a saúde e a educação são um direito inequívoco de todos os que precisam. Que o desemprego é um absurdo e que somente pode existir numa sociedade centrada na exploração dos trabalhadores ativos e no abandono dos trabalhadores desempregados.

**Em verdade, a crise sanitária promovida pelo coronavírus permite dizer em alto e bom tom que o sistema do capital precisa ser superado e o Estado da burguesia não tem mais como preservar esse estado de coisas fundado na destruição da saúde, da educação, do transporte e da habitação pública. É preciso socializar todos os serviços para o bem da classe trabalhadora. É preciso construir uma nova sociedade fundada no trabalho para todas e todos. Aqueles que produzem a riqueza devem ter acesso à riqueza produzida. A cada um segundo as suas necessidades. Todo poder aos trabalhadores e trabalhadoras unidos contra o capital e o coronavírus!**